

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA**

**PEDRO PAULO BOCCA**

**LIVRE-COMÉRCIO DEPENDENTE, LUTAS SOCIAIS E A**  
**FORMAÇÃO DE UM CAMPO ANTINEOLIBERAL NA AMÉRICA**  
**LATINA**

**SÃO PAULO**

**2013**

**PEDRO PAULO BOCCA**

**LIVRE-COMÉRCIO DEPENDENTE, LUTAS SOCIAIS E A  
FORMAÇÃO DE UM CAMPO ANTINEOLIBERAL NA AMÉRICA  
LATINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais – área de concentração: Política.

Orientação: Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

**SÃO PAULO  
2013**

BOCCA, Pedro P.

*Livre-comércio dependente, lutas sociais e a formação se um campo antineoliberal na América Latina.*

São Paulo, 2013.

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais – área de concentração: Política.

1. América Latina 2. Lutas Sociais 3. Antiimperialismo 4. Integração Regional

# Examinadores

---

---

---

---

## **Dedicatória**

*À memória dos lutadores e lutadoras do povo latinoamericano.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao prof. Lúcio Flávio, pelas horas de orientação, conselhos, conversas e pela paciência empregada durante estes três anos. Mais do que orientadora, sua contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho.

À minha família, Edna, Ana e Geny, pelo apoio incondicional e pelo suporte nos bons e maus momentos.

À minha companheira, Maria Júlia – que é quase tão bonita quanto a Revolução Cubana. Pelo apoio e carinho na fase final deste trabalho.

Aos companheiros e companheiras da Consulta Popular e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelas horas de debate, reflexão e discussão de conjuntura que motivaram esta pesquisa.

Aos amigos de toda hora, Caio, Guilherme, Pedro, Manoel, Lucas, pelos churrascos, festas e jogos de videogame propostos em dias de estudo. Ok, não por isso.

Aos demais amigos, companheiros e camaradas que, de uma maneira ou outra, contribuíram não somente para este bloco de folhas de papel, mas para minha formação humana, com todas as suas contradições.

Pátria livre, venceremos!

no nos dejes caer en la tentación  
de olvidar o vender este pasado  
o arrendar una sola hectárea de su olvido  
ahora que es la hora de saber quiénes somos  
y han de cruzar el río  
el dólar y su amor contrarrembolso  
arráncanos del alma el último mendigo  
y líbranos de todo mal de conciencia  
amén.

(MARIO BENEDETTI)

## RESUMO

Esta dissertação analisa o cenário político latinoamericano após o fracasso da proposta da Área de Livre-comércio das Américas (ALCA), que representava a aplicação do modelo neoliberal na América Latina, patrocinada pelos Estados Unidos e suas frações burguesas aliadas nas distintas formações sociais da região. À esta proposta, uma forte resistência liderada por movimentos sociais e partidos políticos de esquerda saiu vitoriosa, culminando nas eleições de governos progressistas que, levando-se em conta as diferenças entre eles, buscam uma política de autonomia em relação à maior potência imperialista de nossa época. Nesta conjuntura de crise da hegemonia estadunidense, examinamos três tendências: uma ofensiva imperialista neoliberal; um processo de integração neodesenvolvimentista; e o chamado “Socialismo do Século XXI”.

**Palavras-chave:** América Latina; Lutas Sociais; Antiimperialismo; Integração Regional

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes the Latin American political scenario after the failure of the proposed Free Trade Area of the Americas (FTAA), which represented the implementation of the neoliberal model in Latin America, sponsored by the United States and its allied different bourgeois factions in the different social formations in the region. To this proposal, a strong resistance led by social movements and leftist political parties emerged victorious, culminating in the election of progressive governments that, regard to the differences between them, seek an autonomy politics from the greatest imperialist power of our time. In this conjuncture of crisis in the U.S. hegemony, we examine three trends: an imperialist neoliberal offensive, a neo-developmental integration process, and the so called "Socialism of the XXI Century".

**Keywords:** Latin America; Social struggle; Anti-imperialism; Regional integration

## RESUMEN

Esta disertación analiza el escenario político latinoamericano después del fracaso de la propuesta del Área de Libre-comercio de Américas (ALCA), que representaba la aplicación del modelo neoliberal en América Latina, patrocinada por Estados Unidos y sus fracciones burguesas aliadas en las distinguidas formaciones sociales de la región. A esta propuesta, una fuerte resistencia liderada por movimientos sociales y partidos políticos de izquierda salió victoriosa, culminando en las elecciones de gobiernos progresistas que, llevándose en cuenta las diferencias entre ellos, buscan una política de autonomía en relación a la mayor potencia imperialista de nuestra época. En esta coyuntura de la crisis de la hegemonía de EE.UU., se examinan tres tendencias: una ofensiva imperialista neoliberal, un proceso de integración neo-desarrollista, y el llamado "Socialismo del Siglo XXI".

**Palabras claves:** America Latina; Luchas sociales; Anti-imperialismo; Integración regional

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>1. Dominação e imperialismo na América Latina.....</b>	<b>13</b>
1.1 Imperialismo e a dependência latinoamericana.....	14
1.2 O Consenso de Washington e o neoliberalismo na América Latina.....	22
<b>2. Integração neoliberal e lutas sociais.....</b>	<b>33</b>
2.1 Breve histórico da integração regional na América Latina.....	33
2.2 Neoliberalismo integrado: a Área de Livre Comércio das Américas.....	39
2.3 Lutas sociais e institucionais: a Campanha Continental Contra a ALCA e a formação de um campo político antineoliberal.....	52
<b>3. A correlação de forças na América Latina do século XXI: ofensiva imperialista, neodesenvolvimentismo e o “Socialismo do Século XXI”.....</b>	<b>59</b>
3.1 O projeto Imperialista: livre-comércio e ofensiva militar.....	60
3.2 Neodesenvolvimentismo, bolivarianismo e integração latinoamericana.....	72
<b>Considerações finais.....</b>	<b>87</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>90</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Existem duas características fundamentais para uma análise de realidade concreta latinoamericana no século XX: sua composição apenas por formações sociais dependentes e o compartilhamento continental com a maior potência imperialista de nossa época.

Estas características comuns apresentam uma América Latina heterogênea, baseada em diferentes padrões de dependência, o que implica diferentes estruturas de classes e, portanto, diferentes inserções no sistema internacional, a começar pelas relações com o imperialismo estadunidense.

Nos últimos vinte anos, observamos uma pluralidade de lutas sociais na região, impulsionadas por movimentos sociais que protagonizaram o embate contra as políticas neoliberais aplicadas a partir do fim da década de 1980. Estas lutas levaram às eleições de alguns governos que buscam maior autonomia em relação aos Estados Unidos e que, sob determinados aspectos, apresentam sérios conflitos político-econômicos com os governos estadunidenses.

Este enfrentamento se dá em um período no qual os Estados Unidos, após o fracasso da instauração de uma nova ordem pós-Guerra Fria, visavam recompor, em novos termos, as bases de sua hegemonia. Em relação à América Latina, este esforço se traduziu na tentativa de constituir uma área de livre-comércio que se estendesse do Alaska à Terra do Fogo, aprofundando e garantindo juridicamente as diretrizes da política neoliberal.

O objetivo deste trabalho é examinar a proposta da ALCA, a resistência (em ampla medida popular) sofrida e o novo contexto advindo da derrota desta alternativa imperialista e de uma nova correlação de forças a partir das eleições de governos progressistas na região.

Este exame será realizado em três etapas que correspondem ao desenrolar de um processo histórico, cujo desfecho ainda se encontra em aberto. Inicialmente, nos propusemos a debater a relação entre dependência e neoliberalismo na América Latina, recorrendo em especial à vertente formulada por Ruy Mauro Marini. Em seguida, abordaremos a tentativa de criação da ALCA, e as

resistências que lhe foram contrapostas. Por fim, tentaremos apreender as linhas gerais do novo contexto político latinoamericano, centrando o foco em três tendências: a imperialista neoliberal, liderada pelos Estados Unidos e as frações burguesas aliadas nas distintas formações sociais latinoamericanas; a neodesenvolvimentista, liderada pelos governos do MERCOSUL, com forte participação de suas burguesias internas; e a referenciada no chamado “Socialismo do Século XXI”, liderada pela Venezuela.

Não levamos em consideração o falecimento de Hugo Chávez, ocorrido em março de 2013, bem como a sucessão presidencial venezuelana. Assim, o trabalho não examina as possibilidades de alteração do cenário aqui apresentado, inclusive em razão da perda da principal liderança do projeto bolivariano.

Este trabalho, portanto, não pretende ser a análise final de um período histórico que, insistimos, ainda está em curso. Trata-se de, por meio de um esforço de sistematização a partir da perspectiva das lutas sociais, contribuir para o debate acerca deste processo.

# 1. DOMINAÇÃO E IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA

Realizar um diagnóstico da América Latina como um todo, sem levar em conta cada um dos processos nacionais, sua complexidade, correlação de forças e dinâmica da luta de classes é arriscar perder-se em generalizações e abstrações teórico-metodológicas. Porém, como aponta Enrique Arceo, existem, em maior ou menor medida,

elementos comunes que tornan pertinente asumir este riesgo. Cabe mencionar entre ellos su inserción en la economía mundial como proveedora de productos primarios para el centro en condiciones, en general, de una muy acentuada concentración de la propiedad de los recursos naturales; las modalidades que asumió, luego de la crisis de la década del treinta del siglo pasado, su proceso de industrialización; las formas radicales que adoptó en la mayoría de los países la implementación de las políticas neoliberales, sobre todo en materia de privatización de las empresas públicas y de apertura de la economía; el agudo proceso de extranjeirización de su estructura productiva y muy fuerte incidencia de la deuda externa. Pero sobre todo, lo que hace pertinente a América Latina como objeto de análisis es la interacción entre sus procesos políticos y ideológicos, resultado de una experiencia histórica y cultural común que tiene como componente significativo una similar situación de dependencia (y a menudo de confrontación) respecto a la potencia hegemónica y sus políticas para la región (ARCEO, 2006, p. 28)

Adotaremos, portanto, a América Latina como um todo, parte de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista baseado em uma estrutural relação de dependência, com diferentes padrões de dependência nas distintas formações sociais.

Assim, é impossível pensarmos o desenvolvimento capitalista latinoamericano sob a mesma ótica da implementação do capitalismo nos países centrais. O capitalismo latinoamericano, decorrência do processo de colonização europeia iniciada na última década do século XV, se instaura e se desenvolve aqui de uma maneira totalmente distinta de um modelo em que a implementação deste modo de produção se dava primeiramente a partir de um projeto nacional, seja através de reformas do Estado, seja através de uma forte burguesia nacional.

## 1.1. Imperialismo e a dependência latinoamericana

A colonização da América se deu a partir de um processo de extensa apropriação de

riquezas, recursos e bens naturais, que garantiu o poder de investimento necessário para o desenvolvimento pleno do capitalismo europeu, em detrimento das possibilidades das colônias (ou já Estados formalmente independentes).

Esse desenvolvimento do sistema capitalista em nível internacional, especialmente após a Revolução Industrial, concedeu à América Latina uma posição subserviente na chamada Divisão Internacional do Trabalho. Cabia ao subcontinente latinoamericano a sustentação, via produção agropecuária e de bens primários, do crescente processo de afirmação do capital comercial, bancário, e industrial dos países centrais a esse sistema.

Segundo Marini (2005a), além de facilitar o crescimento econômico dos países industrializados, esta relação afirmada com a Divisão Internacional do Trabalho propiciava a mudança do eixo da exploração, nos países centrais, da mais-valia absoluta para a mais-valia-relativa, ou seja, a acumulação de capital nestes Estados dependia mais da capacidade produtiva do que propriamente da exploração direta do trabalhador, criando condições sociais para o avanço do desenvolvimento capitalista.

Em virtude da instauração de relações político-econômicas de dominação e dependência entre o centro e a periferia, os países dependentes desempenharam o papel predominante como produtores de matérias-primas e alimentos para abastecer a crescente demanda dos centros imperiais, sendo ao mesmo tempo *veículo* para acelerar a passagem do eixo de acumulação de capital da produção da mais-valia absoluta para a produção da mais-valia relativa (e depois para a articulação dessas duas categorias em condições histórico-concretas de produção) nas economias dos países imperialistas (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 115).

Tal relação de subordinação entre nações formalmente livres, que conceituamos enquanto *dependência*, é pilar estrutural do capitalismo latinoamericano, de modo que rege suas relações econômicas, políticas, sociais, a partir tanto da troca desigual de mercadorias, como de hierarquias de poder político estabelecidas estruturalmente. O desenvolvimento capitalista dos países latinoamericanos, portanto, foi “bloqueado” (ou limitado) por sua estrutura fundamental de dependência.

Tal processo de estruturação do capitalismo latinoamericano traz também como

consequência a formação de burguesias que, ainda que oriundas dos países latinoamericanos, nada tem de “nacionais”. Segundo Mariátegui (1999), estas burguesias, “que vêm na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional”. Tratam-se de burguesias monopolistas intimamente ligadas ao capital internacional e ao projeto imperialista.

Portanto, os interesses desta burguesia monopolista “nacional” contribuem para o bloqueio ao desenvolvimento e acentuam a dependência dos países “subdesenvolvidos” em relação ao imperialismo. Estes capitalistas monopolistas “nacionais” tendem a produzir pouco e somente para o consumo de objetos de luxo por parte de uma fração pequena da população. Por outro lado, enquanto podem, enviam para o estrangeiro o dinheiro acumulado, para evitar o controle interno e o pagamento de impostos. (HARNECKER; URIBE, 1980, p. 39)

Esta aliança entre as frações burguesas dos países dependentes, centralmente as burguesias ligadas ao setor agroexportador e à importação de artigos de luxo, com as burguesias dos países centrais não somente garantia a essas frações de classe a hegemonia do *bloco no poder* dos distintos Estados latinoamericanos, como ditava as regras dos desenvolvimentos destes Estados sob o Modo de Produção Capitalista.

Atuando como intermediárias, as burguesias latinoamericanas necessitavam extrair uma maior quantidade de lucro de suas atividades internas, para sustentar a enorme transferência de capitais para os centros capitalistas. Para Marini (2005a), este aumento da exploração se dá a partir de três mecanismos: a intensificação do trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para a reposição de sua força de trabalho (ao fim, o aumento do trabalho excedente).

Estes três mecanismos

configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividade que ali se realizam (MARINI, 2005a, p. 156)

É este processo que Marini conceitua como *superexploração do trabalho* nas formações sociais dependentes. Através disso, de um aumento extraordinário da extração da mais-valia absoluta e a conseguinte deterioração na qualidade de vida do trabalhador, as burguesias latinoamericanas mantêm suas importações, sustentando a produtividade industrial das economias centrais – e suas condições de exploração via mais-valia relativa. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no capitalismo são, portanto, duas faces da mesma moeda.

Por outro lado, a industrialização dos países latinoamericanos somente tomava a frente do processo econômico em tempo de recessão nos países centrais, relegando à uma diminuta burguesia industrial um papel secundário em suas economias:

A industrialização latino-americana se dá sobre bases distintas. A compreensão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. (...) A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados (MARINI, 2005a, p. 169).

A fragilidade do desenvolvimento industrial no capitalismo latinoamericano, em benefício das importações de produtos de maior valor agregado produzidos nas economias centrais explicita a integração dessas formações sociais ao capitalismo internacional, e a direção desse processo pelas burguesias dos países centrais. A estrutura dependente dos Estados latinoamericanos manteve o princípio econômico do colonialismo, se desenvolvendo após a Revolução Industrial e a Divisão Internacional do Trabalho.

É importante salientar que o processo de industrialização latinoamericana (centrado especialmente em Brasil, Argentina e México) deixa claro que a dependência latinoamericana não é uniforme. Existem padrões distintos de dependência em formações sociais diversas, porém que mantêm as características estruturais do capitalismo dependente.

A evolução do capitalismo para o estágio imperialista agudiza o processo de dominação e exploração latinoamericana. Segundo Lênin (1977), o imperialismo não é um “modo particular” de

manifestação do capitalismo, mas sim uma consequência direta, um processo necessário para sua sobrevivência e evolução.

Este é o estágio do capitalismo monopolista em expansão, que tem como características centrais: a concentração da produção e do capital em graus elevados (monopólios); o surgimento de um capital financeiro (fusão dos capitais bancário e industrial) e a conseguinte formação de uma burguesia financeira; a formação de uniões monopolistas internacionais; a exportação de capitais, que resulta também na exportação das relações capitalistas de produção; entre outras.

#### A América Latina era atingida

não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1975, p. 16)

Florestan Fernandes (1975) aponta aspectos negativos desse padrão de dominação em dois níveis diferentes. O primeiro é o condicionamento e reforço externo das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à manutenção do sistema de exportação/importação. O segundo é o malogro do modelo de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações europeias. A revolução burguesa não foi acelerada, mesmo nos mais avançados países da América Latina, graças a um impulso econômico proveniente da Europa.

Tanto para o 'moderno' como para o 'antigo' colonialismo, (em termos dos dois padrões de dominação imperialista), a integração nacional das economias dependentes sempre foi negligenciada. Os objetivos manifestos e latentes foram dirigidos para os ganhos líquidos, isto é, para a transferência de excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos (FERNANDES, 1975, p. 17).

Este processo encerrou o ciclo iniciado pelo antigo colonialismo (e expandido pela dependência) de formação desta burguesia latinoamericana vinculada organicamente ao capitalismo dos países centrais, e agora plenamente inserida nas políticas imperialistas.

A necessária busca por novos mercados e áreas para investimento de capitais rentáveis,

decorrentes da saturação dos mercados consumidores europeus (processo germinal da I Guerra Mundial), explicita o papel dos Estados nacionais, através de relações não somente econômicas mas também político-militares, neste processo evolutivo do capitalismo. O processo de “reconstrução” da Europa pós I Guerra fortalece a economia estadunidense, que vê na América Latina o palco ideal para sua expansão imperialista, plenamente justificada pela Doutrina Monroe.

Segundo Guimarães,

a estratégia política americana na América Latina tinha e tem como principal objetivo manter e preservar a Doutrina Monroe e estruturar um organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando estas se fizerem necessárias. Em segundo lugar, os Estados Unidos procuram com persistência alinhar a política externa dos países latino-americanos com a dos Estados Unidos e contar com o seu apoio para suas iniciativas nos organismos internacionais ou fora deles. Em terceiro lugar, sua estratégia procura manter regimes, democráticos ou não, que garantam a liberdade de ação dos interesses americanos e promover a adoção das normas chamadas de *good governance* (GUIMARÃES, 2002, p. 100).

Esta estratégia política caminha em conjunto com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latinoamericanos, que trazem à região um novo estilo de organização, produção e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Ou seja,

o que os Estados Unidos pregavam na América Latina era a tradicional cantilena neoclássica: abrir as fronteiras econômicas, permitir o investimento estrangeiro, criar a infra-estrutura necessária para fomentar o desenvolvimento, concentrar-se em atividades para as quais esses países têm “vantagens comparativas” (WALLERSTEIN, 1999, p. 224).

Para Fernandes, essa tendência se apropria de um controle externo similar ao do antigo sistema colonial, porém nas condições de um moderno mercado capitalista, tecnológico e cuja dominação externa é compartilhada (especialmente no pós-II Guerra Mundial) pelos EUA, que se consolida como superpotência, e por países europeus e o Japão, que atuam como parceiros menores dotados de poder hegemônico. Fernandes denomina tal fenômeno *imperialismo total* que

consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições

sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc (FERNANDES, 1975, p. 18)

Ao final da década de 1940, e início da década de 1950, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), cujo objetivo era diagnosticar os principais problemas relativos ao atraso econômico (e capitalista) da região, tendo o argentino Raúl Prebisch, os brasileiros Celso Furtado, Ignacio Rangel, Aníbal Pinto e o greco-francês Arguiri Emmanuel como seus principais expoentes.

Esse órgão das Nações Unidas centrava sua explicação sobre a realidade do atraso latino-americano a partir do conceito de desenvolvimento desigual, fruto de uma relação díspar entre países denominados centro (com tecnologia estendida por todos os setores de forma similar – homogênea e diversificada) e periferia (com concentração do avanço em um setor em contraste com os demais setores – heterogênea e especializada) (STEDILE; TRASPADINI, 2005, p. 23).

A Cepal nos apresentava um cenário em que a periferia – cuja economia era concentrada na exportação de bens de menor valor agregado – leva grande desvantagem nas relações econômicas em relação ao centro – cujo foco era a produção industrial mais qualificada –, devido à deterioração do valor de troca de seus produtos, ou seja, o preço dos produtos periféricos eram sempre menos vantajosos do que os do centro, graças às diferenças tecnológicas e a consequente produção de valor agregado. Esse elemento causava atraso e subordinação à periferia, que deveria ser superado para que os países periféricos se adequassem ao momento histórico da reprodução do capital, em uma fase de maior inovação tecnológica.

Assim, a Cepal criticava o conceito das vantagens comparativas de David Ricardo, que dizia que as relações internacionais equilibrariam as desigualdades (e que as mesmas eram necessárias ao bom funcionamento do mercado mundial), em um cenário em que colônias deveriam se especializar em um determinado setor da produção (basicamente produtos primários), enquanto países mais desenvolvidos se especializaria nos chamados “produtos finais”, que exigem alto nível do progresso técnico, de tal maneira que todos “saíssem ganhando” nessa nova divisão internacional do trabalho.

Para a Cepal, que este processo desencadeou um desenvolvimento desigual e periférico para a América Latina, e que

a única forma de solucionar o problema seria pela industrialização substitutiva de importações, que permitiria à periferia incorporar em sua economia outros setores produtivos. Assim, os frutos do progresso técnico não seriam repassados de forma vantajosa aos centros, nas relações econômicas internacionais, devido ao desenvolvimento de outros setores produtivos no interior da economia periférica. E esta alcançaria os níveis de desenvolvimento até então exclusivos aos centros.

O responsável por dinamizar a economia a partir dessa industrialização planejada deveria, segundo a Cepal, ser o Estado, executor direto do desenvolvimento que se pretendia proporcionar (STEDILE; TRASPADINI, 2005, p. 24).

Dessa forma, a Cepal não apenas analisava a desigualdade econômica, mas também propunha políticas planejadas para a América Latina, a partir do Estado capitalista. Aqui, então, vale ressaltar que a Cepal, e seus teóricos, não estavam preocupados em resolver os problemas estruturais do capitalismo como processo exploratório, e sim colocar os Estados latinoamericanos em um rumo que propiciasse um desenvolvimento capitalista “menos desigual”.

Essa proposta desenvolvida pela Cepal serviu como base para as propostas de governo em toda a América Latina, em especial no México, na Argentina e no Brasil, estimulando o desenvolvimento de uma burguesia interna industrial, que se chocava com as frações burguesas aliadas ao imperialismo estadunidense.

Paralelamente, a Revolução Cubana de 1º de janeiro de 1959 inicia um novo ciclo de lutas sociais na América Latina, que também questionam as bases da dependência e, portanto, a ação das burguesias hegemônicas e do imperialismo.

A onda de golpes militares que foram realizados em boa parte dos países do subcontinente nos anos seguintes, em nome da “ameaça comunista”, não pode ser desvinculada desta relação entre o imperialismo e as frações burguesas vinculadas a ele nos diversos Estados latinoamericanos.

Não por coincidência, boa parte dos militares envolvidos nos golpes latinoamericanos,

tinham passagem pela Escola das Américas, instituto criado pelos Estados Unidos para ministrar cursos sobre Segurança Internacional e assuntos militares à oficiais latinoamericanos e caribenhos.

Mais do que isso, a implementação das ditaduras militares surge num contexto de crise econômica do desenvolvimentismo cepalino do início dos anos 1960.

Reinando absoluta nos anos de 1950, a teoria desenvolvimentista da Cepal foi posta em xeque quando, em princípios dos anos de 1960 e após um grande esforço de industrialização, os países latino-americanos mergulharam em uma grave crise econômica, que não tardou em dar lugar a perturbações políticas. Foi nesse contexto que surgiram as ditaduras militares, que se davam como objetivo resolver os problemas econômicos à custa das liberdades políticas (MARINI, 2005b, p. 222)

Porém, a base desta crise é justamente a dependência financeira, motivada pelo baixo poder de investimento das economias dependentes. Ao não terem condições de realizarem internamente a acumulação primitiva de capital que seriam base para seu desenvolvimento capitalista, as nações dependentes recorrem à empréstimos e financiamentos externos (que nem sempre vinham para cobrir os setores desejados daquela economia). Assim,

os países subdesenvolvidos são obrigados a destinar uma quota-parte (muitas vezes bastante importante) das suas exportações para pagamento dos lucros e juros do capital imperialista. Deste endividamento externo resulta uma situação de dependência que os países imperialistas aproveitam para obter ainda mais regalias, aumentando também em consequência a dependência e exploração (HARNECKER; URIBE, 1980, p. 35).

Esta relação de endividamento externo sustentou uma retomada desenvolvimentista das ditaduras militares, em consonância com outras regiões periféricas mundiais, se aproveitando da crise enfrentada pelos países centrais durante a década de 1970.

Com a generalização do sistema industrial e produtivo no curso do século XX, (...) os países da América Latina e outros do Terceiro Mundo conseguiram desenvolver suas forças produtivas, instaurar alguns segmentos da indústria, primeiro leve e depois pesada – especialmente a produção de meios de produção –, e, ao mesmo tempo, adotar e desenvolver nichos de produção e de mercado de tecnologia de ponta. Esse foi o caso do Brasil, do México e de outros como a Coreia do Sul no curso da década de 1970, quando se

desencadearam os processos de substituição de importações (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 116)

A política de crédito do desenvolvimentismo latinoamericano chega à um gargalo ao fim dos anos 1970, com a dificuldade dos países (em especial os de economia mais frágil) sustentarem os pagamentos. É neste momento que o caminho para um novo<sup>1</sup> padrão de dominação imperialista na região é pavimentado, com a coordenação das organizações financeiras internacionais.

Esse “fracasso” da ideologia desenvolvimentista montou o cenário para o ataque neoliberal, desferido pelos regimes de Thatcher e Reagan, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Fórum Econômico Mundial de Davos.

Uma nova definição do caminho para a terra prometida – o chamado Consenso de Washington – inverteu a maioria dos dogmas do desenvolvimentismo. A industrialização por substituição de importações era agora definida como um processo de favorecimentos corrupto; a construção estatal, como alimentando uma burocracia inchada; a ajuda financeira dos países ricos, como dinheiro derramado na sarjeta; e as estruturas paraestatais, como barreiras mortais para uma atividade empresarial lucrativa. Os Estados foram impelidos a adiar gastos com a educação e com a saúde. E foi realçado que as empresas públicas, consideradas, por definição, ineficientes, deveriam ser privatizadas o quanto antes. O “mercado”, mais do que o bem-estar da população, agora se tornava a medida de toda atividade adequada do Estado. O Fundo Monetário Internacional fortaleceu essa visão, tornando os seus empréstimos dependentes do “ajuste estrutural”, o que significa essencialmente seguir as prescrições do Consenso de Washington (WALLERSTEIN, 2009, p. 62).

## **1.2. O Consenso de Washington e o neoliberalismo na América Latina**

A década de 1980 é marcada pelos reflexos de uma grande crise do sistema capitalista. A crise afeta a América Latina (a chamada “década perdida”) e especialmente os Estados Unidos. A resposta do capital é mais repressão, mais exploração, sob uma nova política econômica: o neoliberalismo.

Em 1989, uma reunião convocada pelo Institute for International Economics reuniu na capital estadunidense membros do governo daquele país, dos organismos financeiros internacionais – o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, o Fundo Monetário

---

<sup>1</sup> É importante salientar que, ainda que o neoliberalismo apareça enquanto “projeto continental” neste momento, já se havia uma experiência latinoamericana, no Chile sob a ditadura do general Augusto Pinochet, desde a década de 1970.

Internacional (FMI) – e diversos economistas latinoamericanos. O encontro, intitulado “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, teve como objetivo avaliar e propor modelos de implementação das políticas neoliberais.

Nessa avaliação, a primeira feita em conjunto por funcionários das diversas entidades norte-americanas ou internacionais envolvidos com a América Latina, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru. Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. (BATISTA, 1995, p.100).

Embora sem possuir um caráter oficial e deliberativo, desta reunião foi formulada uma doutrina, pensada e aplicada pelas organizações financeiras internacionais e pelos Estados Unidos através de políticas em toda a América Latina, que chamamos *Consenso de Washington*.

O valor do Consenso de Washington está em que reúne, num conjunto integrado, elementos antes esparsos e oriundos de fontes diversas, às vezes diretamente do governo norte- americano, outras vezes de suas agências, do FMI ou do Banco Mundial. O ideário neoliberal já havia sido contudo, apresentado de forma global pela entidade patrocinadora da reunião de Washington - o Institute for International Economics - numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America*, de cuja elaboração participou, entre outros, Mário Henrique Simonsen.

Não se tratou, no Consenso de Washington, de formulações novas mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências. Um consenso que se estendeu, naturalmente, à conveniência de se prosseguir, sem esmorecimento, no caminho aberto. (BATISTA, 1995, p.100).

Foram dez as áreas debatidas e que conformam o programa do Consenso de Washington, a saber: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (CARCANHOLO, 1995).

Era o marco da etapa da dependência neoliberal na América Latina, desenvolvida através de reformas pensadas de fora, e aplicadas pelos governos eleitos sob o Consenso de Washington, como Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Carlos Menen na Argentina, Alberto Fujimori no Peru,

Carlos Salinas de Gortari no México, Alberto Fujimori no Peru, Gonzalo Sánchez de Lozada na Bolívia, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, entre outros.

Com a crise da URSS na década de 1980 – além dos reflexos de sua própria crise dos anos 1970 –, a política dos EUA para a América Latina adquire um caráter mais amplo. A queda das ditaduras militares e a consolidação de democracias representativas são acompanhadas por uma agenda política, econômica e social que visava a implementação do modelo neoliberal.

De concepción monetarista, privilegiante de las variables monetarias por sobre las que se vinculan com la economía real, ingresó com fuerza em los países emergentes em el marco de la denominada globalización, concepto que em realidad se refiere a la nueva frontera ideológica qe se consolida luego de la implosión soviética. Sin embargo, sus impulsores y defensores no advirtieron o no quisieron advertir la flagrante contradicción que existe entre la adopción de un régimen político, la Democracia, que es por definición un estilo de vida com igualdad de oportunidad para todos com un sentido profundamente solidario, y el Mercado, em el que el éxito depende ya n de los méritos sino del poder de negociación de quienes concurren al mismo (CUELLO, 1999, p. 131).

Com esta nova política, os Estados Unidos pretendiam reforçar sua hegemonia, desgastada nas décadas anteriores, nos países do ex-Bloco Soviético e em especial na América Latina. Assim a implementação do neoliberalismo

se torna um instrumento ideológico de sua ofensiva estatal sobre a região. Através dessa ofensiva, os Estados Unidos buscavam: reduzir seus déficits comerciais com o mundo por meio da conquista de saldos comerciais com a América Latina; criar as condições para que seus investidores venham a auferir rendas e incorporar ativas através da especulação e da barganha; e baixar ao mínimo as restrições à circulação de mercadorias e capitais, viabilizando uma reorganização da divisão do trabalho regional que reduza os custos de produção e aumente a competitividade de suas empresas (MARTINS, 2011, p. 317).

Esta ideologia político-econômica partia das premissas clássicas da economia liberal, atualizadas a partir do pensamento de Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek, nos anos 1940, e incorporadas politicamente na segunda metade do século XX.

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedric Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra

qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9)

Surgida no centro do capitalismo mundial, tal doutrina previa um novo modelo de gestão da expansão capitalista mundial, ainda num contexto bipolarizado. A perspectiva teórica era a atualização do liberalismo clássico do início do capitalismo para este novo estágio.

O liberalismo clássico havia assestado suas baterias contra o Estado mercantilista e as corporações. Os neoliberais procuraram desde logo construir um paralelo com aquela situação, para justificar seu combate a apresentá-lo como a continuação de uma respeitável campanha antiabsolutista. Segundo eles, os inimigos vestiam agora outros trajes, mas revelavam as mesmas taras e perversões. Um desses inimigos era o conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia, tudo isso identificado com a doutrina keynesiana. O outro inimigo era localizado nas modernas corporações – os sindicatos e centrais sindicais, que, nas democracias de massas do século XX, também foram paulatinamente integrados nesse conjunto institucional. Além de sabotar as bases da acumulação privada por meio de reivindicações salariais, os sindicatos teriam empurrados o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno (MORAES, 2001, p. 28).

A ideologia neoliberal rompia os paradigmas da social-democracia europeia ou do nacional-desenvolvimentismo cepalino na América Latina. Seus pontos centrais envolviam a abertura dos mercados; a diminuição do papel dos Estados nacionais na economia; a flexibilização dos direitos trabalhistas; o combate aos sindicatos e a repressão às lutas sociais; a implementação de democracias liberais; e, na adaptação latinoamericana da teoria, o reforço do papel extrativista e agroexportador da região na Divisão Internacional do Trabalho, entre outros.

Estes pontos se concentram em duas linhas gerais básicas e complementares:

privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro “desregulamentar”, ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. O Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer (MORAES, 2001, p. 35).

Em outras palavras,

El repliegue del Estado, exigido por el neoliberalismo, no es otra cosa que la pretensión de renuncia por parte de los gobernantes a su función específica: la de gobernar. Dicha función se deja a cargo del Mercado, al que se le atribuyen virtudes que no tiene, dada la ausencia de uno de sus prerequisites como es el de la libre concurrencia (lo cual no debe interpretarse como un rechazo a su rol em cualquier economía moderna). Claro está, com el control que debe realizar el Poder Político para evitar la presencia y acción de los monopolios (CUELLO, 1999, p. 132).

Ou seja, o centro do projeto neoliberal é a redefinição do papel do Estado burguês, que transfere à “mão invisível do Mercado” regida pela iniciativa privada (ou seja, diretamente pelas burguesias) o controle, regulamentação e aplicação de políticas econômicas e sociais, bem como em aspectos político-culturais (evidenciados, por exemplo, pelo projeto de privatização das escolas e universidades públicas, ou em seu sucateamento).

Para que o mercado possa cumprir a sua função de alocação eficiente dos recursos da economia (terra, capital e trabalho) e, assim, alcançar um ponto ótimo de equilíbrio, a interferência do Estado deve ser a mínima possível. Cabe ao poder estatal unicamente a função de determinar as regras do jogo, interpretá-las e fazer vigorar as regras estabelecidas. Assim, cabe ao Estado proteger a liberdade dos indivíduos, preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados e promover o mercado competitivo. Em síntese, desde que o Estado cuide dos direitos de propriedade e reforce os contratos privados, o mercado, por si só, promoverá a distribuição eficiente dos recursos e, assim, o bem-estar geral da sociedade (TEIXEIRA, 1998, p. 232).

O papel concedido ao Estado seria então o da repressão aos dominados, em especial a classe trabalhadora, e a condição de segurança das empresas e da propriedade privada, através de meios legais e da transferência de recursos financeiros – que acabavam sendo adquiridos via dívidas e relações construídas em organizações financeiras internacionais.

A década de 1970 observa o avanço e consolidação das políticas neoliberais em duas frentes: no centro político-econômico do bloco capitalista, e nas ditaduras latinoamericanas. Ao fim dos anos 1970

líderes partidários alinhados com programas neoliberais conquistaram governos de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha. A rigor, porém, as primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile,

com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez de Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso (MORAES, 2001, p. 33).

A consolidação do modelo neoliberal no centro do capitalismo mundial durante a década de 1980 dita uma nova etapa no capitalismo mundial, a da integração neoliberal das economias capitalistas, processo comumente definido como “globalização” econômica, marco da hegemonia liberal à nível mundial.

O desenvolvimento do processo de internacionalização do capital define o que se chama de globalização da economia, que constitui um novo cenário para a década de 90: crescimento das atividades internacionais das firmas e dos fluxos comerciais; ampla mudança da base tecnológica, fazendo com que alguns autores chegassem a denominá-la Terceira Revolução Industrial; reordenamento dos mercados, como uma maior importância da Ásia; intensificação da circulação financeira, caracterizada pela expansão na mobilidade e na intermediação do capital internacional; predominância das trocas ditas intra-setoriais; reorganização dos grupos industriais em redes de firmas.

Em suma, aparentemente intensificou-se a relação entre os países tanto no que se refere ao setor produtivo, quanto aos fluxos comerciais e financeiros. Neste sentido, a desregulamentação dos mercados e a desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais afirmam-se como as diretrizes de política que podem garantir a inserção das diferentes nações no novo contexto de globalização. Abrem-se as portas para que o neoliberalismo se apresente como única forma de obter com êxito essa inserção. Apresenta-se a globalização como fenômeno natural e irreversível, e, a partir daí, as políticas neoliberais como as únicas capazes de desregular os mercados, propiciando às nações um lugar privilegiado no “trem da história” (CARCANHOLO, 1998, p. 16).

O modelo aplicado na América Latina é uma adaptação da teoria neoliberal, dirigida politicamente não somente contra o Estado de bem-estar ou a um projeto desenvolvimentista, mas visando o desmantelamento das organizações sociais (especialmente aquelas surgidas em oposição às ditaduras militares).

Para os países latino-americanos, os neoliberais fazem uma adaptação dessa cena: aqui o adversário estaria no modelo de governo gerado pelas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, pelo populismo... e pelos comunistas, evidentemente. A argumentação neoliberal tem uma estratégia similar à do sermão. Primeiro, desenha um diagnóstico apocalíptico. Em seguida, prega uma receita salvacionista: forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política antiinflacionária monetarista (do a quem doer) – reformas orientadas para e pelo mercado, “libertando” o capital dos controles

civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares (MORAES, 2001, p. 28).

A política neoliberal para a América Latina é aplicada a partir de duas fases de articulação da região na economia mundial,

a primeira nos anos 1980, quando o país hegemônico, mergulhado em sua crise de longo prazo, drenou os excedentes da economia mundial e não ofereceu nenhum tipo de reorganização da divisão do trabalho ou projeto de desenvolvimento para toda a região; a segunda, que se estabelece no início dos anos 1990, quando os Estados Unidos se organizam para um novo ciclo expansivo e estabelecem um novo projeto de inserção internacional para a América Latina, condensado num conjunto de políticas públicas chamadas de Consenso de Washington (MARTINS, 2011, p. 313).

Dentro deste projeto de aplicação, um ponto fundamental da política neoliberal para a América Latina é a continuidade de uma das bases da dependência econômica à que foram submetidos os países latinoamericanos: a questão da dívida externa. Para este projeto, a renegociação e o pagamento da dívida externa é posta como central para o desenvolvimento dessas economias.

O Consenso de Washington é um conjunto cada vez mais abrangente de regras de condicionalidade aplicadas pelos organismos internacionais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial, que os países devedores do mundo capitalista periférico e agora do ex-mundo socialista têm de aceitar para obter apoio político das grandes potências e escasso apoio financeiro dos bancos e agências internacionais.

Estas regras começaram a ser construídas com a crise da dívida externa de 1982 e referiam-se inicialmente a um conjunto de políticas macroeconômicas que deveriam produzir um ataque simultâneo aos mecanismos de propagação inflacionária: déficit público, déficit de balanço de pagamentos e expansão monetária, interpretados sem maior análise e com a convicção dos “Santos” como as causas da inflação (TAVARES, 1995, p. 67).

Mais do que isso, a política de endividamento neoliberal é construída a partir da transferência e privatização de capital, utilizando o Estado como intermediário deste processo.

Os Estados aumentam os impostos e os tributos da população, mas fazem menos gastos sociais com educação e saúde, e assim desviam fundos domésticos para pagar a dívida externa. Eles também, por outro lado, tomam empréstimos do capital privado doméstico com altas taxas de juros, juros que o Estado paga aos ricos emprestadores, mas provenientes

dos impostos extraídos dos pobres. Desse modo, a renda é “transferida” internamente dos pobres para os ricos, e também desses pobres através da dívida externa para exatamente os mais ricos no exterior (FRANK, 2009, p. 86)

Assim, devido às fragilidades de suas próprias economias, o endividamento dos países dependentes (gestado na década de 1980) passa a ser intermediado pelas grandes organizações financeiras mundiais. Com o discurso da ajuda econômica, plenamente integrado ao projeto neoliberal, as economias dependentes têm um novo credor, simbolizado pelo Fundo Monetário Internacional.

Una vez que comienzan las dificultades para afrontar los pagos externos, aparece em escena la inefable presencia del FMI, que com el pretexto de ayudar financieramente a los países para superarlas, lo que realmente hace es evitar las pérdidas de quienes asumieron riesgos financieros más allá de lo prudente y transferirlas a quienes deberán ver incrementados sus impuestos, generalmente los más pobres, de modo que se trasladan al futuro los problemas. El FMI y los consorcios de bancos efectivamente aportan capitales para que el país pague e esos mismos acreedores. En definitiva, lo que importa es seguir cobrando los intereses de la deuda que tienen como contrapartida fondos que no estarán disponibles ni para el consumo ni para la inversión local. El FMI el es auditor del endeudamiento y de la recesión estructural, aunque en alguna etapa haya muestras de crecimiento (CUELLO, 1999, p. 144).

As decisões, sob a égide do pensamento neoliberal, se transferem do controle soberano dos Estados nacionais para organizações internacionais pactantes do neoliberalismo enquanto um sistema de dominação por parte dos Estados que gerem o centro do capitalismo mundial.

Reparemos bem nisso: a ideologia neoliberal prega o desmantelamento das regulações produzidas pelos Estados nacionais, mas acaba transferindo muitas dessas regulações (produção de normas, regras e leis) para uma esfera maior: as organizações multilaterais como o G-7, a OMC, o Banco Mundial, o FMI, dominadas pelos governos e banqueiros dos países capitalistas centrais. Durante os séculos XIX e XX, os movimentos trabalhistas haviam lutado para conquistar o voto, o direito de organização e, assim, influir sobre a elaboração de políticas, definição de leis e normas. Agora que conquistaram esse voto, o espaço em que ele se exerce é esvaziado em proveito de um espaço maior, mundializado, onde eles não votam nem opinam (MORAES, 2001, p. 39).

Se por um lado, as decisões da política econômica se transferem para a esfera das organizações internacionais controladas pelo imperialismo, por outro, muitos dos Estados latinoamericanos detiam o controle de boa parte da produção (em especial dos setores estratégicos)

nacional, através de empresas e agências estatais (muitas surgidas durante as ditaduras militares ou governos de cunho populista/desenvolvimentista). Este controle do Estado sofre um forte ataque político-ideológico, como parte do avanço neoliberal.

A hegemonia ideológica do neoliberalismo e sua expressão política, o neoconservadorismo, adquiriram uma desabitual intensidade na América Latina. Um de seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado, cada vez mais submetido aos interesses das classes dominantes e renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial, a grande burguesia transnacionalizada e suas “instituições” guardiãs: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico que gira em torno da supremacia do dólar. Por outro lado, a sua crise estrutural – seu raquitismo e regressividade tributária, a irracionalidade do gasto, a sangria da dívida externa, sua hipertrofia burocrática – se acrescenta um discurso ideológico auto-incriminatório que iguala tudo o que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto que a “iniciativa privada” aparece sublimada como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade (BORON, 1995, p. 78)

Ou seja, não somente as decisões políticas, como também a produção sofre a transferência do Estado para o capital privado. Esta pressão político-ideológica, aliada às políticas formuladas pelo FMI e o Banco Mundial levam

diversos governos da região a adotar políticas tão selvagens quanto imprudentes – e, em alguns casos, altamente corruptas – de desmantelamento de agências e empresas estatais ou paraestatais, cujos resultados, em termos da provisão de bens públicos, são até agora francamente negativos. A “morte pública” do Estado constitui uma assombrosa novidade, dado que coloca em relevo a pendular reversão nos anos 60 e 70, e que teve como consequência o reforçamento do Estado em quase todos os países da região (BORON, 1995, p. 79)

Importantes esferas como telefonia, bancos estatais, energia, estradas, saúde, educação, indústria de base, e outros, antes controlados pelo Estado, são postos à privatização, reforçando a opção das burguesias nativas aliadas ao capital internacional em diminuir o papel do Estado no controle de sua economia.

Em termos de relações externas, a liberalização comercial pressupõe a abertura às importações, como forma de garantir a concorrência e, portanto, o incentivo à produtividade e à competitividade. Além do mais, o esforço exportador sempre é mais eficiente quando feito sobre produtos nos quais a economia possua vantagens comparativas (CARCANHOLO, 1995, p. 26).

Ou seja, a partir da retomada da teoria das vantagens comparativas, temos na prática um reforço à posição dependente da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho. Ao acabar com medidas protecionistas dos Estados dependentes, se privilegia a produção industrial-tecnológica dos países de capitalismo mais desenvolvido, criando uma crise na produção industrial dependente, ao mesmo tempo que recoloca os países latinoamericanos em uma posição condicionada de exportador de alimentos e matérias-primas em estado bruto.

Impõe-se, assim, uma política de reconversão econômica funcional aos objetivos dos grandes centros capitalistas. Nesse marco, nos colocam a obrigação de abastecer esses centros com matérias-primas e manufaturas de segunda ou terceira classe, às custas do desmonte de nossas estruturas produtivas e de nossos próprios mercados internos, pouco se importando com que isso implique dar as costas à satisfação das necessidades mais elementares da população. Paralelamente, nos obrigam à prática de uma política de privatizações, que transfere nossas empresas – criadas com fundos públicos, fundos que têm sido formados pelos nossos povos com enorme sacrifício – a preços ínfimos para as mãos dos grandes grupos, estrangeiros em sua grande maioria. Ao Estado fica pouco mais que a função de reprimir as massas para garantir a consecução desses propósitos (MARINI, 2005c, p. 230)

Um outro setor plenamente envolvido na implementação do neoliberalismo na América Latina é uma burguesia financeira internacional, que amplia sua atividade especulativa a partir das privatizações e do novo modelo político-econômico imposto à América Latina.

À lógica neoliberal mercantilista, que restringe os países latino-americanos a estas duas funções: abastecimento de matérias-primas para os centros industrializados e transferências de valor e de mais-valia exclusivamente em benefício destes, deve-se acrescentar a função de ter-se constituído em exportadores de mão-de-obra – principalmente para os Estados Unidos – e em plataformas de transformação do capital produtivo em capital fictício, entendido este como o conjunto dos “meios de circulação imaginários”, como na sua época J. W. Bosanquet o denomino. Claro e evidentemente, trata-se da especulação que hoje representa uma das características da economia capitalista mundial. O fato realmente importante aqui é que o capital fictício serve para *reciclar* o capital de maneira rentável para os países industrializados e informatizados do sistema neo-imperialista, provocando, em contrapartida, um crescente endividamento externo na maior parte dos países latino-americanos que, por essa via circular e contraditória, mantêm-se prostrados diante dos organismos financeiros e monetários internacionais (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 118).

O neoliberalismo, portanto, chega à América Latina com forte apoio das frações burguesas

vinculadas historicamente com o projeto imperialista-dependente, a burguesia agro-exportadora, a burguesia comercial e a burguesia financeira, que se fortalecem no *bloco no poder* dos distintos Estados latinoamericanos em que o neoliberalismo foi levado à cabo.

Mais do que isso, a vitória do neoliberalismo foi além do campo econômico, mas também política, ideológica e cultural, segundo Borón (1999), devido a quatro pontos centrais: a mercantilização dos direitos conquistados pelas classes populares, transformados em “serviços” integrados ao mercado; o deslocamento do equilíbrio entre mercados e Estado; a criação de um “senso comum” neoliberal, profundamente penetrado nas classes populares e nas sociedades em geral; e o convencimento por parte das elites capitalistas de que não havia outra alternativa a partir do “fim da História” (para usar a infame expressão de Francis Fukuyama).

O avanço do neoliberalismo foi vitorioso politicamente, desarticulando as lutas sociais que eclodiram a partir da segunda metade dos anos 1970, avançando nas privatizações e no desmonte dos Estados nacionais latinoamericanos e reafirmando a dependência da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho. Mas ainda faltava um mecanismo jurídico continental que regulamentasse este novo modelo de exploração imperialista, para além das negociações do Banco Mundial e FMI, e as rodadas do GATT/OMC.

Era necessário um Tratado de Livre-comércio continental, que garantisse legalmente o que a política, a economia e a ideologia neoliberal já havia garantido. A resposta era a integração neoliberal, e o instrumento a Área de Livre-comércio das Américas (ALCA).

## 2. INTEGRAÇÃO NEOLIBERAL E LUTAS SOCIAIS

### 2.1. Breve histórico da integração regional na América Latina

Tentativas de integração na América Latina não constituem novidade. Presente desde o ideário libertador dos tempos da colonização espanhola, a ideia da integração latinoamericana surgiu com força a partir do libertador Simón Bolívar, e sua “Carta da Jamaica”, escrita em 1814, em meio às Guerras de Libertação.

Es más difícil, dice Montesquieu, sacar un pueblo de la servidumbre, que subyugar uno libre. Esta verdad está comprobada por los anales de todos los tiempos, que nos muestran las más de las naciones libres, sometidas al yugo, y muy pocas de las esclavas recobrar su libertad. A pesar de este convencimiento, los meridionales de este continente han manifestado el conato de conseguir instituciones liberales, y aun perfectas; sin duda, por efecto del instinto que tienen todos los hombres de aspirar a su mejor felicidad posible; la que se alcanza infaliblemente en las sociedades civiles, cuando ellas están fundadas sobre las bases de la justicia, de la libertad y de la igualdad. Pero ¿seremos nosotros capaces de mantener en su verdadero equilibrio la difícil carga de una República? ¿Se puede concebir que un pueblo recientemente desencadenado, se lance a la esfera de la libertad, sin que, como a Ícaro, se le deshagan las alas, y recaiga en el abismo? Tal prodigio es inconcebible, nunca visto. Por consiguiente, no hay un raciocinio verosímil, que nos halague con esta esperanza.

Yo deseo más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria (BOLÍVAR, 1814, p. 10).

Uma década após a publicação da Carta da Jamaica, a América Latina estava quase totalmente liberta da colonização, mas a integração havia dado lugar à formação de novas Repúblicas, formalmente independentes, mas já direcionadas à uma dependência político-econômica de outra natureza. Bolívar, então presidente da Grã-Colômbia (área equivalente hoje aos Estados da Colômbia, Venezuela, Equador e parte da Bolívia e do Panamá), convoca para 1826 o primeiro Congresso Pan-americano, que é um fracasso.

Após a morte de Bolívar, outros três Congressos são convocados: dois em Lima, no Peru (1848 e 1864/65) e um em Santiago do Chile (1856). Estes processos não contaram com a participação efetiva de Estados Unidos e Brasil, se restringindo às ex-colônias espanholas. Ao fim

do século, surge no cubano José Martí, uma nova concepção da integração latinoamericana, mais voltada aos setores populares e de caráter antiimperialista:

Los pensadores canijos, los pensadores de lámparas, enhebran y recalientan las razas de librería, que el viajero justo y el observador cordial buscan en vano en la justicia de la Naturaleza, donde resalta en el amor victorioso y el apetito turbulento, la identidad universal del hombre. El alma emana, igual y eterna, de los cuerpos diversos en forma y en color. Peca contra la Humanidad el que fomente y propague la oposición y el odio de las razas. Pero en el amasijo de los pueblos se condensan, en la cercanía de otros pueblos diversos, caracteres peculiares y activos, de ideas y de hábitos, de ensanche y adquisición, de vanidad y de avaricia, que del estado latente de preocupaciones nacionales pudieran, en un período de desorden interno o de precipitación del carácter acumulado del país, trocarse en amenaza grave para las tierras vecinas, aisladas y débiles, que el país fuerte declara percederas e inferiores. Pensar es servir. Ni ha de suponerse, por antipatía de aldea, una maldad ingénita y fatal al pueblo rubio del continente, porque no habla nuestro idioma, ni ve la casa como nosotros la vemos, ni se nos parece en sus lacras políticas, que son diferentes de las nuestras; ni tiene en mucho a los hombres biliosos y trigueños, ni mira caritativo, desde su eminencia aún mal segura, a los que, con menos favor de la Historia, suben a tramos heroicos la vía de las repúblicas; ni se han de esconder los datos patentes del problema que puede resolverse, para la paz de los siglos, con el estudio oportuno y la unión tácita y urgente del alma continental. ¡Porque ya suena el himno unánime; la generación actual lleva a cuestas, por el camino abonado por los padres sublimes, la América trabajadora; del Bravo a Magallanes, sentado en el lomo del cóndor, regó el Gran Semí, por las naciones románticas del continente y por las islas dolorosas del mar, la semilla de la América nueva! (MARTÍ, 1891).

O início do século XX trás uma alteração significativa nas relações internacionais, com o advento das políticas imperialistas, que culminariam em duas Guerras Mundiais. Na América Latina, o Brasil tomava esta posição expansionista, se separando ainda mais dos países de língua espanhola.

No pós-Guerras Mundiais, prevaleceu o ideário pan-americano estadunidense a partir da Doutrina Monroe – reforçado pela Doutrina Truman – e a integração baseada nos temas de segurança. A Conferência de Bogotá, na Colômbia em 1948 cria a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Conferência do Rio de Janeiro em 1952 firma o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (Tiar) e vincula toda a estratégia de Defesa e segurança dos Estados americanos aos EUA.

Em 1958, o então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek apresentou a primeira proposta concreta de integração econômica dos Estados latino-americanos, a Operação Pan-americana

(OPA). Explicitou o objetivo combater a pobreza no subcontinente, buscando apoio e suporte dos EUA. Para Vizentini (1995), se tratava não só de transformar o pan-americanismo estadunidense de instrumento de dominação em potencializador do desenvolvimento regional, mas também de impulsionar o papel brasileiro na região.

Sob forte influência de Celso Furtado (ALMEIDA, 2006), a proposta de Kubitschek expressava as influências da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) acerca da necessidade de um esforço coletivo dos Estados latino-americanos para a superação do estágio atrasado de desenvolvimento da região (ALTEMANI, 2005).

Partindo dessa premissa, propunha a abertura da América Latina ao capital estrangeiro, a facilitação e ampliação de políticas de crédito das entidades estrangeiras e a disciplina equitativa do mercado de produtos de base, reduzindo a desigualdade dos termos de intercâmbio dos países da região com os do mundo desenvolvido, mas em nenhum momento se manifestando explicitamente pela quebra da dependência regional (RAMPINELLI, 2004).

De forte caráter anticomunista, a proposta da OPA considerava o desenvolvimento econômico e não a repressão – privilegiada pela política externa dos EUA – a melhor defesa contra a proliferação de movimentações de massa e da influência subversiva (VIZENTINI, 1995). Portanto, a proposta do governo brasileiro não se restringia à dimensão econômica.

Continha uma profunda intencionalidade política e visava aliar a dominação ideológica, presente no pan-americanismo da Doutrina Monroe, a uma redefinição dos vínculos de dependência das formações sociais latino-americanas em relação aos EUA e, por extensão, aos demais países que ocupavam posição predominante no chamado mundo ocidental.

Mesmo derrotada politicamente, a OPA e seu multilateralismo relativo, aliado ao “problema” que ela mesma explicitava combater – a ascensão das lutas populares<sup>2</sup> – contribuiu para a adoção de um leque mais sofisticado de políticas estadunidenses em relação à América Latina. Foi

---

<sup>2</sup> É fundamental indicarmos a importância da Revolução Cubana, de 1959, para a formulação não somente de uma nova “onda” de lutas sociais, como para a própria política de repressão adotada pelos Estados Unidos e imposta à região

o caso da criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Aliança Para o Progresso (CERVO; BUENO, 1992).

Ao mesmo tempo em que os EUA tratavam a integração econômica regional em um segundo plano, buscando sustentar sua dominação econômica a partir da política de segurança imposta pela Aliança Para o Progresso, as burguesias internas dos países latinoamericanos de capitalismo mais avançado se movimentavam a partir do ideário cepalino de integração desenvolvimentista (CAVLAK, 2012). O fruto dessa movimentação é a Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

A ALALC, criada em 1960 em Montevideu, previa a constituição, já neste mesmo ano, de uma área de livre-comércio e circulação de bens entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai (em 1970, juntar-se-iam Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela), visando a criação de uma zona de mercado comum até, a princípio, 1972 (Tratado de Montevideu) e, posteriormente, 1980 (Protocolo de Caracas) (HUMMER; SCHMID, 2007).

A ALALC foi criada em 1960, com base na cláusula da nação mais favorecida e no princípio do tratamento nacional, para levar à criação de uma zona de livre comércio sub-regional, conforme disposto no artigo 2o do Tratado de Montevideu, num prazo inicial de doze anos. A iniciativa não teve muito sucesso por uma série de razões, mas principalmente porque, além de a proposta de integração ter um esquema muito ambicioso e rígido, não levava em consideração a heterogeneidade econômica e industrial da região e a de visão quanto ao perfil a ser conferido à integração regional. Além disso, não havia um mecanismo de supervisão e controle do comportamento dos Estados, nem um mecanismo de solução de controvérsias que pudesse garantir os acordos assumidos (BARRAL; PANCOTTO BOHRER, 2010, p. 92).

Ainda que houvessem avanços como, no âmbito da ALALC, a assinatura do Pacto Andino em 1969 (PREUSSE, 2007), a ALALC pouco contribuía para um verdadeiro processo de integração, devido às suas fragilidades jurídicas, não sendo interessante aos Estados membros um maior avanço sob seus marcos.

Assim, em 1980, também em Montevideu, firmou-se o tratado que substituía o de 1960 e instituía a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), composta pelos onze membros da

ALALC, com a inclusão de Cuba em 1999 (HUMMER; SCHMID, 2007). A ALADI

deixou de lado os mecanismos rígidos que caracterizaram a ALALC, estabelecendo como objetivo de longo prazo a criação gradual e progressiva de um mercado comum latino-americano<sup>3</sup>. A flexibilidade é marcada pelo uso dos Acordos de Alcance Parcial (dos quais apenas alguns membros participam, apesar de abertos a todos os demais, e representam uma mitigação da cláusula da nação mais favorecida) e dos de Alcance Regional (que envolvem todos os países membros) (BARRAL; PANCOTTO BOHRER, 2010, p. 92).

Ambos os processos pretendiam, em longo prazo, a criação de um mercado comum latino-americano. Todavia, o Tratado de 1980 apresenta uma evolução sobre o de 1960, não somente por uma maior e melhor estrutura jurídica, como pela substituição de uma concepção simples de uma zona de livre-comércio para uma proposta de “área de preferências econômicas integrada por um conjunto de mecanismos que abrange uma preferência tarifária regional, acordos de alcance regional e acordos de alcance parcial”<sup>3</sup>.

A nova associação nascia com três funções básicas: a promoção e regulamentação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento de ações de cooperação econômica que levassem à ampliação dos mercados. Outra novidade foi o reconhecimento de um estatuto especial para os países com menor nível de desenvolvimento econômico, determinando assim tratamentos diferenciados, além da abertura a ações conjuntas com países não-membros.

Como aponta Vilarino (2010), a Guerra das Malvinas aproxima as duas principais potências regionais sulamericanas, Brasil e Argentina. Esta aproximação, motivada pelo apoio brasileiro aos argentinos durante o conflito e consolidada pelo governo Menen, sinalizava a possibilidade de maiores iniciativas de integração e cooperação.

Foi no âmbito da ALADI que, em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A necessidade de acordos que potencializassem a integração no continente e as novas possibilidades

<sup>3</sup> Associação Latino-americana de Integração. *O que significou a substituição da ALALC pela ALADI?* Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/preguntasfrecuentes.nsf/009c98144e0151fb03256ebe005e795d/cf2ded02ef8e4a6c03256ed100613e5d?OpenDocument>> Acesso em 16 out. 2012.

de desenvolvimento forjadas ao longo dos processos de reforma neoliberal nos Estados latino-americanos, motivou o início das conversas entre Brasil e Argentina, que culminaram na Declaração de Iguazú (1985) e posteriormente no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988) (BANDEIRA, 1993).

O interesse de Paraguai e Uruguai pelo Tratado possibilitou a concretização de um bloco sub-regional de cooperação no Cone Sul. Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a estrutura institucional do MERCOSUL e o dotou de personalidade jurídica internacional (BARBOSA, 2010) impulsionando

una idea estratégica de largo plazo – que quizás sea percebida com perspectivas y intensidades diferentes em cada uno de los países miembros y incluso, dentro de ellos en sus distintos sectores políticos y sociales – y como un proceso de integración económica – entendido este, como un conjunto de compromisos, acciones y reglas de juego, voluntariamente asumidos por naciones soberanas, orientados a ampliar de forma estable y permanente, los respectivos mercados internos en un espacio económico común a los países participantes (PEÑA, 2007, p. 18)

O MERCOSUL estabeleceu-se primeiramente como débil suporte internacional às crises nacionais dos países membros durante a década de 1990 (STUART, 2007) e foi paulatinamente desenvolvendo os processos relativos a onze eixos, a saber: político; econômico-comercial; correção das assimetrias estruturais; integração produtiva; agricultura familiar; ciência e tecnologia; cooperação energética; aperfeiçoamento institucional; desenvolvimento social; direitos humanos; e serviços.

O MERCOSUL, porém, não se enquadrava na qualidade dos blocos econômicos supranacionais que se estabeleciam com mais força no pós-Guerra Fria, em especial a União Europeia.

Nem o Tratado de Assunção, instrumento fundacional do Mercosul, nem o Protocolo de Ouro Preto, que o modificou parcialmente, podem ser comparados aos instrumentos fundacionais da integração europeia, quais sejam, o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia, e o Tratado de Maastrich, que lançou a União Europeia, com o objetivo, inclusive, de chegar a uma união monetária. Diferentemente do instrumento

institucional que lançou o Mercado Comum Europeu, o Tratado de Assunção não comporta nenhum procedimento de tipo comunitário, nem prevê órgãos supranacionais. Tampouco ele contempla aspectos normativos de alcance tão vasto como, por exemplo, a política agrícola comum da UE, cujos parâmetros são definidos no âmbito da União Europeia (BARBOSA, 2007, p. 32).

O MERCOSUL se consolida então em um mecanismo que, nos marcos da hegemonia neoliberal, pretendia buscar a integração sub-regional como forma de garantir melhores vantagens e compensações aos países membros do que aos demais países latinoamericanos, podendo inclusive pautar com mais força ações na OMC ou até mesmo na relação direta com os EUA.

Por mais que os países latinoamericanos, em especial os do chamado Cone Sul buscassem consolidar a integração regional como espaço alternativo de barganha econômica, nenhuma destas iniciativas, incluía a grande potência do continente americano, os EUA, enquanto protagonista da integração. Com o fim da Guerra Fria e o advento da globalização neoliberal, os EUA necessitavam um projeto de integração que contemplasse sua nova estratégia político-econômico-militar-cultural de dominação.

## **2.2. Neoliberalismo integrado: a Área de Livre Comércio das Américas**

O fim da União Soviética, e a conseqüente dissolução do sistema bipolar originado no pós-II Guerra Mundial, alterou não somente a geopolítica internacional, como criou as condições para a mundialização do neoliberalismo. Os Estados Unidos ampliam sua hegemonia política, militar, econômica e ideológica, alcançado novas zonas e mercados.

Ao mesmo tempo, se observa a tendência de criação de grandes blocos econômicos regionais, que atuam tanto no protecionismo de suas economias, quanto numa maior força de negociação nas organizações internacionais.

A Comunidade Econômica Europeia (CEE) se fortalece, passando a influenciar os países oriundos da chamada “Cortina de Ferro”, como Hungria, Polônia, Checoslováquia, entre outros. A unificação da Alemanha após a queda do Muro de Berlim reforça sua liderança no bloco, que após o

Tratado de Maastricht evolui para União Europeia, ampliando a integração econômica para a circulação de capitais, serviços e pessoas.

O bloco asiático, liderado pelo Japão, não possui um nível de integração institucional como o europeu, mas engloba os chamados “Tigres Asiáticos” (Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Singapura), os países que conformam a Associação de Países do Sudeste Asiático (Tailândia, Malásia, Indonésia, Brunei e Filipinas), além de Austrália e Nova Zelândia, observando ainda um processo de abertura econômica da China.

*A Iniciativa para as Américas*, lançada pelo presidente George Bush em junho de 1990, insere-se nesse contexto. Sem fixar prazos os cronogramas rígidos, estabelecia como meta a formação de uma área de livre comércio em todo o continente americano - “de Yukon à Patagônia”. Essa área de livre comércio seria consolidada a partir de uma série de acordos bilaterais negociados de forma independente entre os Estados Unidos e cada um dos países da região (MAGNOLI; ARAUJO, 2003, p. 38).

Mais do que uma mera proposta, a Iniciativa para as Américas simbolizava uma nova política estadunidense para a América Latina, que transcendia a Aliança Para o Progresso e a doutrina político-militar predominante durante as ditaduras militares:

En lo que se respecta a América Latina, hasta fines de los años ochenta prácticamente no existía una estrategia gubernamental norte-americana de vinculación *económica* con el *conjunto* de la región, y, en ausencia de esa estrategia, en el ámbito económico el mayor énfasis estuvo puesto en vínculos principalmente bilaterales y con definiciones reactivas, en tanto que las relaciones más generales con Latinoamérica se desprendían de las estrategias estadounidenses relativas al binomio Este-Oeste y al binomio Norte-Sur, en ambos casos respondiendo a preocupaciones fundamentalmente geopolíticas vinculadas a la percepción norteamericana del equilibrio mundial de poder y a la necesidad de obtener la victoria en un caso respecto al Este y en otro respecto al Tercer Mundo (ESTAY; SANCHEZ, 2005, p. 24).

Seguindo a linha do Consenso de Washington, se expande a política de “defesa contra o comunismo”, mantendo questões de ordem ideológica na pauta, mas aplicando os princípios estadunidenses não prioritariamente na política, mas na economia – em especial no que tange a abertura econômica, o livre mercado, e reformas internas que diminuam a ingerência dos Estados nacionais. Há também, no campo político, a inclusão de temas ditos prioritários para a política

latinoamericana, tais como direitos humanos e a luta contra o narcotráfico.

Além disso, os Tratados de Livre-comércio (TLC's) na América Latina, se tornam uma arma efetiva, não só para garantir os interesses estadunidenses, como reforçar o cumprimento das determinações do Consenso de Washington, independente da correlação de forças interna de cada Estado membro.

As instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), impuseram o modelo neoliberal em quase todo o mundo por meio das chamadas políticas de ajuste estrutural: privatizações, redução do papel do Estado na economia, abertura de fronteiras ao comércio mundial e ao investimento estrangeiro. Os tratados de livre-comércio transformaram essas políticas em leis supranacionais, como disse um ex-diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC): “Criam a Constituição mundial dos direitos do capital” (ARROYO, 2004, p. 42).

Em 1º de janeiro de 1994, Estados Unidos, Canadá e México iniciam a aplicação do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA – sigla em inglês), expandindo o acordo bilateral entre EUA e Canadá para os mexicanos. A estratégia de integração regional estadunidense, então, se concentra na absorção de mais países latinoamericanos para o bloco.

*A Iniciativa para as Américas*, tal como havia sido formulada pelo presidente Bush, não prosperou. O Nafta, por seu turno, foi fortemente abalado ainda em seu estágio inicial, tanto pela grave crise financeira e política que se abateu sobre o México em 1994 quanto pela reação crescentemente protecionista de setores do Congresso e da sociedade americana, que enxergavam no tratado uma ameaça aos interesses dos trabalhadores e de parcelas do empresariado do país. A integração continental, no entanto, continuou em pauta (MAGNOLI; ARAUJO, 2003, p. 40).

Na Cúpula das Américas do mesmo ano, o então presidente Bill Clinton propõe aos países presentes (todos os 34 Estados americanos, com exceção de Cuba) a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma extensão do NAFTA que contemplasse os países da América Latina e Caribe,

como parte de los esfuerzos de esse país por mejorar sus capacidades competitivas sobre todo ante el avance de la integración europea, recurriendo para ello a una redefinición de sus relaciones con los países de América Latina y El Caribe, los cuales historicamente han

constituído sua zona geográfica imediata de influencia (ESTAY; SANCHEZ, 2005, p. 22).

O discurso da integração que impulsiona a ALCA partia também da integração dos blocos econômicos já existentes – o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Pacto Andino e a Comunidade Caribenha (Caricom) – sob as bases do NAFTA. É importante salientar que existem diferenças sensíveis entre os blocos naquele momento, como

por exemplo, o objetivo do Mercosul é tornar-se um mercado comum, ao passo que o NAFTA não tem tentado estabelecer normas comuns de trabalho entre seus três membros; aliás, os EUA não suportariam o movimento livre de mão-de-obra do México. E o Mercosul contém algumas disposições e programas sociais para trabalhadores deslocados, inexistentes no NAFTA (BARLOW, 2001, p. 15).

Porém, as semelhanças superam em muito as diferenças entre os blocos. Sua afinidade central se dá em dois aspectos: o modelo de liberalização do comércio, seguindo a linha dos Programas de Adaptação Estrutural anteriormente introduzidos pelo FMI e o Banco Mundial; e medidas para liberalizar o investimento estrangeiro, rompendo barreiras protecionistas e tratando o investimento externo e o interno sem discriminação. Ou seja, sob a égide do pensamento neoliberal, a ALCA potencializaria as ações dos blocos, garantindo maior efetividade à suas políticas.

À proposta de Clinton se agrega, em 1995 na Reunião Ministerial Sobre Comércio, realizada em Denver – EUA, a formação de um “Programa Inicial de Trabalho” que se desdobra na criação de sete Grupos de Trabalho temáticos, transformados posteriormente em nove “Grupos de Negociação” (após reuniões semelhantes em Cartagena e Belo Horizonte, em 1996) que delineiam as formulações gerais da ALCA. São eles:

A) Serviços: a perspectiva deste Grupo era adequar a proposta da ALCA ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), criado na Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1994, e incorporado na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. As negociações do GATS, iniciadas no ano 2000, visavam uma crescente “liberalização” do setor de serviços.

Fundamentalmente, o GATS está incumbido de restringir as ações dos governos quanto a serviços, por meio de um conjunto de limitações legalmente obrigatórias, reforçadas por sanções comerciais com execução obrigatória pela OMC. Seu objetivo mais fundamental é frear todos os níveis de governos na distribuição de serviços e facilitar o acesso das empresas transnacionais aos contratos do governo em diversos setores, inclusive: assistência médica; assistência hospitalar; atendimento domiciliar; assistência dentária; assistência infantil; assistência a idosos; educação – primária, secundária e pós-secundária; museus; bibliotecas; direito; assistência social; arquitetura; energia; serviços de água; serviços de proteção ao meio ambiente; bens imobiliários; seguros; turismo; serviços postais; transportes; indústria editorial; radiodifusão e muitos mais (BARLOW, 2001, p. 21).

A discussão de serviços na ALCA chega inclusive a propor a expansão do modelo discutido na OMC, ampliando a participação da iniciativa privada nos serviços antes controlados e regulados pelos Estados;

- B) Investimento: a base da discussão deste tema era a expansão do Capítulo 11 do NAFTA, e em como adequá-lo à proposta da ALCA, criando uma zona de proteção aos investimentos privados, que independesse dos governos nacionais, e fortalecesse a ação privada oriunda do interior do bloco.

O NAFTA foi o primeiro acordo de comércio internacional do mundo que permitiu a um interesse privado, normalmente uma empresa ou um setor da indústria, evitar seu próprio governo e, embora não seja signatário do acordo, contestar diretamente as leis, políticas e práticas do outro governo NAFTA, se estas leis, políticas e práticas infringem os “direitos” estabelecidos da empresa em questão. O Capítulo 11 concede à empresa o direito de mover uma ação para compensação de lucros perdidos atuais e futuros devido às ações do governo, não importa quão legais possam ser estas ações ou qual o objetivo com que foram iniciadas (BARLOW, 2001, p. 24).

Ou seja, o Grupo visava garantir a aplicação de uma das bases da política neoliberal: a diminuição do papel regulador do Estado nacional, e a garantia prioritária dos interesses da iniciativa privada;

- C) Contratos públicos de governo: a intenção deste Grupo era avançar sobre o Acordo da OMC Sobre Contratos Públicos, ampliando as possibilidades das empresas do bloco em acessarem contratos públicos nos distintos países. Porém, ao contrário do acordo

debatido na OMC, que abrange

a proteção aos fornecedores locais ou nacionais, estabelecendo normas de conteúdo em nível interno ou impondo normas de investimento comunitário, (...) o Grupo de Negociação da ALCA parece ir mais longe e abrir *todos* os contratos, serviços e bens, a licitações competitivas de empresas de outros países da ALCA (BARLOW, 2001, p. 27).

Em resumo, mesmo para serviços terceirizados pelo Estado por meio de licitações, as empresas mais estruturadas (ou seja, majoritariamente as estadunidenses) teriam condições de concorrer no mesmo nível de empresas locais, enfraquecendo empresas de países menos desenvolvidos;

D) Acesso ao mercado: basicamente, a tarefa deste Grupo era criar um processo metodológico de redução e até mesmo eliminação de tarifas alfandegárias e impostos fronteiriços no interior da ALCA. Trata-se da ampliação do acordo de Acesso ao Mercado do NAFTA, criado para diminuir as vantagens das empresas domésticas em relação às grandes multi-nacionais. No entanto, no NAFTA o acordo se limitava às relações comerciais, enquanto na ALCA

os serviços serão abrangidos mais completamente por normas de acesso ao mercado. Também as restrições inerentes aos contratos públicos, que permitem aos governos proteger os fornecedores locais, estarão mais abertas ao desafio de um mandato expandido das medidas referentes a contratos públicos. E aumentará bastante a capacidade das empresas estrangeiras de serviços com fins lucrativos de utilizarem a medida de tratamento nacional para desafiarem os monopólios de serviços do governo, de acordo com a proposta de um novo acordo sobre serviços (BARLOW, 2001, p. 29).

Outra medida em discussão era a aplicação e ampliação do Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio (OTC) da OMC, garantindo que as legislações nacionais adequem suas normas ambientais e de segurança de maneira que ofereça “menores restrições ao comércio”. Na prática, seria forçar os distintos países a aplicarem as normas da OMC (e da ALCA) para os temas citados;

E) Agricultura: a determinação do Grupo de Negociação para a Agricultura da ALCA era a

eliminação dos subsídios de importação agrícola vigentes na região, com base no Acordo Agrícola (AA) da OMC:

As medidas agrícolas do AA da ALCA estabelecem normas sobre o comércio de alimentos e limitam a política agrícola doméstica, chegando até o apoio aos agricultores, a capacidade de manter estoques de produtos alimentícios de emergência, o direito de estabelecer regras de segurança de alimentos e que possam garantir o fornecimento de alimentos (BARLOW, 2001, p. 30).

Ou seja, mais do que garantir interesses na circulação de bens agrícolas e regular sua produção em todos os âmbitos, o acordo prevê uma legislação que se sobreponha à dos países em questões fundamentais, como meio-ambiente, segurança alimentar e saúde pública;

- F) Direitos da propriedade intelectual: a discussão sobre o tema na ALCA se limitava à incorporação do Acordo dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (DPIRC) da OMC. Segundo Barlow (2001),

este acordo estabelece normas globais, de execução obrigatória, sobre patentes, direitos autorais e marcas registradas. Ultrapassou seu âmbito inicial de proteção das invenções originais ou de produtos culturais; atualmente permite patentear plantas e animais, bem como sementes. Privilegia os direitos privados das empresas em relação aos direitos das comunidades locais e de sua herança genética e medicamentos tradicionais. Permite que as empresas farmacêuticas transnacionais mantenham o preço elevado dos medicamentos. Recentemente, o DPIRC foi mencionado, por impedir que os países em desenvolvimento fornecessem medicamentos genéricos e mais baratos aos doentes com AIDS no Terceiro Mundo (p. 32);

- G) Subsídios, anti-dumping e direitos de compensação: como nos anteriores, o centro da discussão é referendar e aprofundar propostas oriundas da OMC. O Acordo da OMC sobre Subsídios e Medidas de Compensação surge para limitar o que um governo nacional pode ou não subsidiar. Somado ao Artigo XXI do GATT<sup>4</sup>, atuava centralmente em duas questões: agro-alimentares e militares;

---

<sup>4</sup> O artigo XXI do GATT, denominado “Exceções de Segurança”, previa exceções aos acordos firmados, no tangente à Segurança Nacional e questões militares em geral.

H) Política de competição: em tese, a discussão deste Grupo é fomentar a competitividade econômica acompanhada do processo de liberalização trazido pela ALCA, reduzindo ou eliminando práticas monopolistas no interior dos diversos países.

Todavia, o resultado, especialmente para os países em desenvolvimento, é que estes são frequentemente forçados a dissolver seus monopólios existentes, acabando por verificar que concederam às empresas transnacionais, sediadas no estrangeiro, oportunidades excelentes para entrarem, destruírem as companhias nacionais, menores, e estabelecerem um novo monopólio, protegido pelos acordos da OMC, tais como o DPIRC e o Acordo de Serviços Financeiros, que ambos protegem mega-empresas consolidadas (BARLOW, 2001, p. 34).

Ou seja, novamente as manobras legais tendem a favorecer grandes empresas multi-nacionais, cujas vantagens competitivas praticamente eliminam empresas menores e locais das concorrências;

I) Resolução de disputas: por fim, a intenção do Grupo de Negociação sobre Resolução de Disputas era construir um mecanismo de arbitragem para o grupo. Não se tinha claro qual modelo seguir, o do Acordo da OMC sobre Normas e Procedimentos que determinam a Resolução de Disputas, ou o modelo do NAFTA. Existem diferenças sensíveis entre eles.

No NAFTA, os juízos de disputa decidem com base na legislação comercial interna do país importador, ou seja, não há um conjunto comum de leis comerciais. Na prática, isso significa que o país (ou empresa) que perde um caso, deve acatar a decisão e oferecer uma indenização ou correr o risco de retaliações equivalentes do país (ou empresa) vencedor.

Já na OMC, caso a ação de um país seja considerada “obstáculo para o comércio”, e seu caso seja derrotado no Órgão de Resolução de Disputas, o país tem três opções: alterar sua lei interna para se ajustar à decisão da OMC; pagar ao país vencedor uma indenização em dinheiro; ou enfrentar sanções rígidas e permanentes.

Certamente que o recurso aos “investidores” privados (isto é, empresas) no Capítulo 11 do NAFTA não existe na OMC. Parece que os negociadores da ALCA preferirão conservar os poderes das resoluções de disputas privadas contidos nas condições investidor-para-estado do NAFTA, enquanto optam pelas condições mais rígidas da OMC para resolverem

disputas estado-para-estado. Isto estaria em harmonia com as outras propostas para a ALCA. Qualquer que seja o modelo existente ou mesmo proposto, contém as “matérias” mais sólidas, que é o modelo preferido da ALCA (BARLOW, 2001, p. 36).

Para além dos nove Grupos de Negociação, existiam também quatro Comitês Não-negociadores, a saber:

J) Comitê sobre as Economias mais Pequenas: cujo objetivo é reconhecer as assimetrias entre as economias dos países do bloco e propor um plano que garanta as oportunidades para as economias menores de participar e aumentar seu desenvolvimento.

Porém, o plano parece vago, consistindo principalmente em proporcionar “uma base de dados das necessidades de auxílio técnico das economias mais pequenas”. Em lugar nenhuma da atuação do Comitê há um reconhecimento da disparidade enorme entre a riqueza e a pobreza do hemisfério, tanto entre países como no interior de cada país (BARLOW, 2001, p. 36);

K) Comitê sobre a Sociedade Civil: surgido para ser um canal entre a chamada “sociedade civil” e a ALCA (apenas no referente ao comércio e suas implicações, é bom dizer), o Comitê pouco avançou nesse sentido. Mais do que um espaço para um debate, acabou se tornando um espaço formulador de uma aparência de diálogo, excluindo assim a chance de um maior aprofundamento em temas centrais como trabalho e meio-ambiente;

L) Comitê Conjunto de Peritos em Comércio Eletrônico do Governo-Setor Privado: este comitê, formado centralmente por representantes governamentais e de empresas do setor da informática (especialmente produtores de *hardware*, *software*, e empresas de internet) visava regulamentar uma legislação para comércio eletrônico, que seria pioneira. As conversas eram feitas em parceria com a OMC e gigantes do ramo, como a Microsoft e a AT&T, produzindo estudos que, ainda que não tenham tido nenhuma conclusão legal, seguem em debate na OMC;

M) Comitê de Negociações Comerciais: talvez o único Comitê que tenha apresentado uma proposta concreta, este identificou três áreas para a assinatura de “acordos de resultados

antecipados”: silvicultura, pesca e energia. Propostos na Cúpula Ministerial de Quebec, em 2001, esses acordos seria uma antecipação, para as áreas citadas, dos acordos da ALCA, funcionando de maneira experimental, até o prazo final do acordo geral, que vence em 2005. Porém, as dificuldades de negociação da Cúpula dificultaram sua aprovação.

Analisando os Grupos de Negociação e os Comitês, se pode ter uma ideia da proposta geral da ALCA. Centralmente, os reflexos para os países latinoamericanos seriam devastadores. Ao diminuir o protecionismo legal de cada país, ao mesmo tempo que dá vantagens às grandes empresas multi-nacionais, a ALCA reforçaria ainda mais o papel da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho, enquanto produtora de bens primários e compradora de produtos de maior valor agregado.

O desenvolvimento industrial e tecnológico dos países de economia mais frágil estaria extremamente comprometido, devido à ingerência da legislação da ALCA e à entrada cada vez maior de empresas já consolidadas, e com melhores condições de concorrência, tanto na exportação de seus produtos, quanto na transferência de sua produção aos países menos desenvolvidos (aproveitando assim vantagens fiscais e o menor preço de mão-de-obra).

Assim, o modelo nacional-desenvolvimentista proposto pela CEPAL seria esquecido, dando lugar à livre-concorrência entre economias díspares e com distintas condições de competitividade, beneficiando assim, além das grandes empresas, os Estados mais ricos e estruturados, essencialmente os Estados Unidos da América.

Caso se concretize a ALCA, o conjunto do continente latino-americano se transformará numa imensa zona franca para a exploração de mão-de-obra barata pelas grandes corporações norte-americanas – como já aconteceu com a faixa fronteiriça norte do México. A América Latina será vítima tanto dos ímpetus expansivos da economia norte-americana, quanto dos efeitos de suas recessões, como ocorre agora dramaticamente com o México, que se tornou um país completamente dependente dos EUA (SADER, 2001, p. 77).

O exemplo desta tese é justamente o México, e os efeitos do NAFTA naquele país:

O Nafta não correspondeu às expectativas e aos objetivos de seus promotores, não provocou um crescimento significativo na economia, nem fez com que crescimento fosse estável, contínuo, sustentável e com justiça social. O baixo crescimento provocou uma enorme degradação do meio ambiente e o esgotamento de recursos naturais. Também não foram criados mais e melhores empregos. Em compensação, aceleraram-se a desintegração das cadeias produtivas nacionais e a desnacionalização de nossa produção. Praticamente não existem mais bancos nem redes comerciais mexicanas. A maioria das grandes empresas exportadoras é majoritariamente estrangeira (com muito poucas exceções) (ARROYO, 2004, p. 60).

Neste novo momento de ofensiva neoliberal sobre a América Latina, uma proposta como a ALCA era central, não apenas nas questões puramente econômicas. A abertura comercial era uma parte da estratégia,

que incluye además elementos directos de dominación política y militar con los cuales la presencia económica de las empresas y productos estadounidenses se complementa y se asegura con el control físico del territorio hemisférico, constituyendo todo ello un conjunto coherente a través del cual se pretende que la región – con sus recursos naturales, su gente y la totalidad de su infraestructura responda por completo a los objetivos u necesidades definidas del lado estadounidense (ESTAY; SANCHÉZ, 2005, p. 27).

Ou seja, acompanhando o discurso do livre comércio, uma série de medidas político-militares acompanhava a proposta, como a defesa das democracias liberais, a luta contra o narcotráfico e o terrorismo<sup>5</sup> (em especial após o 11/09 de 2001), o Plano Colômbia e demais ações que não só reforçavam o Consenso de Washington, como significavam uma ainda maior ingerência econômica, política e militar dos EUA na América Latina.

A ALCA é a extensão lógica das políticas neoliberais do nível nacional e regional para o hemisfério. O “neoliberalismo” dentro de um sistema mercantilista controlado por e para os EUA e os regimes locais seus subalternos. Se o neoliberalismo permitiu aos EUA participar do saque da América Latina, particularmente na privatização das empresas públicas, com os ricos latino-americanos e o capital europeu e asiático, a ALCA está pensada para maximizar a parte dos EUA nos mercados e nos recursos latino-americanos. A ALCA foi elaborada para criar uma “Fortaleza América” contra a concorrência euro-asiática, e para maximizar a extração de lucros destinados a financiar a crescente crise nos EUA (PETRAS, 2001, p. 121).

---

<sup>5</sup> Que, na prática, também servia como um reforço às políticas não-institucionais de combate aos movimentos sociais.

Deve-se ter especial interesse na questão militar. No plano de dominação representado pela ALCA, não só a opressão econômica e política basta. É necessária a garantia militar da manutenção da hegemonia estadunidense, do controle dos recursos naturais e da repressão aos povos.

Por isso, a defesa dos interesses vitais dos Estados Unidos e do capitalismo tende a se militarizar em todos os espaços e sob formas variadas, que englobam desde o controle do pensamento e da política até a instalação direta de bases e forças militares em todos os pontos de interesse, devido ao conteúdo de suas riquezas, ou em todos os pontos de “risco”, devido à sua indisciplina perante as determinações dos altos círculos de poder.

Por isso, hoje, a preocupação central do sistema, representado pelos Estados Unidos, é a segurança. “Segurança nacional”, dizem as autoridades norte-americanas, apesar de manipularem o sentido desse conceito e a defenderem em todo o território planetário, em desrespeito às leis, direitos ou aspirações do resto dos povos. A segurança contra o narcotráfico descontrolado, contra a rebelião dos povos, contra qualquer sinal de autonomia ou autodeterminação, ou seja, contra qualquer coisa que fuja ao seu controle, é garantida com uma proliferação de bases militares e a definição de normas universais, como as incluídas nos acordos do Nafta e da Alca (CECEÑA, 2004, p. 33).

À época das negociações da ALCA, os Estados Unidos possuíam 14 bases e zonas de exercícios militares na América Latina<sup>6</sup>, sem contar a base de Alcântara, no Brasil, cuja negociação estava inclusa nos marcos da ALCA. A ligação dessas bases proporcionam aos EUA condições de interferir e monitorar praticamente todo o território latinoamericano.

Parte integrante do novo império militar é o estabelecimento de bases militares dos EUA no Equador (Manta), El Salvador e Peru (Iquitos). Washington colonizou o espaço aéreo da maior parte da América do Sul setentrional e meridional, assim com da América Central, fazendo voar com toda a liberdade seus aviões de reconhecimento, em flagrante violação das soberanias dos respectivos países. Igualmente, operações militares estadunidenses já são rotina nos rios do Peru e da Colômbia e nas costas do México e do Peru. Além do Plano Colômbia, Washington se empenhou em exercícios militares conjuntos em países latino-americanos, na violação de suas constituições, treinando e selecionando oficiais latino-americanos promissores, que poderão vir a constituir forças mercenárias em qualquer guerra terrestre. O grande aumento de gastos militares dos EUA na América Latina, a proliferação de programas de treinamento, bases militares e a participação direta de oficiais militares estadunidenses em situações de combate mostram que Washington compreende que “construir um império não é tomar um chá”. (...) o avanço da ALCA deve ser visto em relação à construção do império militar dos EUA. A ALCA significa mais concentração de riquezas em mãos das multinacionais estadunidenses, e a eliminação das forças “intermediárias” pequeno-burguesas/burguesas, capazes de “mediar” ou de controlar uma oposição de massas. A aguda polarização resultante da ALCA significa uma maior repressão estatal, na medida em que a oposição combine, cada vez mais, as lutas “nacionalistas” e as lutas sociais (PETRAS, 2001, p. 126).

---

<sup>6</sup> Ver Anexo 1: “Bases militares dos EUA an America Latina à época das negociações da ALCA”

Ou seja, a ALCA se mascarava de um acordo econômico-comercial, mas dava condições para uma total dominação político-militar dos EUA sobre a América Latina, ao sobrepor as legislações nacionais, “legalizando” assim a hegemonia estadunidense na região.

A proposta da ALCA contém também condições sobre políticas de concorrência, contratos públicos, acesso ao mercado e resolução de disputas que, juntas com a inclusão de serviços e investimento, poderiam retirar de todos os governos das Américas a capacidade de criar ou manter leis, normas e regulamentos para proteger a saúde, a segurança e o bem-estar dos cidadãos e do meio ambiente que partilham. (BARLOW, 2001, p. 12).

Ainda assim, na segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000, os governos latinoamericanos não apresentavam maiores restrições às negociações da ALCA. A grande maioria se limitava a realizar as reformas internas previstas no Consenso de Washington, de modo a cumprir os “requisitos de elegibilidade” (normas mínimas para a entrada no bloco – que envolviam, basicamente, a estruturação do neoliberalismo no âmbito interno). Quem tinha dificuldade para avançar nas negociações eram os próprios EUA.

O mandato do Republicano George W. Bush se inicia em 2001 como resposta à recessão econômica que afligiu o governo Clinton ao fim da década anterior. Porém, a contestada eleição (com suspeitas de fraude e manipulação de votos) e o *modus operandi* do novo presidente dificultam uma unidade de ação no parlamento.

Com isso, alterou-se a presidência de todas as comissões a favor do Partido Democrata, tornando muito mais difícil ao governo de Bush recuperar para a presidência a “via rápida” que Bill Clinton havia perdido e sem a qual nenhum acordo internacional – como a ALCA – é possível, porque nenhum país assinaria acordos com os EUA que depois tivessem que ser referendados – ou não – pelo Congresso daquele país. Além disso, com a recessão, aumentou o desemprego e com ele a resistência dos sindicatos norte-americanos a qualquer tipo de política que possibilitasse aumentar a transferência de empresas dos EUA para países com força de trabalho mais barata, como aconteceu amplamente na faixa norte do México, em detrimento do emprego dos trabalhadores norte-americanos (SADER, 2001, p. 76).

Soma-se a isso uma paralisia política resultante da intervenção militar no Afeganistão (e posteriormente no Iraque), e as dificuldades econômicas internas, pós-crise dos anos 1990, e com

boa parte de seus recursos destinados ao orçamento bélico. Ou seja, as próprias contradições no interior da potência imperialista atrasaram a aprovação da ALCA, criando condições para a organização de um movimento de resistência no interior dos países latinoamericanos.

### **2.3. Lutas sociais e institucionais: a Campanha Continental Contra a ALCA e a formação de um campo político antineoliberal**

Os reflexos do neoliberalismo para os povos latinoamericanos foram vorazes. Desemprego, aumento da miséria, exclusão social, ausência de políticas sociais, repressão às lutas sociais. Tais condições levaram os setores populares, em meio a um descenso da luta de massas, a se reorganizarem em reação à política neoliberal.

O primeiro sinal de movimentação, neste estágio da ofensiva neoliberal<sup>7</sup>, ocorreu na celebração do acordo do NAFTA, em 1º de janeiro de 1994. No México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se levantou no estado Chiapas, contra a assinatura do tratado e o governo neoliberal de Salinas de Gortari.

O EZLN ocupa prefeituras prédios públicos, mobilizando as populações locais e atraindo a atenção da mídia internacional. É publicada a “Primeira Declaração da Selva Lacandona”, em que declaram guerra ao governo neoliberal e convocam o povo mexicano às ruas:

Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por *trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz*. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo, formando un gobierno de nuestro país libre y democrático (EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, 1994).

A repressão, como não poderia deixar de ser, foi alta e logo evitou que o que ocorreu em

---

<sup>7</sup> Não estamos aqui esquecendo ou desconsiderando mobilizações antineoliberais nos distintos países, como no exemplo venezuelano, o chamado “Caracazo” em 1989 e a tentativa de tomada do governo liderada por Hugo Chávez em 1992, mas entendendo o Levante Zapatista como a primeira mobilização latinoamericana que enfrentava diretamente o projeto de integração regional neoliberal.

Chiapas se espalhasse pelo resto do país. Porém, a reação popular germinava no continente americano. Em 1997, organizações sindicais dos EUA e do Canadá, ampliada com centrais brasileiras (CUT), mexicanas (RMALC) e outras, realizam uma reunião que propõe uma articulação continental contra o neoliberalismo e a ALCA.

Na seqüência, em simultâneo à cúpula ministerial dos dias 12 e 13 de maio, é realizado o III Fórum Sindical - que levou o nome de “Nossa América” - organizado com base no núcleo conformado pela ORIT, os sindicatos canadenses e a CUT, que era a anfitriã. O Fórum começou sendo só sindical, mas acabou convidando, após as primeiras deliberações, as ONGs e movimentos que realizavam também atividades de forma separada em BH. O resultado da reunião foi uma declaração pública intitulada “Construindo a Aliança Social Continental, frente ao Livre Comercio” (BERRON, 2007, p. 39).

Era o surgimento da Aliança Social Continental (ASC), que convoca para o ano seguinte a “I Cumbre de los pueblos”, no México, ampliando tanto o perfil das organizações participantes, como aglutinando mais entidades de mais países latinoamericanos.

No mesmo ano, na Venezuela, Hugo Chávez Frias, militar que em 1992 já havia tentado derrubar o governo de Carlos Andrés Perez, vence as eleições presidenciais, numa campanha baseada na crítica ao modelo neoliberal e à ALCA.

Como aponta Pinheiro (2010), a vitória eleitoral de Hugo Chávez não foi um fenômeno isolado naquele país, mas uma consequência de um processo iniciado no “Caracazo” de 1989, passando pelas lutas de 1992, e celebrado com a Assembleia Constituinte de 1999, que encerrava um ciclo de lutas contra “Las políticas neoliberales de gobiernos apátridas (que) trasfirieron al capital monopolista internacional, especialmente el estadounidense, nuestras<sup>8</sup> riquezas naturales, em un abierto despojo a la nación y la sociedad venezolana” (CALZADILLA, 2008 *apud* PINHEIRO, 2010, p. 111).

A eleição de Chávez inicia um novo período na história latinoamericana. As mobilizações anti-neoliberais chegam a um novo patamar, e distintos setores das sociedades começam a se organizar. A América Latina se torna o centro da luta anti-neoliberal no mundo, e a hegemonia dos

---

<sup>8</sup> Do povo venezuelano (nota minha).

Estados Unidos é ameaçada.

A partir de fins dos anos 1990, a hegemonia estadunidense volta a se encontrar numa profunda crise de legitimidade envolvendo as burguesias locais que a ela se articulam. Essa crise atinge profundamente a dependência, pois esta encontra sua configuração histórica numa situação de compromisso que articula internamente o capital estrangeiro e o capital nacional. Esse capital já é, desde seu nascedouro, dependente e dirige o Estado como instrumento de negociação e conciliação de interesses. Mas a afirmação do neoliberalismo na América Latina torna profundamente obsoletas as bases desse compromisso. Destrói amplamente as estruturas produtivas das burguesias nacionais, desnacionalizando-as, e restringe a iniciativa do Estado nacional, limitando sua capacidade de direção ao submetê-lo às regras “cosmopolitas” da circulação internacional de capitais e mercadorias. Em consequência, a situação de compromisso que estabeleceu a dependência como uma necessidade histórica entra em crise profunda. As burguesias nacionais perdem drasticamente sua autonomia e a capacidade de liderarem o desenvolvimento das forças produtivas. Foi a capacidade de impulsionar as forças produtivas, mesmo com a superexploração do trabalho, que deu respaldo ao controle do Estado pelas distintas frações da burguesia nacional. Essa desvinculação se manifesta na crise política desses grupos, impulsionando a conjuntura política latino-americana para a esquerda em particular no período cíclico de egressos de capital estrangeiro que se inicia em 1999 e se estende até 2006 (MARTINS, 2011, p. 319).

Os efeitos da chamada “globalização neoliberal”, porém, não se restringiam ao continente americano. Em 1999 é convocado o Dia de Ação Coletiva Global, cujo auge são os protestos em Seattle, Estados Unidos, durante a Cúpula da Organização Mundial do Comércio. Milhares de pessoas, oriundas de todas as partes do mundo, e organizadas em movimentos sociais, ONGs, organizações populares, movimentos ambientalistas, partidos políticos e representações de artistas e intelectuais, saem às ruas para mostrar sua indignação em relação ao projeto neoliberal.

As manifestações, mais do que paralisarem as reuniões da Cúpula, elevam a pauta a um patamar superior e indicam o início de um novo ciclo de mobilizações a nível internacional.

Os protestos de Seattle e o nascimento do movimento antiglobalização supuseram uma importante mudança, tanto na sociedade internacional (uma vez que representa a irrupção de um novo ator internacional) como nas formas de mobilização política (já que insere um repertório renovado de ação coletiva, marcado por dinâmicas internacionais e transnacionais). A partir de Seattle, as forças sociais de diferente natureza (movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicais, comunidades universitárias etc.) passam a desempenhar um rol mais ativo no âmbito global, por meio de diferentes estratégias e formas de participação. Tal fato permite o forjamento de um espaço numa arena outrora completamente dominada pelos Estados e organizações internacionais, os quais se veem obrigados a incluir em suas políticas uma maior participação da sociedade civil (BRINGEL; ECHART, 2010, p. 29).

Cresce e estrutura-se um movimento internacional antineoliberal, composto especialmente por novos movimentos sociais e ONGs, e centrado na contraposição do modelo imposto pelo Consenso de Washington e reafirmado no Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça.

Quando a Organização Mundial do Comércio se reuniu em Seattle em 1999 para redigir as regras definitivas que criariam a ordem econômica mundial neoliberal, ela precisou enfrentar demonstrações populares (principalmente os movimentos sociais norte-americanos) que de fato descarrilaram esses procedimentos. Isso foi seguido por outras tantas demonstrações em vários outros encontros internacionais nos cinco anos seguintes, e depois pela criação do Fórum Social Mundial, que se reuniu pela primeira vez em Porto Alegre, em janeiro de 2001. O Fórum Social Mundial destinava-se a ser a contrapartida popular antineoliberal ao Fórum Econômico Mundial de Davos, o encontro oficial de base das forças mundiais que levavam adiante a agenda neoliberal (WALLERSTEIN, 2009, p. 68).

Em janeiro de 2001, a cidade brasileira de Porto Alegre sedia o primeiro Fórum Social Mundial “Um Outro Mundo É Possível”. As experiências mexicana e venezuelana são postas como referência, e os movimentos sociais e demais organizações presentes firmam um pacto internacional contra as medidas neoliberais, sintetizada na Declaração dos Movimentos Sociais<sup>9</sup>, assinada por centenas de organizações de todo o mundo:

Forças sociais vindas do mundo inteiro nos reunimos no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Sindicatos e ONGs, movimentos e organizações, intelectuais e artistas, construímos juntos uma grande aliança para criar uma nova sociedade, diferente da lógica atual que coloca o mercado e o dinheiro como a única medida do valor. Davos representa a concentração da riqueza, a globalização da pobreza e a destruição de nosso planeta. Porto Alegre representa a luta e a esperança de um novo mundo possível, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações.

Somos parte de um movimento em crescimento a partir de Seattle. Desafiamos as elites e seus processos anti-democráticos representados no Fórum Econômico de Davos. Viemos compartilhar nossas lutas, trocar experiências, fortalecer nossa solidariedade e manifestar nosso rechaço absoluto às políticas neoliberais da atual globalização.

Somos mulheres e homens, camponesas e camponeses, trabalhadoras e trabalhadores, profissionais, estudantes, desempregadas e desempregados, povos indígenas e negros, vindos do Sul e do Norte, que temos o compromisso de lutar pelos direitos dos povos, a liberdade, a segurança, o emprego e a educação. Somos contra a hegemonia do capital, a destruição de nossas culturas, a monopolização do conhecimento e dos meios de comunicação de massas, a degradação da natureza e a deterioração da qualidade de vida

---

<sup>9</sup> Ver anexo 2: “Lista de organizações signatárias da Carta dos Movimentos Sociais do Fórum Social Mundial de 2001”

através das mãos das corporações transnacionais e das políticas anti-democráticas (FORUM SOCIAL MUNDIAL, 2001).

Esse campo político articulado no Fórum Social Mundial inicia articulações regionais. Na América, se inicia um processo de unidade contra a implementação da ALCA, com reuniões em Quebec (Canadá), Florianópolis (Brasil) e Havana (Cuba) durante o mesmo ano de 2001. Em 2002, no II Fórum Social Mundial, novamente sediado em Porto Alegre, é lançada a Campanha Continental de Luta Contra a ALCA, celebrada com uma marcha de 60 mil pessoas na capital gaúcha (JAKOBSEN, 2002).

É importante salientarmos que a formação deste campo político alça os movimentos sociais mais organizados à vanguarda do processo de lutas. O lugar antes ocupado pelos partidos comunistas tradicionais (no pós-Revolução Russa), pelos movimentos guerrilheiros de libertação nacional (inspirados pela Revolução Cubana de 1959) e pelas organizações sindicais e partidárias (reorganizadas a partir da luta pela redemocratização), agora cabia aos movimentos sociais de massas organizadas. É a partir desses movimentos que a Campanha Continental Contra a ALCA é impulsionada, abrindo um novo ciclo da esquerda latinoamericana.

O ano de 2002 é marcado pelo lançamento de ações populares contra a ALCA em diversos países do continente, como Canadá, EUA, México, El Salvador, Colômbia, Equador, Paraguai e Argentina (BERRON, 2007). Destaca-se nesse período o Brasil, que realizou amplo processo de formação e difusão das bandeiras contra a ALCA, congregando diversos setores da sociedade brasileira. É realizado um amplo Plebiscito Popular<sup>10</sup> que envolvia não só o questionamento da ALCA, mas também uma pergunta sobre a Base de Alcântara, foco de negociações entre Brasil e EUA.

O Plebiscito brasileiro foi construído por 120.860 voluntários e militantes, e apurou 10.234.143 votos em 46.475 urnas espalhadas por todo o país. Dos votantes do Plebiscito Popular, 98,32% eram contra a assinatura do tratado da ALCA; 95,93% eram contra a participação do

---

<sup>10</sup> A exemplo do Plebiscito Popular Contra a Dívida, realizado dois anos antes, mas com menores proporções.

governo brasileiro nas negociações; e 98,59% eram contra a transformação da Base de Alcântara em Base Militar dos EUA (MIDDLEJ E SILVA, 2008).

O descontentamento do povo brasileiro em relação ao neoliberalismo foi mais uma vez demonstrado no mesmo ano, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo programa de governo questionava as condições impostas pelos grupos de negociação da ALCA (e aceitas por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

No marco dessa nova conjuntura latinoamericana, a eleição de Lula dois meses após o encerramento do Plebiscito Popular no Brasil indicava uma tendência para o continente. Ao mesmo tempo em que a Campanha Continental Contra a ALCA seguia firme e realizando ações nos mais distintos países, candidatos oriundos dos setores populares eram eleitos presidentes, construindo suas campanhas a partir da crítica ao modelo neoliberal e à proposta da ALCA. Ou seja, a luta contra a integração neoliberal atingia também um estágio institucional.

Esta luta institucional já havia sido formulada mais de uma década antes da vitória de Lula, nos marcos da criação do Foro de São Paulo, espaço de articulação de partidos de esquerda<sup>11</sup>, em sua maioria institucionais, que pensavam um projeto institucional comum, em meio às lutas antineoliberais.

En 1990, mientras la izquierda mundial enfrentaba el peor desastre de su historia con el derrumbe del socialismo en la Unión Soviética y Europa del Este, en América Latina se creaba el Foro de Sao Paulo, espacio de debate y comunicación política que en poco tiempo logró aglutinar a toda la diversidad de la izquierda continental. En aquel momento la izquierda gobernaba únicamente en Cuba (lo había hecho en Nicaragua por diez años, pero meses antes de la fundación del Foro el sandinismo había sido derrotado en las elecciones). Casi diez años después, la izquierda latinoamericana daría inicio a una contraofensiva producto de la cual, a veintidós años de su fundación, los partidos del Foro están gobernando en diez países del continente, luego de ganar los correspondientes procesos electorales (FONSECA, 2012)

Às eleições de Chávez e Lula, se seguiram as vitórias eleitorais de Néstor e Cristina Kirchner (Argentina – 2003 e 2007, respectivamente), Evo Morales (Bolívia – 2005), Michelle

---

<sup>11</sup> Ver anexo 3: “Lista dos partidos membros do Foro de São Paulo – 2012”

Bachelet<sup>12</sup> (Chile – 2006), Rafael Correa (Equador – 2006), Daniel Ortega (Nicarágua – 2006), Manuel Zelaya (Honduras – 2006), Fernando Lugo (Paraguai – 2008), Tabaré Vázquez e José Mujica (Uruguai – 2004 e 2009, respectivamente), consolidando um campo governamental/institucional crítico ao modelo imposto pelo Consenso de Washington e estruturado no Foro de São Paulo.

Em 2004, os governos cubano e venezuelanos apresentam uma alternativa deste campo à integração neoliberal representada na ALCA, a Alternativa Bolivariana Para os Povos de Nossa América (ALBA). Inicialmente pensada em âmbito institucional, a proposta da ALBA era consolidar um mecanismo de integração regional antiimperialista e antineoliberal, a partir dessa movimentação institucional do início dos anos 2000.

A ALBA é das iniciativas a que propõe uma ruptura mais brusca na cena da integração na região. É uma proposta de outro tipo, que atende mais a afinidades políticas – mas não só – do que a proximidade geográfica como nos casos de integração já existentes no continente. A questão é que, ao fazê-lo, identifica essa proposta com elementos que estavam no acervo de ideias, valores e propostas dos movimentos sociais – inclusive a menção explícita a Alternativa para as Américas – junto com uma forte carga de autonomia e oposição à ALCA (BERRON, 2007, p. 59).

Porém, a correlação de forças nos países que já eram parte do MERCOSUL, em especial Brasil e Argentina, apontava para o fortalecimento deste instrumento como parte da retomada de um projeto nacional-desenvolvimentista na América Latina.

Com a hegemonia dos Estados Unidos em cheque após a derrota do projeto neoliberal, a América Latina chegava ao fim da primeira década dos anos 2000 com uma correlação de forças que sugere uma disputa por hegemonia na região. De um lado, o projeto neoliberal, derrotado mas não destruído. De outro, o campo político formado nas lutas antineoliberais, que se dividiu entre o apoio à um novo nacional-desenvolvimentismo, e o chamado “Socialismo do Século XXI”.

---

<sup>12</sup> Ainda que eleita pelo Partido Socialista do Chile, sua gestão não marcou rupturas com o período neoliberal, nem distanciou o Chile do bloco de aliados dos Estados Unidos na região. Foi no governo Bachelet que, por exemplo, se iniciaram as tratativas para a conformação da Aliança do Pacífico.

### **3. A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI: OFENSIVA IMPERIALISTA, NEODESENVOLVIMENTISMO E O “SOCIALISMO DO SÉCULO XXI”**

Ao fim da década de 1980, e início dos anos 90, o processo de “redemocratização” da América Latina marcou uma significativa mudança nas estratégias do imperialismo estadunidense para a região. Respalhada pelo Consenso de Washington, uma nova política que introduzia o neoliberalismo nos Estados latinoamericanos foi posta em prática. Governos como o de Carlos Menem (Argentina), Carlos Salinas (México), Alberto Fujimori (Peru) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil) aplicaram tais políticas, contando com o apoio das burguesias locais e do grande capital internacional.

Observamos, porém, que os reflexos do neoliberalismo foram implacáveis: crises econômicas, instabilidade política, e mobilização de setores populares marcaram o final da década de 1990, culminando com o fenômeno eleitoral e

a vitória - em quase todos os países da América do Sul – de partidos e coalizões políticas nacionalistas, desenvolvimentistas e socialistas, que mudaram o rumo político-ideológico do continente, durante a primeira década do século. No início do período, quase todos os novos governos de esquerda mantiveram a política macroeconômica ortodoxa dos neoliberais da década de 90, e só aos poucos foram mudando, em alguns casos, o rumo mais amplo de sua política econômica, sem conseguir alterar a estrutura e o modelo tradicional de inserção internacional da economia continental.

Assim mesmo, todos estes novos governos se posicionaram ideologicamente contra o neoliberalismo da década anterior, e mudaram sua política externa, apoiando a integração político-econômica da América do Sul, e criticando o intervencionismo norte-americano no continente (FIORI, 2010).

De tal modo, a hegemonia estadunidense foi questionada, abrindo a possibilidade de atuação de outros atores na política latinoamericana. Podemos, então, conceber a América Latina hoje enquanto uma região de disputa hegemônica. A partir daí, ao identificarmos a correlação de forças

apresentada na região, exploraremos os projetos em curso, de modo a analisar politicamente suas ações.

No despertar do novo século, três grandes propostas se destacam em meio à disputa política latinoamericana (KATZ, 2006): uma nova ofensiva imperialista dos Estados Unidos – através de tratados de livre comércio (TLC's) e incursões militares; e dois projetos oriundos do campo político formado após a jornada de lutas contra a ALCA – um projeto neodesenvolvimentista, liderado por Brasil e Argentina nos marcos do MERCOSUL e da IIRSA; e a proposta dos países da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), que apresentam uma alternativa antiimperialista e popular para a América, com bases no chamado “Socialismo do Século XXI”.

### **3.1. O projeto Imperialista: livre-comércio e ofensiva militar**

Na virada do século, dois eventos foram os principais elementos que motivaram os Estados Unidos a ajustar sua política externa em relação ao apresentado no pós-Guerra Fria: a derrota política obtida nas negociações da ALCA e a chamada “Guerra ao Terror”, desencadeada após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001.

Neste cenário, são seguidas as diretrizes da chamada “Doutrina Bush”, idealizada em 1992 pelo então presidente George Bush e repaginadas dez anos depois por seu filho, George W. no documento intitulado “Estratégia de Segurança Nacional” no contexto da guerra contra o terrorismo.

O objetivo da Doutrina Bush é

estabelecer e perpetuar o primado dos interesses estadunidenses no mundo, impor a todo custo a sua hegemonia, mormente num período histórico em que se delineiam os sinais da progressiva decadência desse imperialismo e em que o capitalismo, com suas recorrentes crises econômicas e financeiras, entrelaçadas com as crises alimentar, ambiental e energética, exhibe seus impasses inarredáveis e os seus limites históricos (CARVALHO, 2009, p. 54).

Segundo Carvalho (2009), a Doutrina Bush abarca alguns aspectos centrais tais como a

guerra infinita e a necessidade de manter uma política beligerante, seja direta (como nas intervenções no Iraque ou no Afeganistão) ou indireta (seguindo os exemplos da Guerra Fria). Esta condição leva ao segundo aspecto, a sensação permanente de medo e insegurança, justificativa ideológica para a manutenção das guerras.

A Doutrina Bush, então, além de colocar os Estados Unidos “contra o mundo” sinalizam positivamente para a utilização massiva do aparato militar estadunidense, inclusive nuclear, desrespeitando acordos internacionais.

A falta de cumprimento de acordos internacionais é o cerne de outro forte aspecto da Doutrina Bush: o unilateralismo nas Relações Internacionais. As intervenções no Afeganistão e especialmente no Iraque, indo contra as determinações do Conselho de Segurança da ONU, são um bom exemplo deste posicionamento estadunidense.

Assim, os Estados Unidos buscam, através da força, garantir a manutenção de sua hegemonia, impedindo o crescimento de poderes regionais, e se afirmando perante os rivais no território cujo seu domínio é incontestável.

A aplicação da Doutrina Bush no pós-11/09 se centrou no Oriente Médio, nas já mencionadas intervenções no Afeganistão e Iraque (apoiadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN), bem como na continuidade e aperfeiçoamento das relações estratégicas dos EUA com Israel e Arábia Saudita, de modo a incrementar ofensivas contra Líbano, Irã, Síria e Líbia (sem contar a continuidade do massacre praticado contra a Palestina).

Além de possuírem governos que constantemente se posicionaram contra as ações de Israel e contra o imperialismo estadunidense, estes países possuem em comum bens naturais, em especial o petróleo, alvo da ganância imperialista. Desde 2011, temos assistido a uma nova ofensiva imperialista à região, em meio à chamada “Primavera Árabe”, resultante na derrubada do presidente líbio Muamar Kaddaffi, em um longo conflito na Síria e em um maior tensionamento entre Israel e

Irã.

A agenda da Doutrina Bush para a América Latina demorou a dar as caras no pós-ALCA, graças ao foco no Oriente Médio. Muito pela aposta de que, ao menos no tangente à hegemonia militar, havia uma salvaguarda política, ideológica e também militar sustentada, se não pela “guerra contra o terrorismo”, na “guerra contra o narcotráfico” do Plano Colômbia.

Até 2009, os Estados Unidos possuíam 11 bases militares na região (CARVALHO, 2009): Porto Leguízamo, Larandia, Letícia e Três Esquinas (na Colômbia, as duas últimas nas fronteiras com a Amazônia Brasileira); Iquitos (Peru); Manta (Equador – cujo contrato de cessão venceu em 2009 e não foi renovado pelo presidente Rafael Correa); Hato (Curaçao); Soto der Cano (Honduras); Comalpa (El Salvador); Rainha Beatriz (Aruba); e Guantánamo (Cuba, constantemente utilizada como prisão e centro de tortura de capturados nas inserções do Oriente Médio). Além de atividades de caráter militar como as operações Aguila, Cabanas, Céu Central, Novos Horizontes, e a Escola das Américas, entre outras.;

Porém, assim como no Oriente Médio, os EUA se deparam com a manutenção e o fortalecimento de governos progressistas em países geopoliticamente estratégicos (como Brasil, Argentina, Venezuela e Equador) e dotados de recursos naturais (entre eles, o petróleo). A agenda dos EUA – em parceria com as frações burguesas vinculadas à sua política – na América Latina durante a primeira década do século XXI foi ditada a partir da atuação em três áreas interligadas: econômica, política e militar.

### **3.1.1. Atuação econômica**

A derrota do projeto ALCA representou também a derrocada (ainda que não de maneira permanente) da proposta neoliberal oriunda do Consenso de Washington para a América Latina. Algumas das principais economias do continente relegaram as antigas propostas de integração

neoliberal a um segundo plano, apostando em iniciativas de fortalecimento das economias internas. A ALCA, como elemento continental, deixou de ser uma opção.

A alternativa dos Estados Unidos então foi a negociação de Tratados de Livre-comércio com os países que mantiveram governos simpáticos às propostas neoliberais. Em 2003, sob o governo de Ricardo Lagos, Chile e EUA assinaram o primeiro acordo de livre comércio entre um país sulamericano e a grande potência continental<sup>13</sup>.

Em 2005, o Senado dos Estados Unidos ratificou o Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA-RD)<sup>14</sup>. República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Honduras<sup>15</sup> também aderiram ao CAFTA-RD em 2005.

Entre 2006 e 2007, durante o governo de Tabaré Vázquez, o Uruguai negociou a assinatura de um TLC com os Estados Unidos, causando atritos na política interna do MERCOSUL, que contribuíram para retardar a assinatura do acordo. Com a eleição de Pepe Mujica (2010), o país reforçou sua política dentro do MERCOSUL e abandonou as negociações.

Em maio de 2012 entrou em vigor o TLC assinado por Colômbia e EUA<sup>16</sup>. O acordo, além de garantir os esperados privilégios econômicos aos EUA, cumpre um papel fundamental no processo de desestabilização da vizinha Venezuela. A Colômbia é a principal parceira comercial venezuelana, com a balança comercial amplamente favorável – uma mudança do eixo das exportações colombianas para os EUA podem, a curto-médio prazo, causar uma crise na Venezuela, em especial nos setores alimentícios.

---

<sup>13</sup> BBC Brasil. *Chile e EUA assinam acordo de livre-comércio*. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/030606\\_chilepc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/030606_chilepc.shtml)>, acesso em 20 Fev. 2013.

<sup>14</sup> US Senate. *A bill to implement the Dominican Republic-Central America-United States Free Trade Agreement*. Disponível em: <[http://www.senate.gov/legislative/LIS/roll\\_call\\_lists/roll\\_call\\_vote\\_cfm.cfm?congress=109&session=1&vote=00170](http://www.senate.gov/legislative/LIS/roll_call_lists/roll_call_vote_cfm.cfm?congress=109&session=1&vote=00170)>, acesso em 20. Fev. 2013.

<sup>15</sup> As eleições de Manuel Zelaya (Honduras, 2006) e Daniel Ortega (Nicarágua, 2007) e a adesão de ambos os países à ALBA, comprometeram o cumprimento do acordo nos termos originais.

<sup>16</sup> Folha de São Paulo. *Acordo de livre comércio entre Colômbia e EUA entra em vigor em maio*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1076457-acordo-de-livre-comercio-entre-colombia-e-eua-entra-em-vigor-em-maio.shtml>>, acesso em 20 Fev. 2013.

Como desenvolveremos posteriormente, o TLC assinado com a Colômbia tem um importante diferencial: vai muito além de um acordo econômico. O chamado Plano de Ação Regional de Cooperação em Segurança aprofunda a política militar dos EUA na América Latina, reforçando o chamado “Plano Colômbia” e a “guerra contra o narcotráfico”.

Tais acordos constituem uma estratégia de aplicação da ALCA de maneira “homeopática”, porém de maneira ainda mais drástica. Ao invés de um tratado de livre-comércio que poderia, ao menos em tese, beneficiar todos os países signatários, aumentando o intercâmbio de produtos em toda a região e possibilitando condições de desenvolvimento das economias locais, os tratados bilaterais de livre-comércio assinados e negociados pelos EUA após o fim das negociações da ALCA, condicionam estes países a se submeterem diretamente à economia estadunidense – sempre com a concordância das frações burguesas pró-imperialistas.

### **3.1.2. Atuação político-militar**

A estratégia política dos EUA pouco se alterou no pós-Guerra Fria. Segue sustentada por dois pontos essenciais: o apoio a governos conservadores (e neoliberais) bem como a forças de oposição conservadora em países com governos à esquerda; e o patrocínio de golpes de Estado, resultantes na implementação de governos que assegurem os interesses estadunidenses.

Tais iniciativas, anteriormente vinculadas ao chamado “combate ao comunismo”, são realizadas em profunda aliança com setores atuantes dentro da ordem institucional, a partir da representação dos partidos políticos e dos meios de comunicação de massa, que atuam como portavozes das frações burguesas.

Em países governados por coalizões pró-imperialistas, mantém-se o modelo de criminalização da oposição de esquerda, dos movimentos sociais e da luta social como um todo. Em países como Colômbia, Guatemala, Chile, Honduras (pós-Golpe), México e outros, movimentos

sociais e organizações de esquerda sofrem com a repressão, nos marcos do Plano Colômbia. Em especial organizações camponesas têm sofrido com prisões, assassinatos e desaparecimentos, em nome da “Guerra contra o Narcotráfico”.

Mais do que isso, segue a cartilha neoliberal, de enfraquecimento e desestruturação dos sindicatos, opressão econômica, aumento da miséria e demais pontos da agenda repressora do Consenso de Washington.

No âmbito da disputa institucional/eleitoral em países já governados por forças eleitas a partir do embate contra o neoliberalismo (e, portanto, contra as frações burguesas e outros setores que o sustentam no interior de cada um dos países dependentes), o apoio imperialista se dá tanto pelo suporte financeiro às candidaturas aliadas, como pelo embate direto através dos meios de comunicação de massas e da propaganda neoliberal.

As candidaturas conservadora (de oposição ou situação) nas eleições presidenciais nestes países têm acompanhamento direto dos Estados Unidos (como apresentado em documentos confidenciais vazados pelo site Wikileaks<sup>17</sup>) e suas campanhas têm financiamento, direto ou indireto, de setores e frações de classe pró-neoliberais (especialmente setores vinculados ao capital financeiro).

Soma-se a isso a propaganda ideológica reproduzida pelos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, que intenciona criar condições de vitória conservadora ou então de desmoralização de governos e candidaturas oriundas do campo antineoliberal.

A atuação política dos Estados Unidos não se restringe à disputa institucional. O

---

<sup>17</sup> Alguns exemplos de documentos estadunidenses vazados pelo site do ativista australiano Julian Assange, em relação ao acompanhamento estadunidense das candidaturas de oposição conservadora na América Latina são: sobre a direita venezuelana nas eleições presidenciais de 2012: Wikileaks. *Canvas fostering revolutions*. Disponível em: <<http://search.wikileaks.org/gifiles/?viewemailid=1708470>>, acesso em 26 Fev. 2013 ; sobre reunião do subsecretário de assuntos do hemisfério ocidental dos governo dos EUA, Arturo Valenzuela, com o político brasileiro José Serra, adversário de Dilma Roussef nas eleições presidenciais de 2010: Wikileaks. *Sao Paulo leaders outline concerns with gob to wha A/S Valenzuela*. Disponível em: <<http://wikileaks.org/cable/2009/12/09SAOPAULO667.html>>, acesso em 26 Fev. 2013; sobre o apoio estadunidense à direita equatoriana nas eleições de 2007: Portal Vermelho. *Wikileaks: EUA apoiou campanha contra Correa no Equador*. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/confecom/noticia.php?id\\_noticia=182456&id\\_secao=7](http://www.vermelho.org.br/confecom/noticia.php?id_noticia=182456&id_secao=7)>, acesso em 23 Fev. 2013.

imperialismo estadunidense tem retomado a política de patrocínio de golpes de Estado em países cuja situação política não agrada ao imperialismo e suas frações de classe aliadas.

Em 2002, o presidente venezuelano Hugo Chávez foi detido ilegalmente por militares e substituído interinamente pelo industrial pró-neoliberal Pedro Carmona. Os Estados Unidos e a Espanha foram os primeiros países a reconhecer o novo governo, que prometia alterar a política implementada por Chávez desde sua eleição em 1999. Após intensas mobilizações populares, e apoiado pela maioria do exército nacional, o Hugo Chávez volta à presidência após 47 horas.

Segundo Amenta (2010), o golpe foi motivado por diversos interesses conflituosos com os rumos do governo Chávez (em especial a nova Constituição e o controle sobre o petróleo). Estes interesses partiam dos Estados Unidos, da Espanha (cuja uma das principais empresas, a Repsol, havia perdido os privilégios de exploração petrolífera), dos políticos baseados no “puntofijismo”<sup>18</sup>, da burguesia compradora (vinculada ao grande capital financeiro e às empresas petroleiras), de militares dissidentes (pró-Escola das Américas<sup>19</sup>) e do alto clero da Igreja Católica venezuelana. É importante salientar que a ação da mídia – controlada por estes setores descontentes e de oposição – foi fundamental<sup>20</sup>.

Em 28 de junho de 2009, o então presidente hondurenho Manuel Zelaya foi preso após sentença emitida pelo Poder Judiciário que condenava supostos ataques à Constituição pelo governo, que havia acabado de votar a reeleição em plebiscito popular. O golpe foi considerado ilegal pela ONU e pela OEA, que suspendeu Honduras até que o presidente Zelaya retornasse ao governo.

---

<sup>18</sup> O “Pacto de Punto Fijo” foi um acordo firmado por três partidos venezuelanos: Acción Democrática, Comité de Organización Política Electoral Independiente, e Unión Republicana Democrática que garantia, após a ditadura encerrada em 1958, o controle governamental à estes setores, excluindo outros partidos (em especial os cujos interesses entravam em contradição com a política estadunidense) e setores sociais. O pacto governou a Venezuela de 1958 até a eleição de Hugo Chávez, em 1998.

<sup>19</sup> Em 2001, a Escola das Américas foi rebatizada Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação em Segurança (WHINSEC)

<sup>20</sup> Sobre o papel da mídia no Golpe de 2002 na Venezuela, ver: *A revolução não será televisionada*. Direção: Kim Bartley; Donnacha O'Briain.: Power Picture, 2003. 1 DVD (78 min.), NTSC, color. Título original: *Chavez: Inside the Coup*.

Para Ceceña e Miranda (2009), o golpe em Honduras representa esta nova ofensiva estadunidense na América Latina:

El golpe de Estado en Honduras -uno de los eslabones más frágiles del ALBA-, conducido por un militar hondureño formado en la Escuela de las Américas, tramado en vinculación con la base de Palmerola, consultado con el personal de la Embajada estadounidense y asumido por la oligarquía hondureña -que si existe es por el auspicio de los intereses de EEUU que requieren parapetarse en socios locales-, es el primer operativo de relanzamiento de la escalada iniciada en Sucumbíos.

Como parte de una ofensiva con múltiples variantes, que combina el juego de fuerzas constituidas internamente con intervenciones desde el exterior, que se presenta lo mismo con faceta militar que diplomática, económica o mediática, el golpe en Honduras abre un sendero diferente que pone en riesgo cualquier tipo de procedimiento democrático y deja sentado un precedente perverso. (CECEÑA; MIRANDA, 2009)

Roberto Micheletti assumiu o governo de forma interina até as eleições ocorridas em novembro do mesmo ano. Porfirio Lobo, candidato que defendia (entre outras coisas) o afastamento de Honduras da ALBA (o país havia aderido ao bloco ;durante o governo Zelaya) e a aproximação de relações com os Estados Unidos, foi eleito.

Estados Unidos, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Canadá e Peru reconheceram a validade das eleições no interior da OEA, ao passo que Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Equador, Chile, Nicarágua e os demais países afiliados não aceitaram as eleições, ocasionando a manutenção da suspensão do país na organização. O MERCOSUL e a UNASUL também não reconheceram as eleições hondurenhas como legítimas.

No ano seguinte, outro país da ALBA foi alvo de uma crise política, quando uma rusga nas forças armadas equatorianas (polícia militar e exército) culminou em ameaças ao presidente Rafael Correa, detido pelos golpistas.

O governo equatoriano confirmou a infiltração de militares estadunidenses em suas forças armadas, e que ainda que o governo estadunidense não tivesse influência na tentativa de golpe, segundo o ministro das Relações Exteriores, Ricardo Patiño, não se pode afirmar o mesmo de “grupos de poder que há nos Estados Unidos e que não são controlados pelo governo” (LIMA, 2009). O presidente boliviano Evo Morales declarou que “o golpe de estado foi fomentado pelo

governo americano em conjunto com a direita equatoriana com a intenção de atacar diretamente as nações sul-americanas através dos seus núcleos ALBA e UNASUL” (LIMA, 2009)<sup>21</sup>.

Em 2010, após o terremoto de 12 de janeiro no Haiti, os Estados Unidos decidiram reforçar as tropas da MINUSTAH<sup>22</sup> em território haitiano, sob a bandeira do apoio à reconstrução do país. Porém, como aponta Ceceña (2010), os Estados Unidos “empregaram eficientemente todo um arsenal de guerra e ocupou-se muito mais em controlar que apoiar” (p.93). Esta ação é de extrema importância neste novo cenário, ocupando militarmente uma importante área do Caribe, os Estados Unidos garantem sua presença na região, em um país próximo à Cuba, Nicarágua e Venezuela.

Em 2012, o presidente paraguaio Fernando Lugo foi deposto pelo Congresso em manobra articulada pela direita paraguaia. Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer o *impeachment* do governante, e sugeriu à população paraguaia que não reagisse ao golpe<sup>23</sup>. Documentos vazados pelo Wikileaks sugerem que os Estados Unidos já costuravam a ação com parlamentares paraguaios desde 2009<sup>24</sup>. Após o golpe, o Paraguai foi suspenso do MERCOSUL e da UNASUL.

Esta estratégia imperialista de fortalecimento do neoliberalismo e instabilidade dos governos eleitos na ofensiva antineoliberal, é acompanhada por uma nova política militar para o continente americano, fundamentada na Doutrina Bush, no Plano Colômbia e na enorme dimensão da estratégia militar dos EUA em nível internacional.

El potencial militar de EEUU constituye parte inseparable de la dominación mundial imperialista que, además de la dimensión militar, también se ejerce en el terreno económico, político, diplomático y cultural. Ninguna de estas dimensiones se pueden separar en forma completa, como si fueras “factores” aislados. En realidad, constituyen dimensiones diversas de una misma totalidad social. Evitando toda tentación fetichista (que tiene a aislar el “factor económico” del “factor

<sup>21</sup> Citar controvérsias: livro Fuego a Discrecion

<sup>22</sup> Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. É comandada pelo Brasil, e conta com tropas de 17 outros países.

<sup>23</sup> Opera Mundi. *Estados Unidos reconhecem impeachment do presidente Fernando Lugo*. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/22611/estados+unidos+reconhecem+impeachment+do+presidente+fernando+lugo.shtml>>, acesso em 23 Fev. 2013.

<sup>24</sup> Wikileaks. *Paraguayan pols plot parliamentary putsch*. Disponível em: <<http://wikileaks.org/cable/2009/03/09ASUNCION189.html>>, acesso em 24 Fev. 2013.

político” del “factor ideológico”... y así de seguido...), nunca debemos olvidar que la sociedad no es una sumatoria de “factores” sino un conjunto de relaciones de fuerzas sociales entre las clases (KOHAN, 2005).

A reativação da Quarta Frota da Marinha e o projeto de ampliação do número de bases militares estadunidenses, mais do configurar um aparato de patrulhamento e prevenção, representa a constituição de um projeto militar que responda tanto aos governos ditos progressistas da região, quanto uma política de segurança energética. Ambas as dimensões apontam contra a soberania dos países latinoamericanos, em especial a Venezuela.

Contra qual inimigo esse dispositivo militar está sendo instalado, e quais são os interesses que ele se propõe a defender? No plano imediato, o inimigo é óbvio. Não é por acaso que a esquadra estadunidense para a América Latina recebeu o apelido de “Frota Chávez”. A Venezuela (...) tornou-se o maior inimigo do imperialismo estadunidense na região e talvez até no mundo inteiro. (FUSER, 2009, p. 25).

A luta antineoliberal protagonizada pela Venezuela e outros países sulamericanos contém um profundo discurso nacionalista, como parte de uma esfera antiimperialista da luta social. Este nacionalismo “à esquerda”, profundamente vinculado à um sentimento de soberania nacional ataca o projeto estratégico dos EUA para a América Latina em um ponto nevrálgico: a obtenção de recursos naturais.

Em especial após a Crise econômica enfrentada pelo sistema capitalista (e os Estados Unidos de modo particular), a busca por recursos naturais, especialmente energéticos, se acirra, como uma forma de compensação do capital para recuperação de suas taxas de lucro na produção.

Assim como o petróleo motivou as ações militares dos Estados Unidos no Oriente Médio no começo da década de 2000 (no contexto da “Guerra ao Terror”), este novo posicionamento militar sinaliza uma ofensiva em busca destes bens, abundantes na América Latina, em especial após as descobertas de novas jazidas de petróleo, como as da amazônia venezuelana e o pré-sal brasileiro.

Em quase todo o século 20, a América Latina foi considerada pelos EUA como um fornecedor garantido de recursos energéticos – um território de domínio assegurado, em contraste

com a “instabilidade” no Oriente Médio. Esse quadro se alterou nos últimos dez anos, com a crescente afirmação da autonomia dos países da região em relação ao “grande irmão do Norte”. Diante de um futuro carregado de incertezas, os estrategistas estadunidenses tratam de se preparar para todas as contingências, inclusive para a possibilidade extrema de agir militarmente na América Latina para garantir seus “interesses vitais”, entre os quais se destaca o acesso às fontes de petróleo na Venezuela, Brasil, México, Equador e Colômbia, entre outros, além do gás venezuelano e boliviano (FUSER, 2009, p. 28)

Criada em 1943 durante a II Guerra Mundial, a Quarta Frota da Marinha dos EUA era responsável pelo patrulhamento e ações militares no Atlântico Sul. Ao contrário das demais chamadas “frotas numeradas”<sup>25</sup>, a Quarta Frota foi extinta em 1950, cabendo a responsabilidade do patrulhamento da região à Segunda Frota, que expandiria assim sua atuação a todo Atlântico.

Em 24 de abril de 2008, a Marinha dos Estados Unidos anunciou a reconstituição da Quarta Frota<sup>26</sup>, a ser operada a partir de 1º de julho do mesmo ano. Segundo Socorro Gomes, então presidente do Conselho Mundial da Paz,

seu comandante, o contra-almirante Joseph Kernan, ex-instrutor do Seal (...), participou de diversas operações secretas de guerra no Iraque e no Afeganistão. Seu perfil não é o de um pacifista que veio prestar serviços humanitários. Isso nos dá indícios da verdadeira intenção dos EUA com a Quarta Frota (GOMES, 2009, p. 10).

A rearticulação da Quarta Frota foi alvo de críticas do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUR)<sup>27</sup> e de alguns chefes de Estado latinoamericanos, como Luiz Inácio Lula da Silva, Evo Morales, Fidel Castro e Hugo Chávez<sup>28</sup>.

Segundo Zibechi (2008), o plano estadunidense de cerco pelo mar faz parte de uma estratégia militar de ocupação mais ampla. Assim,

---

<sup>25</sup> Atualmente são seis as frotas numeradas da Marinha estadunidense: Segunda Frota, atuante no Atlântico Norte; Terceira Frota, no Pacífico Ocidental; Quarta Frota, no Atlântico Sul; Quinta Frota, no Golfo Pérsico e Oceano Índico; Sexta Frota no Mar Mediterrâneo; e Sétima Frota no Pacífico Oriental – Navy Site. *US Navy Fleets*. Disponível em: <<http://navysite.de/navy/fleet.htm>>, acesso em 23 Fev. 2013.

<sup>26</sup> US Department of Defense. *Navy Re-Establishes U.S. Fourth Fleet*. Disponível em: <<http://www.defense.gov/releases/release.aspx?releaseid=11862>>, acesso em 23 Fev. 2013.

<sup>27</sup> Parlamento del MERCOSUR. *Presença da 4ª Frota na América do Sul é condenada pelo PARLASUL*. Disponível em: <[http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/488/1/secretaria/presenca\\_da\\_4%C2%AA\\_frota\\_na\\_america\\_d\\_o\\_sul\\_e\\_condenada\\_pelo\\_parlasul.html](http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/488/1/secretaria/presenca_da_4%C2%AA_frota_na_america_d_o_sul_e_condenada_pelo_parlasul.html)>, acesso em 23 Fev. 2013.

<sup>28</sup> O Estado de São Paulo. *Lula quer explicações dos EUA sobre Quarta Frota*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-quer-explicacoes-dos-eua-sobre-quarta-frota,198990,0.htm>> acesso em 23 Fev. 2013.

representa una apuesta a un tipo de intervencionismo de carácter aeronaval y no terrestre, como reconoce el analista conservador argentino Rosendo Fraga (“La Cuarta Flota y los submarinos de Chávez”, 28 de abril, en *Nueva Mayoría*).

En efecto, al estar empantanado en Irak y Afganistán, el Pentágono no dispone de fuerzas terrestres para “distraer” en otros teatros de operaciones. De ahí la apuesta por fortalecerse a través de medios aéreos y navales para controlar una región que cada vez le resulta menos amable. Pero el despliegue de la Cuarta Flota no es sólo una advertencia sino sobre todo una amenaza. (ZIBECHI, 2008).

Esta ameaça tomou maiores proporções no ano seguinte, quando Estados Unidos e Colômbia, novamente sob o pretexto do combate ao narcotráfico, anunciaram acordo para a criação de sete novas bases militares dos Estados Unidos no país. O acordo prevê a utilização, por parte dos EUA, de mais três bases da Aeronáutica, duas da Marinha e duas do Exército em território colombiano<sup>29</sup>.

Para Ceceña e Miranda (2009), este acordo age em um processo de “israelização” da Colômbia, ou seja, do fortalecimento militar de um país aliado em uma zona geopoliticamente interessante, com recursos naturais (em especial o petróleo) abundantes e governos não alinhados ao redor.

Mientras la nebulosa levantada por Honduras desvió la mirada, se vuelven a desatar los montajes para acusar de cómplices de las FARC, único grupo reconocido como terrorista por el Pentágono en la región, a los presidentes de Venezuela y Ecuador, pero, sobre todo, se revive un viejo acuerdo entre Colombia y Estados Unidos que otorga inmunidad a las tropas estadounidenses en suelo colombiano y permite la instalación de 7 bases militares estadounidenses que se suman a las seis ya registradas por el Pentágono y por el Congreso en su *Base structure report*.

El plan de disciplinamiento continental pasa por quebrar geográfica y políticamente las alianzas progresistas y los procesos emancipatorios continentales (...). La “israelización” de Colombia que se erige como punto nodal, articulada a este corredor, parece estar intentando tender una cortina de separación entre Venezuela, Ecuador y Bolivia, creándoles condiciones de aislamiento relativo, en el plano geográfico. Colombia como plataforma de operaciones enlazada a todo un entramado de posiciones y complicidades que rodean y aíslan las experiencias contrahegemónicas y/o emancipatorias para ir las cercenando, disuadiendo o derrotando a medio plazo. (CECEÑA; MIRANDA, 2009).

O Pentágono não negou suas intenções em relação aos vizinhos, confirmando que uma dos motivos do acordo é garantir respostas à ameaças vindas de “governos anti-americanos”, como o de

---

<sup>29</sup> Ver Anexo 4: “Bases militares dos EUA na Colômbia após os acordos de 2009”

Hugo Chávez<sup>30</sup>. Neste cenário, enquanto a Quarta Frota garante o monitoramento marítimo da região, as bases propostas na Colômbia têm a função de garantir a ação terrestre e especialmente aérea, tendo a possibilidade de cobrir todo o continente a partir de aviões instalados na base de Palanquero<sup>31</sup>, e outras.

Nas primeiras décadas do século XXI, o imperialismo estadunidense – com seus governos e frações de classe aliadas – tem respondido ao fracasso da proposta ALCA através da busca por mais neoliberalismo, mais instabilidade, repressão e um posicionamento militar agressivo.

Recriação da IV Frota dos EUA; golpe em Honduras respaldado pela imperial benevolência *made in USA*; plano de instalação de sete bases militares na Colômbia; rápida e maciça ocupação de pontos estratégicos no Haiti por forças militares estadunidenses. Eis alguns indícios de uma brusca alteração na política externa do Grande Irmão do Norte em contrapartida aos movimentos e governos que se pretendem anti-sistêmicos no continente (ALMEIDA, 2009, p. 18)

Ainda que a América Latina permaneça secundária aos seus interesses imediatos (mesmo com a morte de Osama Bin Laden, o foco segue no Oriente Médio), os EUA sinalizam que a disputa para retomar a hegemonia no continente americano é parte central de seu projeto de recuperação hegemônica mundial, após o baque sofrido com a ascensão de novas potências (em especial a China) e os efeitos da crise capitalista mundial eclodida no final da década de 2000.

Como veremos a seguir, o bloco de países alinhados em uma outra proposta de integração latinoamericana tem buscado respostas a esta nova ofensiva imperialista, ainda que sofra com as fragilidades estruturais das formações sociais dependentes que o constituem.

### **3.2. Neodesenvolvimentismo, bolivarianismo e integração latinoamericana**

O ascenso das lutas antineoliberais na América Latina, expressadas no Fórum Social Mundial, no fortalecimento do Foro de São Paulo e na Campanha Continental Contra a ALCA,

---

<sup>30</sup> Folha de São Paulo. *Dossiê dos EUA eleva suspeita sobre objetivo de base aérea*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u603993.shtml>>, acesso em 02 Mar. 2013.

<sup>31</sup> Idem. *Chávez é motivo para ter base na Colômbia, afirma Pentágono*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u646451.shtml>>, acesso em 02 Mar. 2013.

culminou em diversas eleições de governos centrados na composição entre classes populares e frações burguesas críticas ao neoliberalismo.

O desenvolvimento destes governos, portanto, se deu a partir desta composição de classes, com peculiaridades nacionais que diferenciavam os processos. Este bloco heterogêneo (apontado de maneira simplificada como “governos progressistas”), composto por forças distintas, encontra unidade em alguns pontos, tais como a crítica ao neoliberalismo, o fortalecimento dos Estados nacionais, uma política interna que contemple políticas sociais em favor das classes populares e, no plano internacional, a busca pela construção de uma política autônoma em relação aos Estados Unidos.

Ao fim da década de 2010, era possível identificar duas facetas deste bloco de “governos progressistas” representadas por duas propostas de integração regional que aglutinavam em seu interior projetos nacionais semelhantes.

Por um lado, países cuja hegemonia dos processos nacionais era de frações burguesas – em especial uma forte burguesia interna – com amplo apoio popular, ressignificaram o projeto desenvolvimentista combinado com políticas sociais, e se articularam em uma nova proposta para o MERCOSUL, com forte liderança do Brasil.

Por outro, países cuja política era mais ditada por setores populares – trabalhadores urbanos, camponeses, indígenas – promoveram Assembleias Constituintes, ofereceram um discurso mais radical (sistematizado no termo “Socialismo do Século XXI”) e buscaram a integração nestes termos através da ALBA.

Ainda assim, segundo Bossi (2010), os projetos, ainda que tenham objetivos distintos, são

espacios que no disputan, pero donde se expresan claramente las corrientes antes citadas. El Mercosur, por ahora, es una organización donde el centro neurálgico se deposita en lo económico, en lo comercial; el ALBA se rige por lo político, sin descuidar lo económico sin duda, pero priorizando lo social a partir de la directiva política. (...) En el caso del Mercosur entonces, la dupla preponderante se constituirá entre gobiernos y empresarios. En el ALBA, la tendencia es a conformar un eje entre gobiernos y pueblos. (...) Cabe aclarar también que el ALBA no expresa

una alternativa al Mercosur, ni mucho menos pretende ser una opción superadora de dicho espacio. El ALBA, podríamos decir, es aliada al Mercosur, complementaria en muchos casos, pero con perfil y personalidad propios. (BOSSI, 2010).

### 3.2.1. O MERCOSUL, IIRSA e o neodesenvolvimentismo

Impulsionada pelas massas populares, vitimizadas após anos de neoliberalismo no Brasil, a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva não representou um avanço dessas massas contra o modo de produção capitalista. E, como exposto na “Carta ao Povo Brasileiro”<sup>32</sup>, redigida durante a campanha pelo futuro presidente, este não era o objetivo da candidatura Lula, que antes representara uma unidade popular transformadora.

Se não era uma proposta anticapitalista, tampouco manteve o Brasil nos rumos ditados pelo Consenso de Washington. No Brasil de Lula, assim como na Argentina de Nestor Kirchner, a maior transformação se deu no interior do *bloco no poder*, com o fortalecimento de uma burguesia interna<sup>33</sup>, em aliança às classes populares que atuam fora do bloco. Como definem Boito Jr. e Rojas (2008),

nesses dois países, que contam entre os mais industrializados da América Latina e cujos governos são vistos como governos “pós-neoliberais” ou de centro-esquerda, verificou-se, graças à ação dos dois referidos governos, uma ascensão política da grande burguesia interna na hierarquia de poder. A grande burguesia interna é uma fração da classe capitalista que ocupa uma posição intermediária entre, de um lado, a posição da burguesia compradora, setor perfeitamente integrado à forma histórica vigente de dependência, e, de outro lado, a posição de uma burguesia nacional, setor que parece ter desaparecido no Brasil e na Argentina, mas que, nas fases anteriores da dependência, chegou, em alguns países da Ásia e mesmo da América Latina, a sustentar posições antiimperialistas. A grande burguesia tem uma base de acumulação própria, estabelecida nas economias argentina e brasileira, diferenciando-se do grande capital financeiro nacional e internacional sem, contudo, chegar a opor-se a esse capital. (...) a despeito das diferenças entre

<sup>32</sup> Fundação Perseu Abramo. *Carta ao Povo Brasileiro, por Luís Inácio Lula da Silva*. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>>, acesso em 17 Jan. 2013.

<sup>33</sup> O conceito de *burguesia interna* foi cunhado por Poulantzas (1976) e se refere à uma fração burguesa fruto de um processo de industrialização dependente. Ao contrário da *burguesia compradora*, apresenta contradições em relação ao capital internacional pois se sente prejudicada no processo de exploração dependente, em que a maior parcela da mais-valia é transferida ao capital internacional (e à burguesia compradora); e, por se concentrar no setor industrial, “se interessa pelo desenvolvimento industrial que esteja menos polarizado para o seccionamento o país causado pelo capital estrangeiro e se interessa pela intervenção estatal que lhe asseguraria alguns domínios dentro do país e que a tornaria também mais competitiva diante do capital estrangeiro” (p. 36). Para Poulantzas, esta fração burguesa é distinta de uma *burguesia nacional*, autônoma em relação ao capital estrangeiro e que pode tomar posições antiimperialistas. A *burguesia interna*, ainda que “sua existência crie contradições com o capital estrangeiro, (...) é, numa certa medida, *dependente* dos processos de internacionalização sob a égide do capital estrangeiro” (p. 37).

Brasil e Argentina, nota-se, nos dois países, que a grande burguesia interna logrou melhorar, nos governos Lula da Silva e Nestor Kirchner, a sua posição no interior do bloco no poder. (BOITO JR., ROJAS, 2008, p. 1)

Estas burguesias internas, cujos interesses não eram contemplados em sua maioria durante o período neoliberal, formam com setores das classes populares, em especial o movimento sindical, uma frente que busca o desenvolvimento de mercado interno, o fim do desemprego, a retomada da produção industrial, investimentos em infra-estrutura, combinados com políticas sociais que, se por um lado garantem melhores condições de vida aos mais pobres, contribuem para criar um mercado consumidor interno para esta fração burguesa.

Nos dois países, o sindicalismo formou uma frente neodesenvolvimentista com as respectivas burguesias internas. Permanecem, contudo, algumas diferenças. A CGT Argentina apenas reatava, ao abraçar o neodesenvolvimentismo, com a sua tradição nacional-reformista, tradição da qual se desviara durante os dois governos neoliberais de Carlos Menem. Já a CUT, para formar a frente neodesenvolvimentista com a grande burguesia industrial interna, teve de romper com suas concepções de origem com a sua antiga estratégia de ação sindical. (BOITO JR., ROJAS, p. 17)

Esta conciliação de classes, sustenta o projeto neodesenvolvimentista, promovendo melhores condições para frações burguesas e para a setores das classes trabalhadoras, em especial as vinculadas ao sindicalismo. Porém, este processo mantém a hegemonia do grande capital internacional, criando uma espécie de “amaciamento” da luta de classes interna. Utilizaremos o Brasil, principal ator deste neodesenvolvimentismo e líder incontestável deste bloco, como sujeito de análise.

No neonacional-desenvolvimentismo do governo Lula não somente se manteve a hegemonia do grande capital, em especial de seus segmentos mais ligados à atividade especulativa, como foi intensa a participação direta das frações burguesas, inclusive via representação parlamentar, na definição da política de Estado. A presença fortíssima e “orgânica” do capital imperialista em amplos setores da atividade econômica é tão natural que sequer foi questionada pela bem-sucedida campanha contra a Alca(...) A presença do sindicato de Estado ampliou-se e se redefiniu. Diferentemente dos anos JK, quando, de acordo com a estrutura herdada do varguismo, não havia lugar para uma central sindical nacional, a CUT, que surgiu no bojo de grandes lutas operárias e de trabalhadores de classe média no ocaso da ditadura, já coexistia com a Força Sindical, criada em 1991, herdeira de uma tradição sindicalista mais conservadora. Durante o governo Lula, o número de centrais sindicais aumentou e, com exceção de duas, as demais eram situacionistas. Por sua vez, o sistema eleitoral conta com um pluripartidarismo bastante amplo, incluindo quase todos os agrupamentos que se proclamam revolucionários de orientação marxista. Um deles — o PCdoB — participa do governo federal. E esse governo foi conquistado por um partido de massa, dotado de forte base operária e popular; ampla presença nos parlamentos e executivos federal, estaduais e municipais, e elegendo um presidente de origem operária (ALMEIDA, 2012, p. 700).

O crescimento da burguesia interna e das empresas brasileiras foi amplamente patrocinado pela estrutura do Estado. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que no período neoliberal oferecia financiamento para empresas brasileiras e estrangeiras durante o processo das privatizações, passa a financiar as ações de empresas brasileiras dentro e fora do país.

Este processo de internacionalização das empresas brasileiras se dá

principalmente a partir de 2003, com a nova linha de crédito especial do banco brasileiro de desenvolvimento BNDES, que as empresas encontraram financiamento governamental específico para sua expansão. O objetivo do banco foi estimular a inserção externa das empresas, mas desde que promovam as exportações brasileiras. Assim, o BNDES alterou seu estatuto, e passou a apoiar empresas com capital brasileiro na implantação de investimentos e projetos no exterior, mas com ênfase comercial, especialmente ligados aos projetos de integração regional. (SAGGIORO GARCIA, 2009, p. 14).

Este foco da produção interna para exportação é uma importante diferença deste neodesenvolvimentismo em relação ao desenvolvimentismo experimentado no século anterior. Enquanto o desenvolvimentismo “tradicional” focava na produção e consumo internos, o neodesenvolvimentismo não somente mantém esta política, mas a expande, atingindo o mercado internacional.

A grande burguesia industrial interna (...) redirecionou grande parte de suas vendas para o mercado externo. A política de incentivos e financiamento da produção do Governo Lula concede importância crescente à produção voltada para a exportação. Esse fato indica a natureza da aliança neodesenvolvimentista que une a grande burguesia industrial interna e a parte mais organizada e ativa do sindicalismo operário. O neodesenvolvimentismo está mais voltado para o mercado externo que o velho desenvolvimentismo nascido da Revolução de 1930. (BOITO JR., ROJAS, p. 16)

Esta conciliação de classes que sustenta o projeto neodesenvolvimentista, porém, é mais ampla. Não foi somente a fração da burguesia interna industrial que se beneficiou com este projeto de internacionalização. Segundo Machado (2009), ainda que o capital financeiro siga hegemônico *no bloco no poder*, esta política

beneficiou, de um lado, uma parte da burguesia interna, cuja base principal estava alocada na

FIESP, e, de outro, a fração ligada ao agronegócio que, a despeito disso, permanece como força secundária no interior do bloco. (...) o governo Lula, ao adotar esta política, alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia, melhorando a posição da grande burguesia interna e agrária no interior do bloco no poder, o que pode ser observado nos crescentes saldos positivos da balança comercial brasileira. (MACHADO, 2009, p. 29)

Era necessária, então, uma alteração na política econômica internacional do Brasil, que almejava se colocar enquanto um *player* global, fomentando a competitividade de suas empresas, especialmente nas áreas menos desenvolvidas do mundo (estratégia que ganhou muita notoriedade durante a Crise mundial do fim da década de 2010), apostando então nas relações Sul-Sul e na integração econômica latinoamericana.

Surgido como instrumento da aplicação do neoliberalismo na América Latina, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) sofre uma alteração a partir desta conjuntura interna dos países membros, e acaba se tornando reflexo da política neodesenvolvimentista.

Na política externa regional, ambos os países participam, não sem conflitos entre eles, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) opondo-se ao Acordo de Livre Comércio para as Américas (ALCA) e tendo uma relação controversa frente à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Na política de comércio exterior, ambos, mantendo a política de abertura comercial implantada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Carlos Menem, governos que os antecederam, Lula da Silva e Nestor Kirchner procuram aglutinar os países dependentes, estimulando o comércio de produtos agrícolas e industriais entre os países do hemisfério Sul e formando um bloco de Estados contra a política agrícola protecionista dos Estados Unidos e da União Européia (BOITO JR.; ROJAS, 2008, p. 3)

Esta estratégia de competitividade que se relacionava com um projeto de autonomia econômica em relação aos Estados Unidos e suas exportações, transformou o MERCOSUL em importante instrumento das burguesias internas, especialmente a brasileira, que o utilizou tanto para garantir transações e privilégios no interior do bloco, como para buscar parceiros internacionais.

O Brasil e a Argentina, já ligados no Mercosul – a comunidade comercial que liga os dois países ao Uruguai e ao Paraguai –, pressionaram os outros países sul-americanos para estreitarem seu laços com o Mercosul, em vez de considerarem se alinhar com a Alca. Nisso, eles obtivera forte apoio da Venezuela. Como consequência, o projeto da Alca nunca progrediu muito, e os Estados Unidos se refugiaram na tentativa de estabelecer pactos comerciais bilaterais com pequenos países, uma tática que, de fato, reduz mais o livre-comércio mundial do que o faz crescer (WALLERSTEIN, 2009, p. 73)

Neste marco, as relações do MERCOSUL, e do Brasil em particular, se expandem em parceria com os chamados “países emergentes”, na formação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e da IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Estas relações Sul-Sul tem como foco não somente a comercialização de bens primários (majoritariamente extrativistas), como projetos de parceria em obras de infraestrutura.

Na América Latina, a faceta da ação destas burguesias internas no ramo da infraestrutura é a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Fundada no ano 2000, a IIRSA é beneficiada por esta política neodesenvolvimentista, seja através do extrativismo, ou das grandes obras de infraestrutura nos marcos do projeto.

Aqui o BNDES cumpre papel fundamental, financiando (assim como o faz internamente com o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento) a ação continental de grande empresas brasileiras, como a Vale do Rio Doce, a OAS, a Camargo Corrêa e, especialmente, a Odebrecht.

Quizá la empresa latinoamericana más favorecida por la IIRSA actualmente es la Odebrecht, que se anuncia como empresa brasileña. Por tratarse de una empresa de ingeniería y construcción, en esta primera etapa se ha involucrado en proyectos en toda la región de IIRSA.

Odebrecht tiene inversiones en América en 13 países, además de Brasil. Abarca geográficamente desde México hasta Argentina, con actividades también en el Caribe (República Dominicana), Centroamérica (Costa Rica, Panamá) y Sudamérica (Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay), como puede observarse en el mapa<sup>34</sup>, que muestra la cercanía de las áreas de sus proyectos de inversión con las que contienen los recursos más valiosos (CECEÑA, 2009).

A atuação das empresas e da burguesia brasileira, além do protagonismo brasileiro na ocupação militar do Haiti (no comando da MINUSTAH) e a “obsessão” por um assento no Conselho de Segurança da ONU, reacendem o debate sobre uma possível posição subimperialista do Brasil na região. Para Ruy Mauro Marini (1977), o subimperialismo é definido como

a forma que assume a economia dependente ao chegar a etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica mediana na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o

---

<sup>34</sup> Ver Anexo 5: “Presença da Odebrecht na América Latina”

exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não somente é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas também que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional (MARINI, 1977, p.17, tradução minha).

Este conceito, cunhado durante a época das ditaduras militares latinoamericanas, vêm sendo desenvolvida academicamente por pensadores que retomam a Escola da Dependência, como Sotelo Valencia (2009) e Martins (2011).

Este debate, porém, não leva em consideração o posicionamento político do Brasil (e do campo que lidera) no cenário internacional, como o posicionamento contrário aos Golpes em Honduras e no Paraguai, o posicionamento veemente contra a ALCA e contra a nova ofensiva militar estadunidense, além da construção de relações de integração regional que buscam a autonomia frente à principal potência imperialista de nossa era (como veremos posteriormente).

Trata-se, portanto, de uma ação internacional que carrega as mesmas contradições apresentadas internamente, fruto da conciliação de classes e interesses que sustentam o projeto neodesenvolvimentista.

### **3.2.3. O “Socialismo do Século XXI” e a ALBA**

Cunhado em 1996 pelo sociólogo alemão Heinz Dieterich Steffan, o termo “Socialismo do Século XXI” foi popularizado por Hugo Chávez em seu discurso durante o Fórum Social Mundial de 2005 e desde então têm sido utilizado como definição da política de alguns países latinoamericanos, cuja alternativa ao neoliberalismo se baseou em processos de maior participação popular e maior enfrentamento aos Estados Unidos e suas frações burguesas aliadas.

Este modelo, que não se baseia especificamente em nenhuma corrente do marxismo, tem sido responsável, segundo Borón (2009), por recolocar o “socialismo” enquanto projeto histórico, rompendo as amarras do “pensamento único” neoliberal.

Para Lebowitz (2006) o “Socialismo do Século XXI” não é estatismo, não é populismo, não

pode ser totalitário, nem um “culto à tecnologia”, mas uma ferramenta de luta contra a lógica do capital, desenvolvendo-se de maneira distinta de outros modelos de transição socialista. Para Chávez<sup>35</sup>, este modelo de socialismo significa “en lo político más democracia y en lo económico más desarrollo colectivo, pero para satisfacer las necesidades de los pueblos y no para que una minoría se enriquezca en detrimento de la vida de las mayorías empobrecidas y miserables”.

O “Socialismo do Século XXI” – identificado na “Revolução Bolivariana” da Venezuela sob o governo de Hugo Chávez, na “Revolução Cidadã” equatoriana após a eleição de Rafael Correa e o processo na Bolívia após a eleição do indígena Evo Morales – possui características comuns, ainda que pesem suas particularidades nacionais.

Os três países conformaram novas Constituições, institucionalizando valores e pautas históricas dos movimentos sociais daqueles países (como a “plurinacionalidade” e o “respeito à Mãe Terra”), assegurando direitos e diminuindo os privilégios das burguesias.

Em alguns países sul-americanos, como a Bolívia, o Equador e a Venezuela, ocorreram fortes rupturas políticas possibilitadas, em ampla medida, pela participação de movimentos sociais com maior empuxe em um contexto de pós-Guerra Fria. Movimentos que, em determinadas conjunturas, recorreram a lutas bem-sucedidas fora do arcabouço institucional. Os resultados não chegaram a abalar profundamente as estruturas do Estado, mas contribuíram para a institucionalização de uma série de direitos das classes populares, inclusive — caso da Bolívia e do Equador — no que se refere às particularidades do modo de vida de populações indígenas camponesas originárias. Produziram-se alterações substanciais no regime político e, ao menos por certo tempo, importantes frações das classes dominantes perderam influência. Os três países mencionados possuem as Constituições socialmente mais avançadas da América Latina (ALMEIDA, 2012, p. 702).

Ainda que, de fato, não tenham ocorrido “revoluções” estruturais, estes governos democrático-populares mantêm sua orientação política e seu discurso à esquerda. Ao contrário do que observamos nos países neodesenvolvimentistas, estimulam a polarização da luta de classes, lançando mão de mecanismos institucionais que fortalecem a luta social por direitos.

Segundo Almeida (2011), podemos resumir o “Socialismo do Século XXI” em quatro

---

<sup>35</sup> Citado em: GUERRA, 2007, p. 1.

características centrais. Em primeiro lugar, não realizaram a ruptura com o Estado burguês, ao contrário, o fortaleceram enquanto instrumento de aplicação de políticas. Ainda que realizem importantes medidas democrático-populares, estes governos seguem operando nos marcos da democracia liberal, não encontrando meios (devido à própria correlação de forças) de executar uma ruptura estrutural.

Uma segunda característica é o aumento e incremento da democracia participativa, promovendo a ação política de atores anteriormente excluídos da política nacional, como as comunidades indígenas e movimentos sociais. O maior reflexo desta participação é representado nas já mencionadas Constituições “refundadoras” destes países. Um terceiro ponto comum é o investimento massivo em políticas sociais, em especial visando as populações mais pobres, com ênfase na educação, saúde e moradia.

Finalmente, estes países se aproximam do “grupo do MERCOSUL” por apresentarem políticas neodesenvolvimentistas, aproveitando as vantagens do extrativismo para construir uma base industrial forte, gerada pelo Estado, ampliando e diversificando sua economia (e ao mesmo tempo, reforçando setores de suas burguesias internas).

O processo vitorioso nestes países, representa uma nova ascensão da esquerda latino-americana a partir do processo venezuelano, após o ciclo de libertação nacional dos anos 1960/70, que tinham como base a Revolução Cubana. Não por coincidência, a proposta de integração oriunda deste novo ascenso de lutas sociais no continente foi formulada por Venezuela e Cuba.

Proposta em 2004 por Hugo Chávez e Fidel Castro enquanto alternativa à ALCA, a Aliança<sup>36</sup> Bolivariana para os povos de Nossa América (ALBA) se apresenta como uma proposta de integração diferenciada em relação às demais iniciativas do continente, centradas na integração econômica ou em projetos de segurança vinculadas à política estadunidense.

---

<sup>36</sup> O nome foi alterado de “Alternativa” para “Aliança” assim que foram oficializadas as assinaturas dos países membros.

Ao redigir os princípios fundadores da ALBA, Hugo Chávez (2004) destaca a luta pela soberania alimentar, os direitos humanos (e da mulher), a defesa do meio ambiente, das culturas originárias e populares, questionamentos de dívidas externas, a democratização dos meios de comunicação e das patentes, qualificando então a ALBA enquanto uma proposta popular para a América Latina, contra a exploração, a dependência e as iniciativas imperialistas que marcam profundamente a região.

Segundo Bossi (2010),

El ALBA, desde sus orígenes, al confrontar directamente contra el ALCA, irrumpió como un espacio de lucha antiimperialista. (...) Y es tan claro el carácter antiimperialista del ALBA, que en sus pocos años de existencia, ha tenido que sufrir el embate de la agresión imperialista de la forma más descarada: golpe de estado en Honduras, intentos separatistas en Bolivia, acoso al gobierno popular de Correa y Ortega, incremento de hostilidades a Cuba y permanente estado de beligerancia contra Venezuela.

(...) ¿Y cuáles son las ideas que tanto molestan al gran capital? Sin duda que las ideas rectoras del modelo de integración propuestas por el ALBA. Esos principios, basados en la cooperación, complementación y solidaridad, configuran un cuerpo ideológico que, de ser implementados con precisión podrían conformarse como modelo de integración de corte socialista y popular, mostrando al mundo y a los otros países de la región los beneficios de la unidad construida en base al respeto, la ayuda mutua y la satisfacción de las necesidades de las grandes mayorías. (BOSSI, 2010)

A ALBA, hoje composta por sete países (Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadina), possui uma estrutura ainda frágil comparada com outros processos de integração como o MERCOSUL, mas realizou avanços em algumas áreas, em parecerias com movimentos sociais e outros países. Destacam-se alguns pontos<sup>37</sup>, como:

a) integração econômica: o Tratado de Comércio dos Povos (TCP) propõe medidas de desenvolvimento econômico compensatório, ou seja, que garanta um equilíbrio de desenvolvimento para os países membros, com foco na cooperação para o desenvolvimento dos países com economias mais frágeis. Ainda nesta área, o Banco da ALBA e a moeda única, o Sucre, estão em fase inicial de aplicação, com o Sucre sendo utilizado nas transações entre os governos;

---

<sup>37</sup> Extraídos de: ALBA Movimientos. *Cartilha dos Movimentos Sociais da ALBA*. Disponível em: <<http://www.albamovimientos.org/2011/08/cartilla-brasil/>>, acesso em 10 Set. 2012.

b) comunicação: nos marcos da ALBA foram criadas ferramentas de comunicação de massas tais qual a ALBA TV, a Radio Sur e a TeleSur, esta última também em parceria com a Argentina, além de outras propostas como o Editorial ALBA, que publicará livros em parceria com editoras de diversos países, a preços populares;

c) educação: seguindo o exemplo cubano da Escola Latinoamericana de Medicina (ELAM), a ALBA fomentou a criação da Escola Latinoamericana de Agroecologia (IALA) – que hoje conta com três unidades, uma na Amazônia venezuelana, uma no Paraguai e outra na Espanha – bem como está em fase final de construção a Escola Latinoamericana de Veterinária, a ser sediada no Uruguai. Outra ação neste campo foi a implementação do método cubano “Yo si puedo” de alfabetização, que contribuiu para a erradicação do analfabetismo na Venezuela, e está sendo aplicado nos outros países do bloco;

d) saúde: o projeto ALBAMed criou centros de atendimento médico nos países signatários, a partir do exemplo da “Operação Milagro”, desenvolvida por Cuba e ampliada para a ALBA, que já atendeu mais de 1,5 milhão de pacientes em 18 países da América Latina e África, oferecendo tratamento oftalmológico e pequenas cirurgias;

e) integração energética: foi assinado o Tratado Energético da ALBA, que prevê a criação de uma empresa pluriestatal que atuará na distribuição de energia entre os países membros, com foco no repasse energético dos países produtores (como Venezuela e Bolívia) aos que não possuem autonomia energética;

Além destes pontos, existem projetos de integração cultural e ambiental, uma agenda de assistência humanitária (tendo como modelo a intervenção dos países da ALBA após os desastres naturais do Haiti, com o envio de médicos e engenheiros) e outros.

Ainda, a ALBA apresenta inovações em sua própria estrutura. A proposta de três conselhos deliberativos (o Conselho de Estados – composto pelos Chefes de Estado dos países membros; o

Conselho dos Governos Populares – composto por governos estaduais, provinciais e municipais; e o Conselho dos Movimentos Sociais – que inclui movimentos e organizações dos países membros, tratados de forma horizontal, se coloca enquanto um avanço rumo à uma real democratização de processos de integração regional.

Em 2009, durante o Fórum Social Mundial realizado em Belém, os movimentos sociais das Américas lançam uma plataforma política de concordância com o projeto ALBA, propondo a criação de uma instância continental de articulação, formação política e unidade de ação.

É a partir da Carta de Belém<sup>38</sup>, que se dá início à Articulação Continental dos Movimentos Sociais pela ALBA, que realizou sua Assembleia Fundacional em maio de 2013. Esta Articulação tem o papel de rearticular os movimentos sociais que construíram a Campanha Continental Contra a ALCA e têm concordância com o projeto bolivariano, rearticulando um campo político fora da institucionalidade.

Este conjunto de movimentos sociais que sustentam estes governos acabam também se defrontando com contradições cruciais. Estes países têm dificuldades de romper com sua estrutura histórica, e seguem praticando uma economia extrativista e dependente, ainda que com maior interferência do Estado. Ao mesmo tempo, sofrem pressão tanto das frações burguesas de oposição (que perderam boa parte do controle das exportações), como das que compõem sua base de apoio.

Esta burguesia interna, que faz parte dos governos, identifica no modelo brasileiro a possibilidade de desenvolvimento interno, tensionando os governos para uma linha desenvolvimentista, em especial nas áreas de infra-estrutura, seguindo a linha da IIRSA. Esta orientação, ainda que condenada pelos movimentos sociais, é seguida pelos governos, o que aproxima o “bloco ALBA” do “bloco MERCOSUL”.

---

<sup>38</sup> Ver Anexo 6: “Carta dos Movimentos Sociais das Américas”

### 3.2.3. Integração e busca por autonomia

No início da década de 2010, nos deparamos com um movimento das forças políticas no continente em torno de agendas comuns. Se por algum momento pareceu que este bloco oriundo do fracasso neoliberal se dividia em dois projetos distintos e quase antagônicos, observamos que a correlação de forças os empurra para uma unidade de ação.

Por um lado, a fragilidade econômica dos países membros da ALBA fortalece os setores internos que se espelham no neodesenvolvimentismo brasileiro (que via IIRSA tem atuado fortemente nestes países, em especial Venezuela, Bolívia e Cuba). Em 2006, a Venezuela declarou formalmente o interesse em compor o MERCOSUL.

Aprovado por Brasil, Uruguai e Argentina, o processo de entrada da Venezuela no bloco só se deu em 2012, após a suspensão do Paraguai<sup>39</sup> (cujo senado havia vetado a inserção dos venezuelanos). Com a entrada da Venezuela, a Bolívia também se apresentou enquanto pretendente ao MERCOSUL. Ainda que o projeto ALBA não esteja oficialmente abandonado (e se declare como complementar), a tendência é que o MERCOSUL englobe os países da ALBA, reforçando e ampliando a política neodesenvolvimentista.

Os países dos dois blocos têm atuado em conjunto também no que se refere à busca por autonomia regional. Em 2008, foi assinado o Tratado Constitutivo da União de Nações Sulamericanas (UNASUL), que visa aproximar o MERCOSUL da Comunidade Andina, criando normas e regras aduaneiras, além de projetos financeiros (como a criação do Banco do Sul) e servir como instância de deliberações políticas (como o ocorrido no Golpe sofrido pelo Paraguai). Faz parte do projeto UNASUL também a criação de um Conselho de Defesa Sulamericano.

Outra importante iniciativa é a conformação da Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), organização criada para, em medio prazo, substituir a OEA enquanto espaço

---

<sup>39</sup> BBC Brasil. *Sem Paraguai, Mercosul oficializa entrada da Venezuela*. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120731\\_mercosul\\_venezuela\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120731_mercosul_venezuela_jf.shtml)>, acesso em 12 Fev. 2013.

de deliberação dos Estados latinoamericanos. A CELAC se destaca por não contemplar Estados Unidos e Canadá, ou seja, tensiona para a diminuição do poder de intervenção dos Estados Unidos na América Latina.

Assim, a segunda década do século XXI se inicia com a re-aproximação dos dois projetos oriundos dos embates contra o neoliberalismo protagonizados pelos distintos atores sociais do continente, em especial pelas classes populares. Mais do que uma disputa entre estes projetos, o que observamos é não somente uma resistência à política imperialista, mas a proposta de um novo modelo, baseado no neodesenvolvimentismo, em políticas sociais e populares e em uma atuação internacional que busca autonomia regional em relação aos Estados Unidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos demonstrar neste trabalho que a América Latina apresenta hoje uma complexa realidade política, inédita em sua história pós-colonização. Se antes a região fora formada por colônias que serviam às Coroas de Espanha e Portugal, passou à influência do imperialismo britânico e amargurou quase um século como “quintal” dos Estados Unidos, o ascenso das lutas populares motivado pela profunda exploração sob o Consenso de Washington transformou a região em um espaço de pluralidade política.

Durante a pesquisa, identificamos que as forças que se movimentavam no continente – cada uma com sua própria complexidade, representando distintas frações de classe e composição social – buscavam, através (mas não somente) de mecanismos de integração regional, disputar a hegemonia no continente, ampliando o debate de modelos de desenvolvimento econômico, político e social.

Se, por um lado, os Estados Unidos lançaram mão de uma nova ofensiva político-militar, que garantisse a aplicação de seu projeto econômico neoliberal, o campo surgido deste ascenso popular apresentou dois momentos distintos, difíceis de serem claramente identificados.

Inicialmente, este campo se dividiu em duas propostas. Uma declaradamente antiimperialista, liderada pela Venezuela e sistematizada na ALBA, que abarcava países governados por lideranças do movimento antineoliberal, como Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, ao lado de países com um acúmulo de lutas sociais e enfrentamento ao imperialismo, como Cuba e Nicarágua.

Por outro lado, países cuja vitória eleitoral contra a proposta neoliberal foram calcadas em governos de composição, que envolviam as classes populares porém mantendo a hegemonia das frações burguesas – com uma destacada ascensão da burguesia interna – liderados pelo Brasil, apostou na revitalização do MERCOSUL, como instrumento de competitividade internacional, e em uma política externa mais autônoma em relação aos Estados Unidos.

No início da década de 2010, porém, estas duas propostas indicaram uma convergência, importante não somente para a consolidação de seus processos nacionais, como para reforçar a resistência à ofensiva imperialista que os Golpes de Estado, a militarização e o apoio às oposições eleitorais sinalizavam.

Neste sentido, enquanto buscavam de maneira unificada a criação de espaços de autonomia política como a UNASUL e a CELAC – fundamentais para a segurança dos países de política mais agressiva em relação ao imperialismo, o bloco neodesenvolvimentista atraiu os países da ALBA, aprovando o ingresso da Venezuela e sinalizando sua ampliação para Bolívia e Equador.

Este movimento fortaleceu institucionalmente este campo de governos progressistas, e passou a atrair outros países, em especial a Colômbia, principal aliado dos Estados Unidos na América do Sul, cujo governo de Juan Manuel Santos busca uma agenda de aproximação com a Venezuela e com o Brasil, fundamentalmente dentro dos organismos da UNASUL e CELAC.

O falecimento de Hugo Chávez, em março de 2013, deixa a ALBA “órfã” de seu mais proeminente líder e principal ator deste processo de aproximação com os países do MERCOSUL, notadamente o Brasil e a presidenta Dilma Rouseff.

A fragilidade do processo bolivariano, acompanhada das reformas econômicas e a mudança geracional do governo cubano, nos levam a acreditar que os próximos anos serão marcador por um foco maior destes países nas relações internas, visando a continuidade de seus processos nacionais, esvaziando – por hora – a disputa continental de projetos, ao passo que as instituições regionais se fortalecem.

O próximo período é, portanto, crucial para os rumos da América Latina. As contradições oriundas das políticas neodesenvolvimentistas podem tanto fazer com que a resistência ao imperialismo retroceda, quanto avance enquanto uma alternativa que seja, de fato, antissistêmica.

É tarefa das classes populares, organizadas em seus instrumentos de luta, trabalhar estas contradições a partir de uma leitura concreta da realidade latinoamericana, acumulando forças para

um processo de transformação social, que rompa com o colonialismo, a dependência e a dominação imperialista imposta aos povos da América.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Livros e Artigos:

ALTEMANI, Henrique (2005). *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva.

ALMEIDA, Lúcio F. (2006). *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. São Paulo: EDUSC.

\_\_\_\_\_ (2009). De volta à ilha de tranquilidade em meio a um oceano revolto? Limites da democracia liberal brasileira. *Lutas sociais*, São Paulo, n. 23.

\_\_\_\_\_ (2011). Comunas e sovietes: passado e futuro de poder proletário com muitos nomes e cores. *Lutas sociais*, São Paulo, n. 25/26.

\_\_\_\_\_ (2012). Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112.

AMENTA, Núnzio Renso (2010). *A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo*. São Paulo, Expressão Popular.

ANDERSON, Perry (1995). Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ARCEO, Enrique (2006). El fracaso de la reestructuración neoliberal em América Latina: estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Clacso.

ARROYO, Alberto (2004). Nafta: recordando o que virá com a Alca. In: CAMPANHA JUBILEU SUL/BRASIL (org.). *Livre-comércio: o que está em jogo?* São Paulo, Paulinas.

ANDERSON, Perry (1995). Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BARLOW, Maude (2001). A ALCA e a ameaça aos programas sociais, à sustentabilidade ambiental e à justiça social nas Américas. In: SADER, Emir (org.). *ALCA: integração soberana ou subordinada?* São Paulo, Expressão Popular.

BANDEIRA, Moniz (1993). *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992)*. São Paulo: Ensaio.

BARBOSA, Rubens (2010). A evolução do processo de integração na América do Sul dos anos sessenta ao milênio: contribuição à história do Mercosul. In: BARBOSA, Rubens. *Mercosul e a integração regional*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina.

BARRAL, Welber; PANCOTTO BOHRER, Carolina (2010). A integração latino-americana em foco: 50 anos da ALALC/ALADI. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Integração*

*Latino-Americana: 50 anos de ALALC/ALADI*. Brasília, FUNAG.

BATISTA, Paulo Nogueira (1995). O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa (et. al.). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo, Paz e Terra.

BERRON, Gonzalo (2007). *Identidades e estratégias sociais na arena transnacional: o caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

BOITO JR., Armando; ROJAS, Gonzalo (2008). *Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Nestor Kirchner*. Comunicação apresentada no VI Encontro da ABCP.

BOLÍVAR, Simón (1814). *Carta de Jamaica*. Disponível em: <<http://juventud.psuw.org.ve/wp-content/uploads/2009/05/cartajamaica.pdf>> Acesso em 16 out. 2012.

BORON, Atílio (1995). A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (1999). Os novos “Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis, Vozes.

\_\_\_\_\_ (2009). *Socialismo siglo XXI: ¿hay vida después del neoliberalismo?* Buenos Aires, Luxemburg.

BOSSI, Fernando R. (2010). *El ALBA es el camino*. Disponível em: <<http://alainet.org/active/36945&lang=es>>. Acesso em 02 mai. de 2010.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara (2010). Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, vol. 46, n. 01.

CARCANHOLO, Marcelo D. (1998). Neoliberalismo e o Consenso de Washington: A verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: MALAGUTI, Manoel L.; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D. (orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo, Cortez.

CARVALHO, José Reinaldo (1999). Quarta Frota – Instrumento estratégico da política de domínio mundial dos EUA. In: GOMES, Socorro. et al. *A reativação da quarta frota no atual contexto da América Latina*. São Paulo, CEBRAPAZ.

CAVLAK, Iuri (2012). A ALALC como auge da integração sul-americana no século XX. *História: debates e tendências*. São Paulo, v. 12.

CECEÑA, Ana Esther (2004). América Latina, Alca e geopolítica do poder. In: CAMPANHA JUBILEU SUL/BRASIL (org.). *Livre-comércio: o que está em jogo?* São Paulo, Paulinas.

\_\_\_\_\_ (2009). *Honduras y la ocupación del Continente*. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=90218>>. Acesso em 12 fev. 2013.

\_\_\_\_\_ (2010). A ocupação do Caribe e o xadrez da dominação mundial. *Lutas sociais*. São Paulo, n. 24.

CECEÑA, Ana Esther; MIRANDA, Humberto (2009). *Yankees, go home!* Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=91998>>. Acesso em 16 fev. 2013.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo (1992). *História de política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2004). De la integración neoliberal a La alternativa bolivariana para América Latina: principios rectores del Alba. In: CHÁVEZ FRÍAS, Hugo et al. *Venezuela: integración latinoamericana y cooperativismo*. Buenos Aires: Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos C.L.

CUELLO, Raúl (1999). El neoliberalismo, una ideología contraria al equilibrio social. In: BORON, Atilio; GAMBINA, Julio; MINSBURG, Naum (comp.). *Tiempos violentos: Neoliberalismo, globalización y desigualdad em América Latina*. Buenos Aires, CLACSO.

EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (1994). *Declaración de Selva Lacandonia*. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>> Acesso em 29 set. 2012.

ESTAY, Jaime; SÁNCHEZ, Germán (2005). Una revisión general del ALCA y sus implicaciones. In: ESTAY, Jaime; SÁNCHEZ, Germán (coord.). *El ALCA y sus peligros para América Latina*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.

FERNANDES, Florestan (1975). *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar.

FIORI, José Luis (2010). Notas para uma reflexão sobre a inserção internacional do Brasil e da América do Sul, na segunda década do século XXI. *Carta Maior*. 10/02/2010. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=16393](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16393)> Acesso em 15 mar. 2010.

FONSECA, Carlos (2012). *La izquierda latinoamericana ante sus nuevos desafios*. Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org/?p=1853>> Acesso em 04 nov. 2012.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (2001). *Declaração dos Movimentos Sociais*. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=movsoc2001>> Acesso em 29 set. 2012.

FRANK, Andre Gunder (2009). Apresentando o Tio Sam – sem roupas. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotônio (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo, Boitempo Editorial.

FUSER, Igor (2009). Quarta Frota: a volta das canhoneiras? In: GOMES, Socorro. et al. *A reativação da quarta frota no atual contexto da América Latina*. São Paulo, CEBRAPAZ.

- GUERRA, José (2007). *El confuso socialismo del siglo XXI*. Disponível em: <<http://www.analitica.com/va/economia/opinion/1131744.asp>>, acesso em 12. jan. 2013.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2002). *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Editora da UFRGS/Contraponto.
- GOMES, Socorro (1999). A Quarta Frota é uma ameaça aos povos. In: GOMES, Socorro. et al. *A reativação da quarta frota no atual contexto da América Latina*. São Paulo, CEBRAPAZ.
- HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela (1980). *Imperialismo e dependência*. São Paulo, Global.
- HUMMER, Waldemar; SCHMID, Andrea (2007). Liberalização do comércio de serviços no MERCOSUL e na Comunidade Andina à luz do Artigo V GATS, MERCOSUR y Unión Europea. Lerner SRI, Argentina.
- JAKOBSEN, Kjeld (2002). *Avaliação do Fórum Social Mundial 2002*. Disponível em: <[http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias\\_textos.php?cd\\_news=285](http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=285)> Acesso em 30 set. 2012.
- KATZ, Claudio (2006). *El rediseño de America Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA*. Buenos Aires, Ediciones Luxemburg.
- KOHAN, Nestor (2005). *Guerra y militarismo en el imperialismo contemporâneo*. Disponível em <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=11037>> Acesso em 10 maio 2010.
- LEBOWITZ, Michael (2006). *Construyámoslo ahora. El socialismo para el siglo XXI*. Caracas, Centro Internacional Miranda.
- LENIN, Vladimir. I. (1975). *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Edições “Avante!”, Lisboa.
- LEMOINE, Maurice (2010). Na mira de Washington, *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 3, n. 31, p. 06.
- LIMA, Patrícia (2009). *Crise no Equador: Golpe de Estado ou reivindicação corporativa?* Disponível em: <[http://www.tempopresente.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5510:crise-no-equador-golpe-de-estado-ou-reivindicacao-corporativa&catid=35&Itemid=127](http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5510:crise-no-equador-golpe-de-estado-ou-reivindicacao-corporativa&catid=35&Itemid=127)> Acesso em 24 fev. 2013.
- MACHADO, Eliel (2009). Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 21/22.
- MAGNOLI, Demétrio; ARAUJO, Regina (2003). *O projeto da ALCA: hemisfério americano e Mercosul na ótica do Brasil*. São Paulo, Moderna.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1999). *Ponto de vista anti-imperialista*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mariategui/1929/06/antiimperialista.htm>> Acesso em 14 set. 2012.
- MARINI, Ruy Mauro (1977). La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. In:

*Cuadernos Políticos* nº 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1997.

\_\_\_\_\_ (2005a). Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo, Expressão Popular.

\_\_\_\_\_ (2005b). Desenvolvimento e dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo, Expressão Popular.

\_\_\_\_\_ (2005c). Sobre o Estado na América Latina. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo, Expressão Popular.

MARTÍ, José (1891). *Nuestra América*. Disponível em: <[http://www.analitica.com/bitbliblioteca/jmarti/nuestra\\_america.asp](http://www.analitica.com/bitbliblioteca/jmarti/nuestra_america.asp)> Acesso em 16 out. 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo, Boitempo.

MIDLEJ E SILVA, Suylan de Almeida (2008). “*Ganhamos a batalha, mas não a guerra*”: a visão da Campanha Nacional contra a Alca sobre a não-assinatura do acordo. Brasília, UNB, Tese de Doutorado.

MORAES, Reginaldo (2001). *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo, Editora SENAC.

PAGOTTO, Ronaldo (2009). Brasil e o petróleo: neocolonialismo e uma festa para poucos. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo, Expressão Popular.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (2002). *Programa de governo*. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>> Acesso em 22 set. 2012.

PEÑA, Felix (2007). Los grandes objetivos del MERCOSUR: zona de libre comercio, union aduaneira y mercado común. In: BARBOSA, Rubens A. (org.). *MERCOSUL: quinze anos*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina.

PETRAS, James (2001). O império mercantilista na América Latina: Bush, a ALCA e o Plano Colômbia. In: SADER, Emir (org.). *ALCA: integração soberana ou subordinada?* São Paulo, Expressão Popular.

PINHEIRO, Jair (2010). Revolução Bolivariana: uma revolução política dos de baixo? *Lutas sociais*, São Paulo, n. 24.

POULANTZAS, Nicos (1976). *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PREUSSE, Heinz. G. (2007). Consecuencias de La salida de Venezuela de La CAN y su entrada al MERCOSUR, *MERCOSUR y Unión Europea*. Lerner SRI, Argentina.

RAMPINELLI, Waldir J. (2004). *As duas faces da moeda : as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis : Ed. da UFSC.

SADER, Emir (2001). O imperialismo norte-americano e a ALCA. In: SADER, Emir (org.). *ALCA: integração soberana ou subordinada?* São Paulo, Expressão Popular.

SAGGIORO GARCIA, Ana (2009). Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo, Expressão Popular.

SOTELO VALENCIA (2009). Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotônio (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo, Boitempo Editorial.

STUART, Ana Maria (2007). Integração regional e construção da democracia na América do Sul. In: FRATI, M. (org.). *Curso de formação em política internacional*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

TAVARES, Maria da Conceição (1995). O dissenso de Washington. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa (et. al.). *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo, Paz e Terra.

TEIXEIRA, Francisco (1998). O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco; ARAÚJO DE OLIVEIRA, Manfredo (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

VIZENTINI, Paulo F. G. (1995). *Relações internacionais e de desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*. Petrópolis: Vozes.

WALLERSTEIN, Immanuel (1999). A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Globalização excludente*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2009). Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotônio (coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo, Boitempo Editorial.

VILARINO, Ramón (2010). Imperialismo e subimperialismo na América do Sul: os casos Malvinas e Roboré. *Lutas sociais*. São Paulo, n. 24.

ZIBECHI, Raúl (2008). *Cuarta Flota: mensaje de guerra*. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2008/05/09/index.php?section=opinion&article=024a2pol>>. Acesso em 22 fev. 2013.

## **2. Notícias e textos retirados da internet:**

ALBA Movimientos. *ALBA: Alternativa Bolivariana para los Pueblos de las Américas*. Disponível em <[http://movimientos.org/albasi/show\\_text.php3?key=13776](http://movimientos.org/albasi/show_text.php3?key=13776)> Acesso em 07 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. *Cartilha dos Movimentos Sociais da ALBA*. Disponível em: <<http://www.albamovimientos.org/2011/08/cartilla-brasil/>>, acesso em 10 Set. 2012.

Associação Latino-americana de Integração. *O que significou a substituição da ALALC pela ALADI?* Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/preguntasfrecuentes.nsf/009c98144e0151fb03256ebe005e795d/cf2ded02ef8e4a6c03256ed100613e5d?OpenDocument>> Acesso em 16 out. 2012.

BBC Brasil. *Chile e EUA assinam acordo de livre-comércio*. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/030606\\_chilepc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/030606_chilepc.shtml)>, acesso em 20 Fev. 2013.

\_\_\_\_\_. *Sem Paraguai, Mercosul oficializa entrada da Venezuela*. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120731\\_mercosul\\_venezuela\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120731_mercosul_venezuela_jf.shtml)>, acesso em 12 Fev. 2013.

Folha de S. Paulo. *Acordo de livre comércio entre Colômbia e EUA entra em vigor em maio*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1076457-acordo-de-livre-comercio-entre-colombia-e-eua-entra-em-vigor-em-maio.shtml>>, acesso em 20 Fev. 2013.

\_\_\_\_\_. *Chávez é motivo para ter base na Colômbia, afirma Pentágono*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u646451.shtml>>, acesso em 02 Mar. 2013.

\_\_\_\_\_. *Dossiê dos EUA eleva suspeita sobre objetivo de base aérea*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u603993.shtml>>, acesso em 02 Mar. 2013.

Fundação Perseu Abramo. *Carta ao Povo Brasileiro, por Luís Inácio Lula da Silva*. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>>, acesso em 17 Jan. 2013.

Navy Site. *US Navy Fleets*. Disponível em: <<http://navysite.de/navy/fleet.htm>>, acesso em 23 Fev. 2013.

O Estado de S. Paulo. *Lula quer explicações dos EUA sobre Quarta Frota*. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-quer-explicacoes-dos-eua-sobre-quarta-frota,198990\\_0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-quer-explicacoes-dos-eua-sobre-quarta-frota,198990_0.htm)> acesso em 23 Fev. 2013.

Opera Mundi. *Estados Unidos reconhecem impeachment do presidente Fernando Lugo*. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/22611/estados+unidos+reconhecem+impeachment+do+presidente+fernando+lugo.shtml>>, acesso em 23 Fev. 2013.

Parlamento del MERCOSUR. *Presença da 4ª Frota na América do Sul é condenada pelo PARLASUL*. Disponível em: <[http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/488/1/secretaria/presenca\\_da\\_4%C2%AA\\_frota\\_na\\_america\\_do\\_sul\\_e\\_condenada\\_pelo\\_parlasul.html](http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/488/1/secretaria/presenca_da_4%C2%AA_frota_na_america_do_sul_e_condenada_pelo_parlasul.html)>, acesso em 23 Fev. 2013.

Portal Vermelho. *Wikileaks: EUA apoiou campanha contra Correa no Equador*. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/confecom/noticia.php?id\\_noticia=182456&id\\_secao=7](http://www.vermelho.org.br/confecom/noticia.php?id_noticia=182456&id_secao=7)>, acesso em 23 Fev. 2013.

US Department of Defense. *Navy Re-Establishes U.S. Fourth Fleet*. Disponível em: <<http://www.defense.gov/releases/release.aspx?releaseid=11862>>, acesso em 23 Fev. 2013.

US Senate. *A bill to implement the Dominican Republic-Central America-United States Free Trade Agreement*. Disponível em: <[http://www.senate.gov/legislative/LIS/roll\\_call\\_lists/roll\\_call\\_vote\\_cfm.cfm?congress=109&session=1&vote=00170](http://www.senate.gov/legislative/LIS/roll_call_lists/roll_call_vote_cfm.cfm?congress=109&session=1&vote=00170)>, acesso em 20. Fev. 2013.

Wikileaks. *Canvas fostering revolutions*. Disponível em: <<http://search.wikileaks.org/gifiles/?viewemailid=1708470>>, acesso em 26 Fev. 2013.

\_\_\_\_\_. *Paraguayan pols plot parliamentary putsch*. Disponível em: <<http://wikileaks.org/cable/2009/03/09ASUNCION189.html>>, acesso em 24 Fev. 2013.

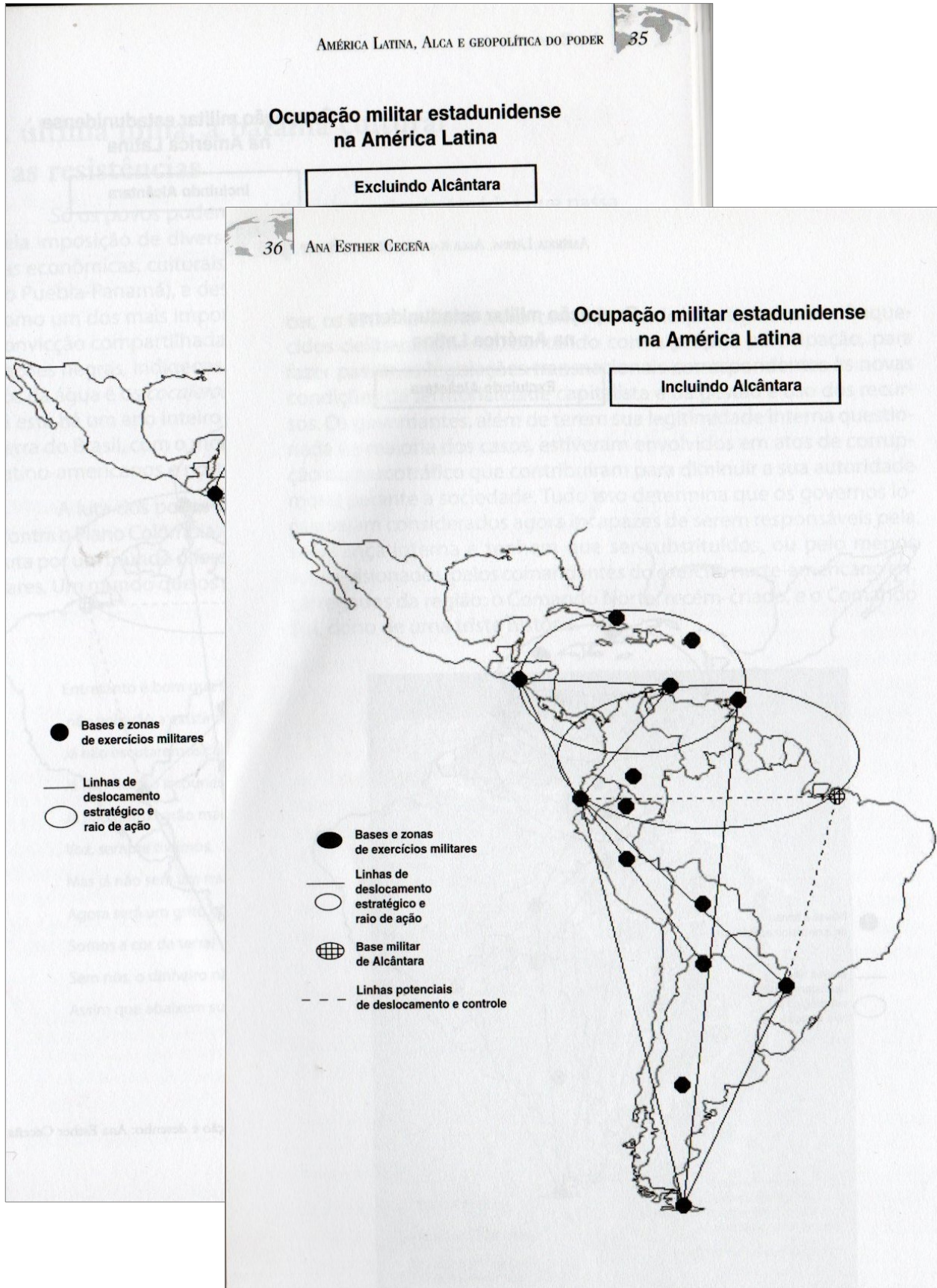
\_\_\_\_\_. *Sao Paulo leaders outline concerns with gob to wha A/S Valenzuela*. Disponível em: <<http://wikileaks.org/cable/2009/12/09SAOPAULO667.html>>, acesso em 26 Fev. 2013.

### **3. Documentários em vídeo:**

*A revolução não será televisionada*. Direção: Kim Bartley; Donnacha O'Briain.: Power Picture, 2003. 1 DVD (78 min.), NTSC, color. Título original: *Chavez: Inside the Coup*.

# ANEXOS

## Anexo 1: Bases militares dos EUA na América Latina à época das negociações da ALCA



**Fonte:** CECEÑA, Ana Esther (2004). América Latina, Alca e geopolítica do poder. In: CAMPANHA JUBILEU SUL/BRASIL (org.). *Livre-comércio: o que está em jogo?* São Paulo, Paulinas.

**Anexo 2: Lista de organizações signatárias da Carta dos Movimentos Sociais do Fórum Social Mundial de 2001**

Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida, São Paulo (Brasil)

Agir ensemble contre le Chomage - AC! - (France)

Agremiación de Funcionarios de la Universidad de la República - AFFUR (Uruguay)

Alianza Social Continental (toda América)  
Alternative information and development center (South Africa)  
Alternatives (Canada)  
Amigos de la Tierra Internacional  
Ananda Marga (Sudamérica)  
ARCI (Italy)  
Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadores Rurais (Brasil)  
Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (Argentina)  
Asociación Sindical de Profesionales de la Salud de Buenos Aires (Argentina)  
Associação potiguar amigos de natureza (Brasil)  
Associazione per la pace (Italy)  
Associazione Ya Basta (Italy)  
Associone Nazionale Artisti-Artigiani di Strada (Italy)  
Assozione Culturale Punto Rosso (Italy)  
ATTAC (Argentina)  
ATTAC (Brasil)  
ATTAC (France)  
ATTAC (Russia)  
ATTAC (Suisse)  
ATTAC (Uruguay)  
ATTAC Catalunya (Spain)  
Bloque Social Alternativo - Comité de Integracion del Macizo Colombiano  
Cambodian Human Rights & Development Association (Cambodia)  
Campaign for popular democracy thailand)  
Carta del cantieri sociali (Italy)  
Casa diritti sociali (Italy)  
Central de Trabajadores Argentinos – CTA  
Central dos Movimentos Populares CMP (Brasil)  
Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos (México)  
Central Única dos Trabalhadores (Brasil)  
Centre Tricontinental, Louvain-La-Neuve, Belgique  
Centro cultural 25 de abril (Brasil)  
Centro de Estudios e Assessoria em Política Publicas - CEAPP, (Brasil)  
Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul CPERS (Brasil)

Centro Felix Varela (Alemania)  
Centro Felix Varela (Cuba)  
Centro Novo Modello di Suiluppo (Italy)  
Centrostudi Internazionali Milano (Italy)  
Cetim (Suisse)  
CIPSI (Italy)  
Coalición de Organizaciones Democráticas Urbanas y Campesinas CODUC (México)  
Comisión Independiente de Derechos Humanos de Morelos (México)  
Comitato anti WTO Abruzzo (Italy)  
Comité de l'appel de Bangkok (Suisse)  
Comité de proyectos de comercio solidario (Italia)  
Comite pour l'annulation de la dette du Tiers monde (Belgique)  
Communita impegno servizio volontarito (Italy)  
Confederação Nacional dos Bancários - CNB/CUT (Brasil)  
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE (Brasil)  
Confederació General del Treball CGT (Illes Baleais, España)  
Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado COFE (Uruguay)  
Confederacion General del Trabajo (CGT - disidente) de la Republica Argentina  
Confederation des Syndicats Nationaux Quebec (Canadá)  
Confederazione Cobas (Italy)  
Congreso Nacional Indígena (México)  
Consortio italiano di solidarieta (Italy)  
Consulta Popular (Brasil)  
Contato Italiano Per L'acqua (Italy)  
Cooperativa MAG Financera (Italia)  
Coordinación Nacional de Organizaciones Campesinas CNOC (Guatemala)  
Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC (América Latina)  
Coordinadora Nacional Plan de Ayala - CNPA (México)  
Coordinamento Asociación Pacfiste Venecia (Italy)  
Coordinamento Lombardo Antiwito (Italy)  
CREA/RS (Brasil)  
Dialogo 2000 (Argentina)  
Diverse Women for Diversity (Índia, México, Europa)  
Droit au logement (France)

Espaces Marx (France)  
Fala Preta Organização de Mulheres Negras (Brasil)  
FASE (Brasil)  
Federação dos Trabalhadores no Comercio no Estado do Ceará Fetrace (Brasil)  
Federação Nacional dos Sociólogos (Brasil)  
Federation internationale syndicale de l'enseignement (France)  
Federation sindical unifie (France)  
Feministas del movimientto social de mujeres de Argentina  
Feriwala Vikas Mahasangh (India)  
Fisics per al desenvolpment (Spain)  
Focus on the global south thailand)  
Fórum Brasileiro de ONGs de Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento  
Forum Mondial des Alternatives, (Sénégal)  
Fórum Mondiale Alternative Itália (Italy)  
France Amerique Latine (France)  
France Libertes (France)  
Fundação para o Desenvolvimento da Juventude Rural (Brasil)  
Fundación genero y sociedad (Argentina)  
Fundación José Maria Llorens (Argentina)  
Gamins de l'Art rue (France)  
Grupo de Apoyo Mbya Guarani (Paraguay)  
Grupo de Reflexión Rural (Argentina)  
Grupo para la contra información sobre la América Latina (Grecia)  
Grupos de estudiantes solidarios (Argentina)  
Hemen eta munduan - iniciativa popular de euskal herria  
Holy cross justice commission  
Instituto Olga Benario Prestes (Brasil)  
Instituto Terrazul (Brasil)  
Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas IIEP (Brasil)  
INTERFOROS (Honduras)  
Intersindical Alternativa de Catalunya (Espanña)  
Intersocial Montevideo (Uruguay)  
Japan Network on Debt and Poverty (Japan)  
Jubileo sur

Juventude avançando (Brasil)  
Korean Catholic Coalition for Alternative Economics (Korea)  
Korean Confederation of Trade Unions - KCTU - (Korea)  
Korean Farmers League (Korea)  
Kopa - Korean organisation against free trade (Korea)  
KPA - Consortium for agrarian reform (Indonesia)  
Labour Coordinating Center thailand)  
Labor Working Group (Indonesia)  
Lavoro societa - Cgil (Italia)  
Lega Ambiente (Italy)  
Lega Italiana per la Lotta Contro L<sup>1</sup>AIDS (Italy)  
Les Penelopes (France)  
Liberazione (Italy)  
Ligue Internationale pour les Droits des Peuples, Rome, Italie  
Loro Yunounu Sangh (India)  
Lunaria (Italy)  
Madres de Plaza de Mayo - Linea Fundadora (Argentina)  
Marche mondiale des femmes contre lês violences et la pauvrete  
MNCP (France)  
Movimento de Educação Popular e Direitos Humanos (Brasil)  
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Rio Grande do sul (Brasil)  
Movimento dos Atingidos por Barragens MAB (Brasil)  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil)  
Movimento laici America Latina (Italy)  
Movimiento de Educacion Popular e Direitos Humanos (Brasil)  
Movimiento de mulheres agriculturas  
Movimiento dos conselhos populares (Brasil)  
Movimiento unido de solidaridade para Colombia  
Mujeres de México, Chihuahua (México)  
Multisectorial de Mujeres (Argentina)  
Narmada Bachao Andolan - NBA - (India)  
Network for the political and social rights (Grecia)  
Organización Regional Interamericana de Trabajadores - ORIT (toda América)  
Organizaciones Multisectoriales de Mujeres (Argentina)

Pastoral da juventude rural do Brasil  
Paz y tercer mundo (Spain)  
Rete Contro G8 (Italy)  
Project for ecological recovery - PER - thailand)  
Radio Citta Pescara (Italy)  
Red ciudadana para la abolición de la deuda externa (Spain)  
REDES (Red de Ecologia Social)  
Amigos de la Tierra (Uruguay)  
Rete di Lilliput (Italy)  
Rete radie resch (Italy)  
Revista Cuadernos del Sur (Argentina)  
Revista Thesseis (Grécia)  
Rivista Altra Economia ((Italy)  
Sempreviva Organização Feminista (Brasil)  
Servicio Jurídico Integral para el Desarrollo Agrario  
Servicio paz y justicia en America Latina  
SIN Cobas (Italy)  
Sind. Nacional dos Trabalhadores do Banco Central do Brasil SINAL  
Sindicato de Profesionales de la Salud de Buenos Aires (Argentina)  
Sindicato de Sociólogos do Est. de RS (Brasil)  
Sindicato de trabajadores sociales de Paraguay  
Sindicato dos Químicos de Osasco e região, São Paulo (Brasil)  
Sindicato dos Químicos de São Jose dos Campos (Brasil)  
Sindicato dos Rodoviários de Cachoeirinha, RS (Brasil)  
Sindicato dos Servidores Civis nas Forças Armadas do RJ (Brasil)  
Sindicato dos Sociólogos do Est. de SP (Brasil)  
Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Brasília (Brasil)  
Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Previdência e Seguridade Social (Brasil)  
Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários no Distrito Federal (Brasil)  
Sindicato Nacional dos trabalhadores dos Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Brasil)  
Sindicato Servidores Municipais Caxias do Sul RS (Brasil)  
Sind-Saúde-MG (Brasil)  
SUD-PTT (France)

Syndicat national de l'enseignement superieur (France)  
Tandem sur norte (Argentina, Francia, Brasil)  
Telang Ana Front (India)  
Transnational Institute - TNI - (Netherlands)  
Tribunal Ético contra la Impunidad (Paraguay)  
Tutti Altra Arte (Italy)  
Union de Mujeres de la Argentina – UMA  
Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas UNORCA (México)  
Unione Italiana Spor Per Tutti (Italy)  
Via campesina  
Vida, si! (Argentina)  
WINFA (Caribbean farmers, West indies)  
World Rainforest Movement  
Youth Unity & Voluntary Action- YUVA - (India)

**Fonte:** *Fórum Social Mundial.* Disponível em:  
<<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=movsoc2001>> Acesso em: 29 set.  
2012.

### **Anexo 3: Lista dos partidos membros do Foro de São Paulo – 2012**

#### Argentina

1. Frente Grande
2. Frente Transversal Nacional y Popular
3. Movimiento Libres del Sur

4. Partido Comunista
5. Partido Comunista – Congreso Extraordinario
6. Partido Comunista Revolucionario
7. Partido Humanista
8. Partido Intransigente
9. Partido Obrero Revolucionario-Posadista
10. Partido Socialista
11. Partido Solidario
12. Unión de Militantes por el Socialismo

#### Bolivia

1. Movimiento al Socialismo
2. Movimiento Bolivia Libre
3. Partido Comunista de Bolivia

#### Brasil

1. Partido Democrático Trabalhista
2. Partido Comunista do Brasil
3. Partido Comunista Brasileiro
4. Partido Socialista Brasileiro
5. Partido dos Trabalhadores

#### Chile

1. Izquierda Cristiana
2. Partido Comunista
3. Partido Humanista
4. Partido Socialista
5. Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile

#### Colombia

1. Polo Democrático Alternativo
2. Presentes por el Socialismo
3. Partido Comunista Colombiano

#### Costa Rica

## 1. Frente Amplio de Costa Rica

### Cuba

1. Partido Comunista de Cuba

### Ecuador

1. Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País
2. Movimiento PAIS
3. Movimiento Popular Democrático
4. Partido Comunista de Ecuador
5. Partido Comunista Marxista-Leninista del Ecuador
6. Partido Socialista-Frente Amplio

### El Salvador

1. Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional

### Guatemala

1. Alianza Nueva Nación
2. Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca

### Honduras

1. Frente Nacional de Resistencia Popular de Honduras

### Martinica

1. Partido Comunista por la Independencia y el Socialismo
2. Consejo Nacional de Comités Populares

### México

1. Partido de los Comunistas Mexicanos
2. Partido Comunista de México
3. Partido de la Revolución Democrática
4. Partido del Trabajo

### Nicaragua

1. Frente Sandinista de Liberación Nacional

### Panamá

1. Partido del Pueblo de Panamá

### Paraguay

1. Partido Popular Tekojoja

2. Partido Convergencia Popular Socialista
3. Partido Comunista Paraguayo
4. Partido del Movimiento al Socialismo
5. Partido País Solidario

#### Perú

1. Partido Comunista del Perú-Patria Roja
2. Partido Comunista Peruano
3. Partido Nacionalista del Perú
4. Partido Socialista

#### Puerto Rico

1. Frente Socialista
2. Movimiento Independentista Nacional Hostosiano
3. Partido Nacionalista de Puerto Rico

#### República Dominicana

1. Alianza por la Democracia
2. Fuerza de la Revolución
3. Movimiento Izquierda Unida
4. Partido Comunista del Trabajo
5. Partido de la Liberación Dominicana
6. Partido de los Trabajadores Dominicanos
7. Partido Revolucionario Dominicano

#### Uruguay

1. Asamblea Uruguay
2. Corriente de Unidad Frenteamplista
3. Frente Amplio
4. Movimiento 26 de marzo
5. Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros
6. Movimiento de Participación Popular
7. Partido Comunista de Uruguay
8. Partido Obrero Revolucionario Troskista-Posadista
9. Partido por la Victoria del Pueblo
10. Partido Socialista de los Trabajadores
11. Partido Socialista de Uruguay

## 12. Vertiente Artiguista

### Venezuela

1. Liga Socialista
2. Movimiento Electoral del Pueblo
3. Partido Comunista de Venezuela
4. Partido Socialista Unificado de Venezuela
5. Patria para Todos

**Fonte:** *Foro de São Paulo*. Disponível em: <[http://forodesaopaulo.org/?page\\_id=52](http://forodesaopaulo.org/?page_id=52)> Acesso em 04 nov. 2012.



**Anexo 4: Bases militares dos EUA na Colômbia após os acordos de 2009**

Fonte: *Observatorio Latinoamericano de Geopolítica*. Disponível em:  
<<http://www.geopolitica.ws/article/bases-de-estados-unidos-en-colombia/>> Acesso em 02 Mar.  
2013.

#### **Anexo 5: Presença da Odebrecht na América Latina**



**Fonte:** *Observatório Latinoamericano de Geopolítica.* Disponível em: <http://www.geopolitica.ws>, acesso em 04 Mar. 2013.

## **Anexo 6: Carta dos Movimentos Sociais das Américas**

## **CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS AMÉRICAS**

**- Construindo a integração dos povos desde a base**

**- Impulsionando a Alba e a solidariedade dos povos frente ao projeto do imperialismo.**

### **1. O Capitalismo entrou em uma crise profunda, e tenta descarregá-la sobre nossos povos**

O capitalismo central está sendo sacudido por uma crise estrutural que questiona os paradigmas difundidos pelo neoliberalismo, e que promove sua própria deslegitimação. É uma crise do sistema, que gera super-produção de mercadorias e super-acumulação de capitais, e como consequência, o aumento brutal da pobreza, da desigualdade, da exploração e exclusão dos povos, e o saque, contaminação e destruição da natureza.

Os capitalistas pretendem descarregar com maior violência suas crises sobre os trabalhadores e trabalhadoras, sobre os excluídos e excluídas, socializando as perdas, socorrendo aos banqueiros e subsidiando as grandes empresas transnacionais com os fundos públicos. Ao mesmo tempo, se agravam as políticas que, nestes anos de globalização mundial desenvolveram um silencioso genocídio de nossas comunidades originárias; promoveram a precarização de milhares de homens e mulheres -especialmente jovens e idosos- violando os direitos humanos, trabalhistas, sociais; destruindo as possibilidades de acesso à educação, à saúde, à terra, ao trabalho e à moradia.

Não é necessário descrever as múltiplas consequências, sobre a vida cotidiana dos povos, da ofensiva das corporações transacionais, que avançaram na recolonização da América Latina, considerada pelas mesmas como um grande canteiro para seus negócios. Denunciamos em diferentes foros internacionais e nacionais que nossas enormes riquezas naturais, e a criatividade cultural de nossas comunidades estão sendo arrasadas em nome do “progresso”, da “civilização”, e do “desenvolvimento” capitalista.

As forças do capital transnacional e dos grandes grupos econômicos locais - expressados, por exemplo, nas denominadas translatinas-, associadas a uma parte considerável dos governos da região, sob o comando da hegemonia estadunidense, desenvolvem sua ofensiva e hoje promovem variações da ALCA através dos TLCs com EUA e Europa. Estas políticas empurraram ao desaparecimento de povoados completos, arrasados pelos megaprojetos das indústrias extrativistas e agroexportadoras, e condenaram os povos a uma difícil sobrevivência, asfixiando-nos com uma dívida externa ilegítima, desconhecendo a soberania popular e a soberania nacional. Projetos e iniciativas como a IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana), escondem depois do desenvolvimento de interconexões em infraestrutura, a apropriação

transnacional dos bens da natureza.

Para impor esta lógica, o capital reforça a violência e o controle militar, promovendo guerras, invasões, agressões, assim como o estabelecimento de bases militares, de exercícios militares conjuntos, e a criminalização dos movimentos populares, a perseguição dos líderes, assim como o desalojamento de povoações completas. Utilizam intensamente os meios de comunicação de massa para manipular o consenso da opinião pública às políticas repressivas, à penalização judicial, e inclusive os assassinatos de lutadores e lutadoras populares. Com conceitos como os de “ordenamento territorial”, ou “segurança democrática”, se utiliza a matriz de pobreza e exclusão de nossas sociedades para o recrutamento de exércitos de civis, e a manipulação das comunidades com um sentido contrainsurgente. É neste contexto que os EUA ativaram a IV Frota, como ameaça para os processos sociais transformadores no continente e que, em muitos de nossos países, os governos e parlamentos copiam e aprovam leis “antiterroristas” que utilizam para combater aos povos.

Esta crise representa uma enorme ameaça para nossos povos, mas, também vemos nela uma nova oportunidade para promover alternativas populares ao sistema, avançando para uma mudança estrutural, cuja vigência e viabilidade se tornam incontestáveis.

## **2. Um projeto de vida dos povos, frente ao projeto do imperialismo.**

Os movimentos populares percebemos que o continente está atravessando um novo momento político e social, o qual se expressou de diferentes atitudes, através de manifestações populares massivas, eleições locais e nacionais, lutas políticas e sociais, o cansaço frente às políticas neoliberais.

Os movimentos sociais estamos em uma nova fase destas lutas, no marco de um longo período de transição, recomposição e acumulação de forças, de confrontações com o capital, de construção de nossas organizações, e de formação de militantes com capacidade para assumir os novos desafios.

Nesta fase vamos intensificando as ações de resistência e também as experiências alternativas de poder popular, de exercício de soberania e, inclusive, de relação com alguns governos que expressam -de maneira contraditória- os interesses das maiorias.

Os movimentos populares enfrentamos as dificuldades que surgem de várias décadas de extermínio de nossa população e de nossas organizações, e as debilidades que surgem da confusão social semeada pelo neoliberalismo, através de seus poderosos meios de in-comunicação e manipulação da opinião pública mundial; de suas políticas educativas monitoradas pelo Banco Mundial; de suas políticas de controle social e domesticação, através do assistencialismo, realizado

como forma de reprodução da exclusão; da propagação de formas de religiosidade alienantes; da criminalização da pobreza e da judicialização e repressão do protesto social.

É necessário construir coletivamente um projeto popular de integração latino-americana, que reformule o conceito de “desenvolvimento”, sobre a base da defesa dos bens comuns da natureza e da vida, que avance para a criação de um modelo civilizatório alternativo ao projeto depredador do capitalismo, que assegure a soberania latino-americana frente às políticas de saque do imperialismo e das transnacionais, e que assuma o conjunto das dimensões emancipatórias, enfrentando as múltiplas opressões geradas pela exploração capitalista, pela dominação colonial, e pelo patriarcado que reforça a opressão sobre as mulheres.

Os movimentos populares defendemos um projeto de vida, frente ao projeto de morte, no qual a produção não seja destruição, mas parte de um processo criativo, sustentável e com justiça social. Estamos expondo a necessidade de colocar em debate um novo ideal de vida frente ao neoliberalismo e às ordens do capital transnacional e seu comando único, que semeia a morte em guerras, invasões, e o avassalamento da soberania dos povos e das nações em todos os continentes.

### **3. Nossos princípios**

A integração de nossos povos, desde baixo, partindo dos movimentos populares, e inspirados nas batalhas anti-coloniais, anti-capitalistas, anti-patriarcais e anti-imperialistas, que desde mais de 500 anos vêm tomando forma nestas terras, tem como princípios fundamentais:

- A solidariedade permanente entre os povos, através de ações concretas a cada uma das lutas contra a dominação do capital, e contra todas as formas de opressão e dominação.
- O respeito à autodeterminação dos povos, à soberania nacional e popular.
- A defesa irrestrita da soberania em todas as ordens: política, econômica, social, cultural, territorial, alimentar, energética.
- A integração tecnológica e produtiva, de acordo com um modelo sustentável, a serviço dos povos.
- A soberania das mulheres sobre seus corpos e sobre suas vidas.
- A formação política de nossos movimentos populares e de nossos povos, para tornarmos-nos sujeitos conscientes na criação histórica.
- A unidade dentro da diversidade cultural, social, e o respeito às diferentes opções sexuais que se expressam em nosso continente.
- A defesa dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras e territórios. A demanda aos Estados da regularização com base jurídica dessas terras em favor das comunidades e povos indígenas.
- A defesa do reconhecimento por parte dos Estados, de direitos fundamentais dos povos indígenas,

como formas de organização própria, estrutura organizacional, autoridades ancestrais, sistemas jurídicos próprios dos povos, etc.

- A defesa dos direitos humanos das e dos migrantes.
- A defesa da identidade, da cultura, e o respeito pelas formas próprias de inclusão da subjetividade dos povos negros das Américas.
- A plena autonomia dos movimentos populares para definir seus objetivos, suas formas de organização e de luta.
- A recriação de um novo internacionalismo dos povos em luta, através de uma autêntica perspectiva de integração popular que seja plural, horizontal, com uma clara definição ideológica antineoliberal, anticapitalista, antipatriarcal e anti-imperialista.

#### **4. Nossos objetivos**

Este processo de integração de movimentos e organizações sociais impulsiona os princípios da ALBA e, por sua vez, quer promover diversos mecanismos e potencialidades que oferece a ALBA, para impulsionar a integração latino-americana desde os povos.

São nossos objetivos:

- A rejeição às políticas, planos e leis de mineração; de petróleo e gás; do agronegócio; do agrocombustíveis; as iniciativas de infra-estrutura do IIRSA, que destroem as comunidades, desconhecem seus direitos fundamentais, eliminam a diversidade cultural, destroem os ecossistemas e o ambiente.
- A denúncia do modelo de agricultura das transnacionais, que se apropriam da natureza e transformam os alimentos em mercadorias, e a proposta de apoiar um modelo de agricultura popular, camponesa, indígena, promovendo a reforma agrária integral.
- O repúdio ao pagamento das dívidas ilegítimas e o apoio à luta continental contra o pagamento da dívida externa.
- A luta pelo cancelamento dos tratados de livre comércio com Estados Unidos e a Europa, como o TLCAN, com a América Central, o Chile, Peru; e pela não aprovação do tratado com a Colômbia.
- A defesa do direito das comunidades e habitantes, à moradia e à terra.
- Toda a propriedade tem que ter uma função social coletiva.
- A defesa dos direitos dos desalojados e desalojadas a retornar a suas terras, e ter acesso a todos os direitos humanos e a condições de vida digna onde se encontrem.
- A denúncia do papel das instituições financeiras internacionais como instrumentos do capital.
- A denúncia do uso que faz o sistema capitalista de situações como a mudança climática, a crise

alimentar, energética, para promover a privatização e mercantilização da natureza, e impor a liberação do comércio dando maior poder às transnacionais.

- A defesa de nossos territórios, contra a mercantilização e privatização da natureza.
- A defesa do direito ao trabalho, o enfrentamento a todas as medidas neoliberais de flexibilização e precarização trabalhista, de deterioração do salário.
- A promoção em todos os espaços da paridade de gênero, e a luta contra a violência às mulheres, assim como pela possibilidade de decidirem sobre suas próprias vidas.
- A erradicação das diferentes formas de trabalho escravo.
- A denúncia da exploração do trabalho infantil e a luta pela sua erradicação.

## **5. Nossas prioridades**

Nesta primeira etapa de criação de uma integração popular, analisamos como prioridades:

- Elevar a mobilização de massa contra o capital transnacional e os governos que atuam como cúmplices do saque. É a mobilização de massa que criará a força necessária para promover transformações populares.
- Elevar o nível cultural e educacional, e a consciência da população.
- Avançar na formação política dos e das militantes populares. Promover processos de formação política de massa, e impulsionar o trabalho de educação popular nas bases.
- Promover um debate profundo sobre o modelo de desenvolvimento capitalista e sobre a necessidade de gerar modelos alternativos em todos os planos.
- Promover uma batalha continental pela reforma agrária, contra o uso das sementes transgênicas, os agrocombustíveis industriais e o agronegócio em todas suas fases.
- Viabilizar o aporte do trabalho não remunerado das mulheres à economia, e incorporar esse olhar nas lutas e propostas políticas sobre a migração, a soberania alimentar e o modelo de desenvolvimento.
- Desenvolver ações práticas de solidariedade anti-imperialista: frente à repressão; à militarização, tal como se manifesta em nosso continente, através, por exemplo, da implementação do Plano Colômbia e da ocupação do Haiti por tropas de países latino-americanos; contra as bases militares estadunidenses no continente; contra a criminalização dos movimentos sociais; em favor da luta pela liberdade d@s pres@s polític@s.
- Impedir e rejeitar os assassinatos e desaparecimentos forçados de líderes sociais e populares e de seus próximos. Que pare o método de impor o lucro do grande capital e do latifúndio com o sangue do povo.

- Defender a livre circulação das pessoas em nosso continente.
- Contribuir com os planos de cooperação que existem entre os governos da ALBA, assegurando que beneficiem aos setores mais injustiçados de nossos povos.
- Apoiar as iniciativas e desenvolver ações próprias dirigidas a erradicar o analfabetismo em nosso continente.
- Potencializar a comunicação entre os povos, articulando suas redes existentes e criando novas redes onde seja necessário.
- Contribuir para que os e as jovens tenham um espaço fundamental neste projeto, participando a partir seus próprios objetivos, interesses, conceitos e metodologia de construção.
- Promover a organização dos/as trabalhadores/as, impulsionando práticas que promovam a democracia de base e uma autêntica democracia sindical.

## **6. Metodologias**

Um tema fundamental, para respeitar os processos coletivos de construção de nossa integração, é definir uma metodologia que nos permita ir avançando para esse objetivo. Em tal sentido, a proposta que colocamos em discussão parte de:

- Promover processos de integração popular em nossos países. Promover reuniões nacionais para construir uma agenda mínima de trabalho com esta Carta. Este processo de integração buscará contar com mecanismos concretos de unificação das lutas que favoreçam a participação dos movimentos e organizações sociais.
- Organizar um grande debate dos movimentos sociais em todos os níveis, partindo e priorizando o trabalho de base.
- Definir planos de ações que apontem soluções concretas para os problemas cotidiano da população.
- Fazer um diagnóstico que nos permita identificar as nossas próprias forças e definir o espaço estratégico necessário para potencializar.
- Criar uma pedagogia de construção do espaço comum.
- Sustentar e reafirmar a autonomia dos movimentos populares em relação aos governos. Desde essa autonomia, estabelecer uma relação entre os movimentos e governos que promovem a ALBA.
- Organizar o intercâmbio e o conhecimento direto de nossas experiências de construção de poder popular, assim como a coordenação continental das reivindicações e demandas de nossos movimentos territoriais, sindicais, culturais, camponeses e de comunicação popular.

## **7. Avançar agora**

No novo contexto latino-americano, há numerosas oportunidades para ir gestando uma nova ofensiva dos povos. Mas existem também muitas ameaças aos processos em andamento. É impossível enfrentar as políticas do grande capital transnacional e do imperialismo desde as resistências dispersas de nossos povos. Não é possível também delegar os processos de integração latino-americana aos governos (por mais que estes tenham uma responsabilidade indiscutível em promovê-la). O que se avançar desde os governos nesta direção, será um estímulo à criação de laços de cooperação solidárias, que apoiaremos e sustentaremos como parte das lutas antiimperialistas. Mas é imprescindível estimular processos de integração baseados em um poder popular, criado desde as raízes mesmas da luta histórica de nosso continente.

E é necessário avançar agora superando sectarismos, cálculos estreitos, mesquinhas. É necessário avançar agora para que preparemos a plataforma de unidade que permita sustentar e defender as lutas, por uma nova independência latino-americana, dos povos e para os povos; por uma integração popular; pela vida; pela justiça; pela paz; pela soberania; pela identidade; pela igualdade; pela liberdade da América Latina; por uma autêntica emancipação que tenha em seu horizonte o socialismo.

**“A unidade e integração de Nossa América está em nosso horizonte e é nosso caminho.”**

Belém, 30 de janeiro de 2009